

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM EDUCAÇÃO
NÍVEL DE MESTRADO/PPGEFB
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO

FRANCIELE MARIA DAVID

MOVIMENTO DAS OCUPAÇÕES ESCOLARES: “O FAZER POLÍTICO DOS JOVENS SECUNDARISTAS” NO MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO-PR

Francisco Beltrão-PR

2019

FRANCIELE MARIA DAVID

**MOVIMENTO DAS OCUPAÇÕES ESCOLARES: “O FAZER POLÍTICO DOS JOVENS
SECUNDARISTAS” NO MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO-PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação – Área de concentração: Educação; Linha de Pesquisa: Sociedade, Conhecimento e Educação, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, como requisito parcial a obtenção do título de mestre em Educação.

Orientadora Dra. Suely Aparecida Martins

Francisco Beltrão-PR

2019

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

David, Franciele Maria

Movimento das ocupações escolares: : "o fazer político dos jovens secundaristas" no município de Francisco Beltrão - PR / Franciele Maria David; orientador(a), Suely Aparecida Martins, 2019.

153 f.

Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Francisco Beltrão, Centro de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2019.

1. Ocupação Escolar. 2. Juventude. 3. Experiência e Formação Política da Juventude. 4. Ensino Médio. I. Aparecida Martins, Suely. II. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

FRANCIELE MARIA DAVID

TÍTULO DO TRABALHO: MOVIMENTO DAS OCUPAÇÕES ESCOLARES: "O FAZER POLÍTICO DOS JOVENS SECUNDARISTAS" NO MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO - PR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Mestrado, Área de Concentração: Educação, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE, Campus de Francisco Beltrão, julgada adequada e aprovada, em sua versão final, pela Comissão Examinadora, que concede o Título de Mestra em Educação a autora.

COMISSÃO EXAMINADORA



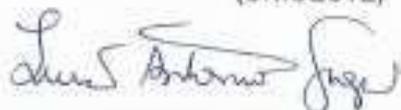
Suely Aparecida Martins (orientadora)

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Francisco Beltrão
(UNIOESTE)



Franciele Soares dos Santos

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Francisco Beltrão
(UNIOESTE)



Luis Antonio Groppo

Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL/MG)

Francisco Beltrão, 05 de novembro de 2019.

AGRADECIMENTOS

O historiador E. P. Thompson, nos ensina que nossas experiências diárias, vivenciadas em nossas relações pessoais e sociais, possibilitam mudanças em nossa estrutura dando origem a uma experiência modificada, deste modo nos transformamos constantemente. Portanto neste momento, tenho consciência que o ser social que ingressou o mestrado em 2017, sofreu profundas mudanças e transformações, e a este processo, quero prestar meu profundo sentimento de gratidão. Agradeço a todos e todas que de forma direta e indireta foram importantíssimos nesta caminhada.

Primeiramente agradeço aos estudantes secundaristas, que bravamente encheram as páginas da história com esperança e a alegria com a primavera estudantil. À minha orientadora, Prof.^a Suely Aparecida Martins, que pacientemente esteve presente neste percurso, sendo porto seguro e serenidade. A Prof.^a Franciele Soares e ao Prof. Luís Antonio Groppo, que aceitaram participar desta minha caminhada formativa e contribuir de forma significativa para este trabalho.

Agradeço à mãe morena, que alimentou minha alma nos momentos de exaustão. Ao meu marido que foi fortaleza afetiva neste percurso. Aos meus pais e familiares que entenderam minhas ausências. Ao meu sogro Dilvo que não se encontra mais neste plano, mas que amorosamente acreditou em mim.

À professora e companheira Ângela Silveira Portelina, que levo para vida.

À professora Cecilia, amiga de outras caminhadas que acreditou em mim.

Às minhas amigas de longa data, Marcia e Neiva, e à minha prima Daniela que sempre me apoiaram.

A Kelly, Luci e Denise que me incentivaram.

Às amigas que o mestrado apresentou e que levo para vida, Claudia, Edna, Perla.

Assim sou resultado destas relações que construí até o presente momento.

Amanhã vai ser outro dia
Amanhã vai ser outro dia
Amanhã vai ser outro dia
Hoje você é quem manda
Falou, tá falado
Não tem discussão, não
A minha gente hoje anda
Falando de lado e olhando pro chão
Viu?
Você que inventou esse Estado
Inventou de inventar
Toda escuridão
Você que inventou o pecado
Esqueceu-se de inventar o perdão
Apesar de você...
(Chico Buarque)

“Eu morreria feliz, se eu visse o Brasil cheio de marchas, em seu tempo histórico de marchas, marchas dos que não tem escolas, marcha dos reprovados, marcha dos que querem amar e não podem, marcha dos que se recusam a uma obediência servil, marcha dos que se rebelam, marcha dos que querem ser e estão proibidos de ser”.
(Paulo Freire)

RESUMO

DAVID, F. M. **Movimento das ocupações escolares: “o fazer político dos jovens secundaristas” no município de Francisco Beltrão – PR.** 2019. 153 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2019.

Em 2016 no Paraná, em resposta à Medida Provisória 746 que propôs a reforma do Ensino Médio, os estudantes secundaristas ocuparam as escolas. Foram cerca de 850 estabelecimentos de ensino ocupados neste estado. Este processo de ocupações atingiu outros estados e também universidades. As ocupações das escolas em Francisco Beltrão constituem o objeto deste estudo. A pesquisa, de caráter qualitativo, tem como objetivo analisar o processo de ocupação das escolas estaduais paranaenses ocorridos em 2016, principalmente no município de Francisco Beltrão, de modo a revelar especificamente em que medida a participação dos jovens secundaristas neste Movimento contribuiu para a formação política dos jovens participantes. Possui como objetivos específicos: analisar em que medida as experiências das ocupações das escolas se constituíram como um fazer político da juventude da classe trabalhadora, produzindo um processo autoformativo; historicizar o processo de ocupação dos estudantes em Francisco Beltrão; investigar as principais características presentes na organização dos jovens estudantes, bem como sua relação com as organizações estudantis tradicionais. Para tanto, esta pesquisa utilizou a categoria experiência, do historiador marxista E. P. Thompson, para averiguar a potencialidade formativa das ocupações. Além de pesquisa bibliográfica e análise de materiais produzidos por jornais e sites durante e após os ocupas, realizaram-se 11 entrevistas semiestruturadas com jovens participantes das ocupações em Francisco Beltrão. Iniciou-se o trabalho com o contexto histórico e social das ocupações estudantis, caracterizado pelo avanço das políticas educacionais neoliberais, especialmente a partir da década de 1990. Em seguida, visando analisar o processo das ocupações no Brasil, com base principalmente em Martins (2009), buscou-se definir a categoria ocupação e analisar as ocupações escolares compreendendo-as relacionadas a outros movimentos de ocupação na história dos movimentos estudantis. Desta forma, foram trazidos alguns exemplos de movimentos nos quais as ocupações se constituíram como estratégia de luta para, depois, adentrar-se as ocupações estudantis, especialmente em 2015 e 2016, apresentando suas principais características. Por fim, foi analisada a experiência dos jovens nas ocupações escolares em Francisco Beltrão, no Paraná, revelando o seu percurso neste município: as escolas ocupadas, as formas organizativas dos jovens, a vivência nos Ocupas e seus aprendizados, as tensões e conflitos. Destacou-se o fazer-se dos jovens secundaristas, num processo formativo em que se articularam dimensões políticas, sociais, culturais e pedagógicas e que se constituíram como importante na formação política dos jovens participantes. Nas ocupações ainda revelaram-se o formato auto-organizativo, ensaios da democracia ampliada e o tensionamento da forma escolar vigente. Os secundaristas vivenciaram outras perspectivas coletivas, possibilitando avançar no formato organizativo atual, ainda permitindo modelos contra-hegemônicos de vivência. Bem como tornou-se marco para a reorganização do movimento estudantil na cidade.

Palavras-chave: Ocupação Escolar; Juventude; Experiência e Formação Política da Juventude; Ensino Médio.

ABSTRACT

DAVID, F. M. **School occupation movements: “the political making of high school students” in the municipality of Francisco Beltrao**, Parana state. 2019. 153 l. Thesis (Master) – Graduate Program in Education – Master’s Degree, State University of Western Parana, Francisco Beltrao, 2019.

In 2016, in the state of Parana, Brazil, in response to Provisional Measure n. 746 proposing reforming secondary schools’ system in the country, high school students went to occupy campi. Around 850 buildings were occupied in Parana only. This occupation process reached other states and universities. School occupations in Francisco Beltrao city is our study object. This qualitative research aims to analyze the state school occupation process that occurred in 2016, in particular in the city of Francisco Beltrao, so that to reveal to what extent exactly high school students’ participation in this movement has contributed to their political training. Our specific objectives are as following: analyze to what extent school occupation experiences became a political act of working-class youth, producing a self-training process; historicize students’ occupation process in Francisco Beltrao; study the main features in students’ organization and how their relationship with traditional students’ organizations happens. Thus, our study used Marxist historian E.P. Thompson’s category of experience to ascertain the training potential of the occupations. In addition to bibliographic research and an analysis over publications produced by newspapers and websites during and after the Occupy movements, we conducted 11 semi-structured interviews with young participants of occupations in Francisco Beltrao. Our account considers initially the historical and social context of these students’ occupation, a context marked by neoliberal educational policies, especially from the 90s on. Then, aiming to analyze these occupation processes in Brazil, based on Martins (2009) basically, we defined occupation as an analysis category, and see school occupations in their relationship to other occupation movements in the history of student movements. In this way, we considered some examples of movements where occupations became fighting strategies to deepen, as a consequence, students’ occupations especially in 2015 and 2016, highlighting their main features. Finally, we have analyzed students’ experience at school occupations in Francisco Beltrao, in Parana, bringing up their journey in the city: occupied schools, youngsters’ organizational forms, life in the movement, learning, tensions, and conflicts. We have also highlighted the making of these high school students, in a training process where political, social, cultural, and pedagogical dimensions are articulated and constitute important respect for a political formation of them. In such occupations, we have brought about their self-organizational format, tests of an extended democracy, and the tension of current school form. The students participating in the study have lived other collective viewpoints, enabling a breakthrough in the current organizational format, making counter-hegemonic models of experience possible. It has also become a milestone for the reorganization of the students’ movement in the city.

Keywords: Schoop occupation. Youth. Youth experience and political formation. High school.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ALEP	Assembleia Legislativa do Estado Paraná
CEBBJA	Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos
CEMA	Colégio Estadual Mario de Andrade
CONUBES	Congresso da UBES
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FHC	Fernando Henrique Cardoso
IDEB	Índice de desenvolvimento da Educação Básica
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
JdB	Jornal Beltrão
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LULA	Luiz Inácio Lula da Silva
MP	Medida Provisória
MEC	Ministério da Educação
MBL	Movimento Brasil Livre
MPL	Movimento do Passe Livre
MST	Movimento Sem Terra
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSDB	Partido Social Democrático Brasileiro
PROEMI	Programa Ensino Médio Inovador
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
MP746	Reforma do Ensino Médio
SNJ	Secretaria Nacional da Juventude
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
APEOESP	Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo
APP	Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná
SISUTEC	Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica

UBES	União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UJS	União da Juventude Socialista
UNE	União Nacional dos Estudantes
UPES	União Paranaense de Estudantes Secundaristas
UTI	Unidade de Terapia Intensiva
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
UFPR	Universidade Federal do Paraná

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Mapa interativo utilizado para acompanhar, em tempo real, as escolas ocupadas no estado do Paraná	76
Imagem 2 – Foto de protesto contra a reforma do ensino médio	88
Imagem 3 – Imagem retirada da rede social Facebook, que era utilizada para contabilizar mais um colégio que era ocupado no estado do Paraná	90
Imagem 4 – Cartaz elaborado pelos alunos que ocuparam as escolas em Francisco Beltrão...	95
Imagem 5 – Pais contrários às ocupações em reunião com chefe do NRE	99
Imagem 6 – Reportagem do movimento contrário as ocupações	100
Imagem 7 – Cartaz de convite para o debate que aconteceu na UNIOESTE sobre a MP.....	102
Imagem 8 – Cartaz exposto em escolas ocupadas na cidade de Francisco Beltrão.....	103
Imagem 9 – Cartaz confeccionado pelos alunos exposto nos portões e grades das escolas...	106
Imagem 10 – Foto de uma das assembleias organizadas pelos alunos do Colégio Estadual Mario de Andrade	110
Imagem 11 – Estudantes trabalhando na organização dos ocupas	113
Imagem 12 – Foto de uma das oficinas realizadas no Colégio Estadual Mario de Andrade .	114
Imagem 13 – Assembleia de estudantes	117
Imagem 14 – Estudantes em um sarau musical	118

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Apresentação dos participantes da pesquisa	84
Tabela 2 – Escolas de Francisco Beltrão ocupadas pelo movimento #OCUPAPR.....	93
Tabela 3 – Títulos das reportagens do Jornal de Beltrão-JB	122

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	O CONTEXTO DAS OCUPAÇÕES ESTUDANTIS: O AVANÇO DAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS NA EDUCAÇÃO	21
2.1	Políticas Neoliberais e o Movimento Estudantil (1993-2003)	23
2.2	Avanços e Retrocessos nas Políticas Educacionais do Ensino Médio: a Reação dos Estudantes (2003-2016)	36
2.3	Governo Temer e a Reforma do Ensino Médio	46
3	EXPERIÊNCIA FORMATIVA DA JUVENTUDE: AS OCUPAÇÕES ESTUDANTIS NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS	50
3.1	A Categoria Ocupação Escolar	51
3.2	Movimentos Estudantis nos Anos de 1960: Ensaios de Ocupações como Estratégia de Resistência.....	55
3.3	As Ocupações Estudantis: um Ato de Insurgência	63
4	A EXPERIÊNCIA DOS JOVENS SECUNDARISTAS EM FRANCISCO BELTRÃO PARANÁ	82
4.1	Os Sujeitos da Pesquisa e suas Escolas	833
4.2	As Ocupações em Francisco Beltrão.....	85
4.3	A Dimensão Política das Ocupações.....	105
4.4	A Organização dos Ocupas: Auto-organização como Experiência Formativa	108
4.5	As Ocupações como Dimensão Sociocultural e Pedagógica	115
4.6	A Experiência do Conflito como Elemento Formativo.....	121
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	131
	REFERÊNCIAS	138
	ANEXOS	144
	ANEXO 1 – Parecer Consubstanciado do CEP	145
	ANEXO 2 – Questionário para entrevistas	149

1 INTRODUÇÃO

Em outubro de dois mil e dezesseis foi proposta a reforma do ensino médio, sendo esta anunciada em caráter de urgência para aprovação pelo Governo de Michel Temer, através de uma medida provisória – 746/2016 –, que foi sancionada em fevereiro de 2017, através da Lei 13.415 de 2017. No mesmo período também estava em curso a proposta de congelamento dos gastos públicos com saúde e educação, a partir da PEC/241¹. Logo, estudantes organizaram-se, ocupando escolas públicas, Núcleos Regionais de Educação e espaços públicos.

Este movimento considerado por muitos educadores, como a primavera estudantil, iniciou-se no Paraná, em 3 de outubro de 2016. A primeira instituição a ser ocupada foi o Colégio Estadual Padre Arnaldo Jansen, na periferia de São José dos Pinhais, região metropolitana de Curitiba, no Estado do Paraná. O movimento, em poucos dias se estendeu por todo estado atingindo cerca de 850 escolas ocupadas e 14 universidades. Também chegou a outros estados, culminando com um total de 1022 escolas e 84 universidades. (PARANÁ, 2016).

Outros movimentos semelhantes ocorreram em outros momentos memoráveis da história dos movimentos estudantis como: a Revolta dos Pinguins no Chile, em 2006, quando estudantes ocuparam prédios públicos frente a medidas educacionais tomadas pelo governo. No Estado de São Paulo na cidade de Diadema em 2015, na ocasião em que, o Governador Geraldo Alkmin anunciou o processo de reorganização escolar, com a proposta de fechamento de várias instituições de ensino.

A ação dos jovens estudantes paranaenses nos chama a atenção. No município de Francisco Beltrão, Paraná, nosso campo de pesquisa, das dezesseis escolas do município, onze foram ocupadas, iniciando pelo Colégio Estadual Léo Flach, localizado na periferia deste município, ampliando-se para outras escolas da rede estadual e universidades públicas.

Como professora da rede estadual há 15 anos, permanecendo por dez anos no cargo de diretora escolar, e hoje atuando como pedagoga e professora do curso técnico de Formação de Docentes deste município, e como observadora do movimento Ocupa², nos questionamos

¹ A Proposta de Emenda Constitucional 241, também chamada de PEC do Teto de Gastos, busca limitar despesas com saúde, educação, assistência social e Previdência, por exemplo, pelos próximos 20 anos. Enviada em junho pela equipe de Michel Temer à Câmara dos Deputados. A proposta da emenda constitucional tramitou na Câmara dos deputados e no Senado Federal e foi votada e aprovada em dezembro de 2016. A PEC foi publicada e faz parte da Constituição Federal como Emenda Constitucional nº 95/2016.

² A denominação *Ocupa* surge durante o movimento das ocupações escolares quando os estudantes secundaristas nomeiam as instituições ocupadas pelos estudantes, criam páginas na internet como: Ocupa Paraná, Ocupa Tudo, Ocupa CEMA, Ocupa UNIOESTE dentre outras. Desta forma, unificando as escolas ocupadas.

sobre a sua importância no processo de organização e formação política da juventude em Francisco Beltrão: em que medida a participação neste Movimento contribuiu para a formação política dos jovens participantes? Podemos afirmar que este Movimento se constituiu como parte do “fazer político” dos jovens das classes trabalhadoras?

Desta forma, pretendemos com esta pesquisa analisar a experiência de ocupação das escolas estaduais paranaenses em 2016 no município de Francisco Beltrão, de modo a revelar como a participação neste Movimento contribuiu na formação política dos jovens participantes. Em relação aos objetivos específicos destacamos: analisar se o processo de ocupação das escolas se constitui como parte do “fazer político” da juventude da classe trabalhadora, num processo autoformativo; historicizar o processo de ocupação das escolas de Francisco Beltrão; levantar e analisar as principais características presentes na organização dos jovens estudantes.

Acreditamos que esta pesquisa se soma aos estudos que vem sendo realizados sobre a participação e formação política da juventude e, principalmente, contribuirá para historicizar um momento importante da participação dos jovens no município de Francisco Beltrão, no Paraná. Reforçamos, ainda, que como professora do Ensino Médio, acreditamos na relevância deste estudo quanto à possibilidade de suscitar reflexões no âmbito escolar sobre os movimentos estudantis, bem como para problematizar qual tem sido o papel da escola, através dos grêmios estudantis, no processo de formação política dos estudantes.

Acredito ser importante apreender o movimento dialético do fenômeno das ocupações inserido na sociedade capitalista, entendendo esta como dividida em classes sociais, sendo as principais: a burguesia e o proletariado, na qual a burguesia como detentora dos meios de produção regula a sociedade através do econômico, jurídico, cultural e social. O proletariado vende sua força de trabalho ao burguês, subordinando-se a esta ordem societal. Ianni (1988, p. 8), referindo-se a Marx reafirma “o modo capitalista de produção mercantiliza as relações, as pessoas e as coisas, em âmbito nacional e mundial, ao mesmo tempo em que desenvolve suas contradições”.

Da mesma forma, em que as relações de produção subordinam a vida social, esta determina a consciência social dos homens. Mas através das relações sociais, das experiências diárias dos sujeitos inseridos neste modo de produção, estes também refletem sobre seu modo de vida, a sociedade e suas contradições e, ao mesmo tempo, reagem sobre ela, seja para manter o *status quo*, seja para mudá-lo. Assim, em muitos momentos da história capitalista o proletariado insurge contra o *status quo* compreendendo este como campo de luta em disputa.

Segundo Badaró (2012), o importante historiador marxista E.P. Thompson analisa a formação da classe operária compreendendo a importância da historicidade dos fatos sociais e dos sujeitos concretos como protagonistas neste contexto, deste modo entende o movimento dialético na formação da sociedade burguesa. Assim Thompson, como afirma Badaró (2012, p. 91),

Fugiu de dicotomias como “racionais” e “irracionais”, ou “organizadas” e “espontâneas”. Tais polarizações normalmente são organizadas segundo uma visão que parte da referência ao par marxiano “classe em si”/ “classe para si”, para privilegiar como portadores de propostas de transformação social apenas aos movimentos organizados nos modelos dos modernos instrumentos de ação coletiva – os partidos e sindicatos. Em contrapartida, privilegiou a investigação da racionalidade própria de cada movimento ou forma de organização, partindo de uma análise das motivações dos que deles participaram, levando em conta a leitura que os atores coletivos fazem do contexto em que vivem com base em seus referenciais culturais e morais compartilhado.

Assim utilizamos o conceito de experiência de E.P. Thompson. Através da sua elaboração o autor busca explicar a formação da classe operária inglesa no século XVIII. Destaca como as vivências diárias dos trabalhadores nas indústrias; o aprendizado repassado de geração a geração, como a influência do metodismo; a formação dos “grêmios de ajuda mútua”; “associações”; dentre outros movimentos de sublevação importantes para época, contribuíram determinantemente para constituição da classe trabalhadora inglesa. Para Thompson a formação da classe operária inglesa se constituiu a partir da experiência dos trabalhadores numa articulação entre passado e presente. Conforme Martins (2009, p. 26),

É pela experiência que o “modo de produção exerce uma pressão determinante sobre outras atividades”; é também pela experiência que surgem as condições para que homens e mulheres que vivem a exploração e a dominação na sociedade capitalista possam refletir e agir sobre elas.

Entende-se desta forma que homens, mulheres adultos e também jovens nas suas relações sociais, passam por acontecimentos significativos que transformam suas experiências diárias, ampliando suas percepções e modificando o ser social. A qualquer momento os sujeitos podem ser surpreendidos por fatos, acontecimentos, tragédias que afetam diretamente na forma de observar e refletir sobre sua vida. Thompson (1981, p. 16), falando sobre o sentido do conceito de “experiência”, afirma: “O que queremos dizer é que ocorrem

mudanças no ser social que darão origem a experiência modificada; e essa experiência é determinante, no sentido que exerce pressões sobre a consciência social existente”.

É esta mudança que ocorre no ser social que influenciará o posicionamento de homens e mulheres frente aos acontecimentos cotidianos. Portanto, essas experiências diárias afetam homens e mulheres e modificam as estruturas do ser social, sendo que, perpassa por outro importante conceito deste pesquisador, o conceito de fazer-se que pressupõe um “estudo ativo, que deve tanta ação humana como aos condicionamentos”. (THOMPSON, 2001, p. 9).

Deste modo, o conceito de “experiência” para Thompson está na base da formação da consciência de classe e por fim na formação da classe operaria, pois contraria o conceito de formação de classe pelo viés determinista. Em Thompson, a formação da classe operaria não se dá somente pelo início do modo de produção capitalista, mas como resultado dos modos de produção anteriores, das quais os processos de lutas passaram sob as novas formas de reorganização estrutural do modo de produção capitalista. De tal forma como afirmado por Negro e Silva (1998, p. 53),

Libertada da determinação unívoca e direta do modo de produção, via notadamente o processo de trabalho, a classe operaria de Thompson cometerá em verdadeiro sacrilégio para o pensamento marxista dominante: ela não será mais herdeira social da burguesia, mas a herdeira das classes dominadas dos modos de produção anteriores, cujas lutas continuará, sob novas formas, nas condições de dominação do capital.

Deste modo, pretendemos analisar o movimento das ocupações escolares, neste processo autoformativo, de fazer-se, ou seja, entender este momento constitutivo dos estudantes diante da experiência das ocupações. Entendemos como Thompson a formação da classe operaria como um processo histórico que “unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto da matéria da experiência quanto da consciência. Ressalto que é um fenômeno histórico”. (THOMPSON, 2001, p. 9).

Para tanto,

A classe acontece quando alguns homens e mulheres, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas constitucionais. (THOMPSON, 2001, p. 10).

Thompson, como já citado acima, contraria uma influente corrente marxista de cunho estruturalista e reprodutivista, que leva em consideração o econômico como determinante para estrutura do sistema capitalista, desconsiderando o processo histórico a materialidade dos sujeitos, que tem no filósofo Louis Althusser seu principal expoente. Para Althusser a sociedade capitalista se estrutura de forma mecânica e estática, desprezando “uma diversidade de fatores sociais, culturais, componentes da vida e das tradições dos trabalhadores”. (NEGRO; SILVA, 1998, p. 53). Assim Althusser (2012, p. 60) define:

A estrutura de toda sociedade como constituída por “níveis” ou “instancias” articuladas por uma determinação específica: a infra-estrutura ou base econômica (“unidade” de forças produtivas e relações de produção), e a superestrutura, que compreende dois “níveis” ou “instancias”: a jurídica-política (o direito e o Estado) e a ideológica (as distintas ideologias, religiosa, moral, jurídica, política, etc.).

Em “A Miséria da Teoria ou Panfletário de Erros”, Thompson desconstrói a visão do estruturalismo althusseriano. Assim descreve a estrutura, “como uma baleia, abre suas mandíbulas e engole o processo: a partir de então, o processo sobrevive de maneira infeliz na barriga da estrutura” (THOMPSON, 1981, p. 105) e continua, “passa a construir algo mais grandioso do que um mecanismo. Podemos chamá-lo de planetário de Althusser, um mecanismo complexo no qual todos os corpos do sistema solar giram em torno do Sol dominante”. (Idem, *ibidem*, p. 112).

Este pensamento determinista afasta-se da análise histórica, relegando aos sujeitos um papel secundário no processo de formação da sociedade. A história não permite reflexão estanque, pois esta encontra-se envolvida no conjunto dos movimentos da sociedade, e estes se comunicam entre si. Conforme Thompson (1981, p. 50),

O passado humano não é agregado de histórias separadas, mas uma soma unitária do comportamento humano, cada aspecto do qual se relaciona como outros de determinadas maneiras, tal como atores individuais se relacionavam de certas maneiras (pelo mercado, pelas relações de poder e subordinação etc.).

Desta forma, homens e mulheres são participes da história e suas experiências determinam o ser social e conseqüentemente a consciência social, discordando do estruturalismo marxista que reduz ou marginaliza a atuação dos sujeitos. Assim, a classe social forma-se quando homens e mulheres passam por experiências correlatas nas relações

produtivas e compreendem os antagonismos sociais, e passam a refletir, lutar por interesses comuns. Destaca Thompson (2011, p. 9-10), “Não vejo a classe como uma “estrutura”, nem como uma “categoria”, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas”.

Portanto o ser social reconhece no outro o retrato da sua própria realidade, humanizando-se com os sujeitos que sofrem as mesmas restrições imposta pelo sistema vigente, desta forma, organizam-se para lutar por interesses comuns, “a classe operaria se faz em si mesma tanto quanto foi feita”. (THOMPSON, 1981, p. 121). Dessa forma, o conceito de “fazer-se”, este movimento constante e constitutivo do ser na sua construção histórica, leva-nos a pensar no processo formativo dos jovens secundaristas e universitários que insurgem diante da reforma do ensino médio e ainda se a experiência das ocupações se constituiu como significativa no aprendizado político destes jovens. Convém lembrar que estes jovens encontram-se inseridos em um sistema capitalista neoliberal, sendo que este, “o neoliberalismo privatiza tudo, inclusive o êxito e o fracasso social. Ambos passam a ser considerados uma variável dependente do conjunto de opções individuais mediante as quais pessoas colocam em jogo, dia a dia seu destino”. (GENTILLI, 1998, p. 22).

Entendemos a categoria juventude como, inserida em uma realidade concreta e, portanto, produto desta. Entendemos “as juventudes” como resultado das relações sociais, de gênero, etnias, geracionais, econômicas, estruturais e de classe, e assim consequência desta, “*entonces, acompañar la referncia a la juventud con la multiplicidad de situaciones sociales en que esta etapa de la vida se desenvolve, presentear los marcos sociales históricamnete desarrollados que condicionan las distintas manera de ser joven*”.³ (MARGULIS; URRESTI, 1996, p. 14-15).

Desta forma concebe-se a categoria juventude,

A juventude só existe na realidade social e, assim, deve figurar na análise sociológica em combinação com outras categorias estruturantes modernas. Acaba tornando-se realmente estéril uma análise sociológica dessa etapa da vida que não considere tal princípio: a existência, na prática social, de juventudes, nunca de uma juventude isolada das outras experiências sociais e das outras categorias modernas. (GROPPO, 2005, p. 18).

Concordamos com Ianni (1968, p. 240), quando afirma que “O jovem não é visto abstratamente, desvinculado do universo econômico e sociocultural que se produz, mas

³ “Então, acompanhar o encaminhamento à juventude com a multiplicidade de situações sociais em que esta fase da vida se desdobra, para apresentar os marcos sociais historicamente desenvolvidos que condicionam as diferentes formas de ser jovem”. (Minha tradução).

exatamente em conexão com esse universo, conforme ele afeta a consciência da situação da própria pessoa, da classe social e da sociedade global”.

Além disso, os jovens participantes das ocupações escolares em 2016 são sujeitos que tem rostos definidos, já que em sua maioria “pertencem à classe ou fração de classe de filhos de trabalhadores assalariados ou que produzem a vida de forma precária por conta própria, no campo e na cidade, em diversas regiões e com particularidades socioculturais e étnicas”. (FRIGOTTO, 2004, p. 181). Ao fazermos este recorte de classe, concordamos com Frigotto (2004, p. 181) quando este afirma,

Ao optarmos por esta compreensão, poderemos levar em conta particularidades e até aspectos singulares sem cair numa perspectiva atomizada. Os sujeitos jovens (ou as juventudes) teimam em ser uma unidade do diverso econômico, cultural, étnicos, de gênero, de religião etc.

É no interior desta linha de análise, que consideramos os jovens estudantes secundaristas e universitários que insurgiram contra a Reforma do Ensino Médio e a PEC 241. Também entendemos que os jovens participantes, na sua maioria, são filhos das classes trabalhadoras e que vivenciam as dificuldades da vida nas periferias e principalmente o descaso do poder público com a educação escolar. É importante lembrar aqui que no município estudado, as ocupações surgiram primeiramente em um dos bairros mais pobres da cidade.

A pesquisa utilizou o método qualitativo, com entrevistas semiestruturadas, como, nos dizem Bogdan e Biklen (1994, p. 49), “os investigadores qualitativos interessam-se mais pelo processo do que simplesmente pelo resultado ou produtos”. E este é um dos grandes objetivos desta pesquisa, desvelar de que maneira ocorreu o processo das ocupações escolares. Ainda assim, utilizamos da análise bibliográfica e documental, assim como de materiais produzidos por jornais e sites, durante e após os ocupas.

O método qualitativo permite nos aproximar do objeto de estudos, possibilitando descrições detalhadas e compreensões profundas do fenômeno estudado. Segundo, Bogdan e Biklen (1994, p. 49), “A abordagem da investigação qualitativa exige que o mundo seja examinado com a ideia de que nada é trivial, que tudo tem potencial para constituir uma pista que nos permita estabelecer uma compreensão mais esclarecedora do nosso objeto de estudo”.

Para tanto, realizamos entrevistas semiestruturadas com onze jovens secundaristas participantes do movimento das ocupações de Francisco Beltrão-Paraná. É importante destacar que, no período das ocupações estes jovens tinham entre treze e dezesseis anos,

porém quando realizamos a pesquisa a maioria dos estudantes estava na Universidade ou concluindo o Ensino Médio. Como afirmam Bogdan e Biklen (1994, p. 136), “as boas entrevistas produzem uma riqueza de dados, recheados de palavras que revelam as perspectivas dos respondentes. As transcrições estão repletas de detalhes e de exemplos”. Além disso, permite aproximações ao nosso objeto de estudos, pois as perguntas partem de certos conhecimentos prévios sobre o objeto investigado, e as respostas dos entrevistados possibilitarão acesso a informações, que estarão na base dos questionamentos a serem pesquisados,

A entrevista semi-estruturada mantém a presença consciente e atuante do pesquisador e, ao mesmo tempo, permite a relevância na situação do ator. Este traço da pesquisa semi-estruturada, favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade, tanto dentro de sua situação específica como de situações de dimensões maiores. (TRIVINÕS, 1987, p. 152).

Após, realizadas as entrevistas, elas foram transcritas e analisadas. Fizemos, inicialmente, uma pré-análise do material coletado e a partir do aporte teórico-metodológico levantamos as principais categorias empíricas, sendo participação, formas organizativas, conflitos e experiências formativas.

Deste modo, acredita-se que a perspectiva teórica materialista histórica, com base em Thompson, aliada a pesquisa qualitativa, através das entrevistas semiestruturadas, possibilita a aproximação ao nosso objeto de estudo, conseguindo apreender a totalidade concreta onde se encontra imerso o fenômeno das ocupações escolares.

Organizamos a pesquisa em cinco capítulos. No primeiro capítulo, nomeia a introdução, onde procuramos apontar a fundamentação teórica que norteou a pesquisa sendo esta ancorada no historiador marxista E. Thompson, para tanto utilizamos a categoria experiência com o intuito de averiguar a potencialidade formativa das ocupações escolares. Na introdução apresenta-se a categoria juventudes, entendendo esta como inserida em seu contexto social, econômico e cultural. No segundo capítulo intitulado “O Contexto das Ocupações Estudantis: o Avanço das Políticas Neoliberais na Educação”, buscou-se analisar o avanço das políticas neoliberais na educação no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC 1995-2003), e os recuos e retrocessos destas políticas nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula 2003-2011) e após o governo da presidenta Dilma Rousseff (2011-2016), e o impeachment de Dilma e a tomada de poder pelo seu vice Michel Temer. Num contexto marcado pelo maior acesso de jovens à escolarização de nível médio, por um impeachment da

presidenta, analisou a presença, ora mais marcante ora mais tímida, dos movimentos estudantis. Por sua vez, é também neste período que emergem, especialmente nas periferias brasileiras, novas formas organizativas das juventudes, aliando política e cultura. Ao mesmo tempo, observa-se um afastamento dos jovens as formas tradicionais de fazer política. Neste contexto, emerge o movimento dos “Ocupa”, no primeiro ano do Governo Temer, demonstrando uma reação dos jovens à influência das políticas neoliberais nos rumos da educação brasileira, especialmente de nível médio.

No terceiro capítulo “Experiência Formativa da Juventude: as Ocupações Estudantis no contexto das políticas educacionais, com o objetivo de analisar o processo das ocupações no Brasil, definimos, com base principalmente em Martins (2009a), a categoria ocupação; destacamos experiências de ocupações presentes em momentos da história dos movimentos estudantis e, por fim, apresentamos as ocupações estudantis paranaenses como parte do movimento que se constitui a partir da Revolta dos Pinguins, no Chile, e que no Brasil se manifestou em duas ondas, conforme definido por Groppo (2018). A primeira, em inicia no final de 2015 indo até meados de 2016, este movimento de ocupação escolar inicia no estado de São Paulo, percorrendo outros estados como: Goiás, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Ceará, sendo que as pautas estudantis, restringia-se a mudanças ocorridas no sistema escolar e aprofundamento das políticas neoliberais de cada estado. A segunda onda inicia no final de 2016 no estado do Paraná, no auge do movimento eram 1200 escolas e 139 universidades em todo país, e ainda, dos 26 estados brasileiros 22 tinham escolas e universidades ocupadas além do Distrito Federal, apenas os estados do Amazonas, Roraima, Amapá e Acre não integraram o movimento. (GROPPO, 2018). A segunda onda organiza-se em torno de pautas nacionais, como a Reforma do Ensino Médio e a Proposta Emenda Constitucional PEC 55.

No quarto capítulo, “A Experiência das Ocupações Escolares em Francisco Beltrão: o Fazer-se dos Jovens Secundaristas”, analisamos as experiências dos jovens nas ocupações escolares em Francisco Beltrão, no Paraná, revelando o seu percurso neste município: as escolas ocupadas, as formas organizativas dos jovens, a vivência nos ocupas e seus aprendizados, as tensões e conflitos. Destaca-se o fazer-se dos jovens secundaristas, num processo formativo em que se articularam dimensões políticas, sociais, culturais e pedagógicas e que se constituiu como importante na formação política dos jovens participantes, nas ocupações ainda se revela o formato auto-organizativo, ensaios da democracia ampliada e o tensionamento da forma escolar vigente. Os secundas vivenciaram outras perspectivas coletivas, possibilitando avançar no formato organizativo atual, ainda

permitindo modelos contra-hegemônicos de vivência. Bem como tornou-se marco para a reorganização do movimento estudantil na cidade.

Por mim, as “Consideração Finais” evidenciam as análises e conclusões da pesquisa. A partir do referencial teórico e dos elementos revelados nos dados empíricos, obtidos através das entrevistas semiestruturadas pode-se concluir que as ocupações escolares no município de Francisco Beltrão em 2016 contribuíram para a formação política dos jovens secundaristas assim como, possibilitou modelos alternativos da forma escolar, através da auto-organização, assembleias e tomadas de decisões horizontalizadas e ainda o tensionamento da estrutura escolar vigente. Os secundaristas ⁴ nas ocupações experienciaram ensaios de democracia ampliada, a participação direta dos estudantes nas tomadas de decisões fez com que estes percebessem outras perspectivas democráticas sendo estas significativas para a formação dos secundaristas que participaram dos ocupas.

⁴⁴ Nas ocupações escolares os estudantes do ensino médio, utilizavam “secundas” ou “secundaristas” para demarcar seu nível escolar.

2 O CONTEXTO DAS OCUPAÇÕES ESTUDANTIS: O AVANÇO DAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS NA EDUCAÇÃO

*Vou chegar junto contigo nessa parada aí
Eu acredito é na rapaziada
Que segue em frente
E segura o rojão
Eu ponho fé no pé da moçada
Que não foge da fera
E enfrenta o leão
Eu vou à luta com essa juventude
Que não corre da raia
À troco de nada
(Gonzaguinha)*

A constituição do modo de produção capitalista estrutura-se através da propriedade e da apropriação privada dos meios de produção, alicerçado sob a divisão social e técnica do trabalho. Na medida em que o mundo do trabalho se transforma, necessita da preparação de homens e mulheres para exercer funções diferenciadas no sistema produtivo e atender as exigências do mercado competitivo. Deste modo, o Brasil inserido em um contexto de capitalismo dependente⁵ e atrasado em relação aos países centrais, utiliza-se igualmente dos sistemas de ensino para atender as necessidades estruturais e manter o *status quo*.

Assim, percebe-se, ao longo da trajetória do sistema educacional brasileiro, como os programas governamentais localizados em seu tempo histórico, alinha-se estreitamente com o modo de produção capitalista, revelando a relação inerente entre capital-modo de produção-sistema ensino,

Mas, enquanto para alguns esse modelo é o mais adequado para a integração dos países de dentro do espectro das nações desenvolvidas e a única alternativa viável para produzir a modernização do modelo, tende a consolidar uma sociedade polarizada entre os setores sociais acumuladores

⁵ O conceito de capitalismo dependente foi cunhado pelo sociólogo Florestan Fernandes, este refere-se ao modelo econômico vigente nos países da América Latina. Para tanto afirma “o qual lança suas raízes na crise do antigo sistema colonial e extrai seus dinamismos organizatórios e evolutivos simultaneamente, da incorporação econômica, tecnológica e institucional a sucessivas nações capitalistas hegemônicas e do crescimento interno de uma economia do mercado capitalista. Esse modelo reproduz as formas de apropriação e de expropriação inerentes ao capitalismo moderno (aos níveis de circulação de mercadorias e da organização da produção). Mas, possui um componente específico e típico: a acumulação de capital institucionaliza-se para promover a expansão concomitantes dos núcleos hegemônicos externos e interno (ou seja, as economias centrais e os setores sociais dominantes). Em termos abstratos, as aparências são de que estes setores sofrem a espoliação que se monta de fora para dentro, vindo –se compelidos a dividir o excedente econômico com os agentes que operam a partir de economias centrais. De fato, a economia capitalista dependente está sujeita, como um todo, a uma depleção permanente de suas riquezas (existentes ou potencialmente acumuláveis), o que exclui a monopolização do excedente econômico por seus próprios agentes econômicos privilegiados”. (FERNANDES, 1973, p. 45).

de renda e amplos setores marginalizados e excluídos de uma participação social e econômica que resgate sua dignidade humana. (BIANCHETTI, 2005, p. 105).

Deste modo, o capitalismo brasileiro insere-se neste contexto de contradições econômicas, estruturais e sociais, assim como o sistema de ensino ajusta-se as demandas exigidas pelo capital e pelo projeto político vigente.

Para tanto, a sociedade brasileira revela na sua história o aprofundamento desta polarização refletida no sistema de ensino⁶ “era bem demarcada, a trajetória educacional dos que iriam desempenhar as funções intelectuais ou instrumentais, em uma sociedade cujo desenvolvimento das forças produtivas delimitava claramente a divisão social e técnica do trabalho”. (KUENZER, 1997, p. 12).

A trajetória do sistema educacional brasileiro ao longo da sua constituição revelou o alinhamento ao modo de produção capitalista, utilizando-se da estrutura escolar para reproduzir e atender as necessidades do modelo de desenvolvimento vigente do país.

Neste capítulo, vamos analisar o avanço das políticas neoliberais e os ajustes executados pelos governos vigentes, para atender as exigências do capital externo. Destacamos a implantação da LDB 9394-96 e seus desdobramentos quanto às políticas do Ensino Médio, no governo FHC (1995-2003) e a aprofundamento da dualidade escolar do Ensino Médio com o decreto 2.208/97.

Logo após, vamos analisar os governos de Lula (2003-2011) e de Dilma Rousseff (2011-2016). Governos de base popular, constituído nos movimentos sociais. Acreditava-se nas mudanças nas estruturas da sociedade brasileira, porém o governo Lula, ainda na carta ao povo brasileiro, em 2002, anunciava que os avanços ocorreriam dentro dos marcos institucionais. Como afirma Verissimo (2018, p. 9),

não se constrói o país mais desigual do mundo em pouco tempo. Foi um longo processo, que começou com o primeiro nativo sendo espoliado pelo primeiro português, na cena inaugural, e continua até hoje –mais de quinhentos de submissão de uma maioria a castas dominantes e fechadas, primeiro a dos nossos colonizadores, depois a de uma oligarquia nacional empenhada em se manter fechada e dominante.

⁶ Esta polarização educacional brasileira encontra-se nas bases da nossa sociedade. Historicamente o sistema educacional foi posto o serviço do mundo trabalho, as escolas técnicas e propedêuticas, ou mesmo os currículos diferenciados entre as escolas públicas e privadas, e ainda nas escolas públicas ensino técnico, preparando os estudantes para atender as demandas do mercado ou ainda um currículo geral empobrecido de conteúdos e tempo escolar, dificultando o acesso aos bancos universitários. Cf.: Acacia Kuenzer, Marise Ramos e Gaudêncio Frigotto.

Deste modo, vamos observar ainda, os avanços e retrocessos das políticas educacionais neste período. A implantação do decreto 5.154/2004, e revogação do decreto 2.208/97, importante para as políticas educacionais do Ensino Médio.

Além disso, salientamos as Jornadas de junho em 2013, na busca de dar voz aos anseios das ruas e o avanço das forças conservadoras culminado no impeachment da Ex-presidente Dilma Rousseff e chegada ao governo do vice-presidente Michel Temer.

No decorrer do capítulo, destacamos como a experiência dos jovens nos movimentos estudantis⁷, foi se constituindo em reação as políticas neoliberais em curso. Ainda, reconhece-se que após a universalização do acesso escolar com promulgação da Lei de Diretrizes e Bases 9396-96, a escola pública, recebe novos rostos. Sujeitos que por anos estiveram excluídos dos bancos escolares, mas neste momento adentram este espaço, trazendo consigo seu *modus vivendi*, e assim, modificando o perfil da escola pública. Neste momento é importante salientar que estes jovens, tendem a não se aproximar das formas tradicionais de fazer política ou de organizações, percebe-se um distanciamento das organizações formais, a busca por autonomia.

2.1 Políticas Neoliberais e o Movimento Estudantil (1993-2003)

Aluga-se
A solução pro nosso povo eu vou dá
Negócio bom assim ninguém nunca viu
'Tá tudo pronto aqui é só vim pegar
A solução é alugar o Brasil
Nós não vamo paga nada
Nós não vamo paga nada
É tudo free
Tá na hora agora é free
Vamo embora
Dá lugar pros gringo entrar
Esse imóvel tá pra alugar ah ahahah
 (Raul Seixas)

A música de Raul Seixas composta em 1980 prenunciava as políticas a partir da década de 1990. Com a eleição de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) estreitam-se na política econômica brasileira as políticas neoliberais, ordenadas pelo Banco Mundial e FMI.

⁷ Desde a década de 1930, quando houve as fundações da União Nacional dos Estudantes (UNE-1937) e da União Brasileira Estudantil Secundarista (UBES-1948), os estudantes brasileiros enfrentaram duas ditaduras: de 1930 a 1945 e de 1964 a 1981, e defenderam suas bandeiras atreladas nacionalistas e progressistas. A educação pública, laica e de qualidade sempre esteve no bojo das lutas estudantis. Cf.: Semeraro (1994); Araújo (2007); Poerner (2004); Matos (2009); Cintra; Marques (2009).

O aceno brasileiro aos organismos internacionais iniciou ainda no governo de Fernando Collor, e sucessivamente através dos governos, enraizou-se no país. Esta nova fase do capitalismo, exige amplas reestruturações nas economias dos países que dela dependem. Portanto as políticas neoliberais demarcam a nova organização mundial do mercado econômico.

As teses neoliberais se fundamentam nas ideias de Friedrich Hayek e Milton Friedman, seus maiores expoentes. Estes autores fazem uma dura crítica às sociedades democráticas de estado interventor ou regulador da economia denominado por Estado de Bem Estar Social, assim como aos regimes socialistas e comunistas ou mesmo da aproximação entre o socialismo e capitalismo, a chamada “terceira via”. Para estes autores, qualquer forma de governo que interfira no desenvolvimento livre do mercado, torna-se problema para o livre comércio “a insistência na necessidade de guardar intactos os princípios da “sociedade aberta”, vem a sua crítica ao Estado de Providência, tido como destruidor da liberdade dos cidadãos e da competição criadora, bases da prosperidade humana”. (MORAES, 2001, p. 28).

A defesa do estado mínimo prevê uma diminuição das ações do Estado e a retração da influência política nas decisões relacionadas ao mercado econômico. Esta redução do papel Estatal relaciona-se diretamente com serviços essenciais públicos como: saúde, educação, transporte, seguridade social dentre outros. Para Bianchett a característica mais importante desta nova configuração da ordem econômica é “ampliação do raio da ação lógica de mercado”, portanto,

Enquanto nas concessões liberais-sociais se reconhece a desigualdade derivada do modo de produção capitalista e, portanto, aceita-se a intervenção do Estado para diminuir as polarizações, o neoliberalismo rechaça qualquer ação estatal que vá além da de ser um “arbitro imparcial” das disputas. A ideia do Estado Mínimo é uma consequência da utilização da lógica do mercado em todas as relações sociais, não reduzidas somente no aspecto econômico. (BIANCHETTI, 2005, p. 88).

Além disso, a ofensiva do governo de Fernando Henrique Cardoso, na privatização de empresas estatais, e no esforço para retirar direitos sociais e trabalhistas, se justificaria na política econômica adotada⁸. Como alerta Neves (2005, p. 150),

⁸ “Ainda fortalecido pela ampla coalizão de forças políticas e conservadoras que o apoiaram, FHC aprovou emenda constitucional permitindo a própria reeleição e teve tempo e espaço político para levar adiante o que Collor de Melo apenas ensaiara: privatização em larga escala; redução drásticas dos investimentos do estado em políticas sociais; reforma administrativa (para reduzir gastos com funcionários) e implantar a lógica do ‘Estado mínimo’; reforma previdenciária (reduzindo direitos de seguridade dos trabalhadores); flexibilização da legislação trabalhista”. (BADARÓ, 2009, p. 131).

As políticas do governo de Fernando Henrique Cardoso estiveram destinadas a iniciar um processo de redefinição das relações entre aparelhagem estatal e sociedade civil, a partir de noções de “colaboração” e de “parcerias”, visando com isso a desenvolver ações educadoras da sociabilidade neoliberal de forma mais orgânica. Foi nessa direção que surgiram novas organizações burguesas que passaram a somar esforços decisivos na tarefa de reeducar a sociedade”.

Este novo modelo de governabilidade do estado brasileiro, descentraliza do estado funções importantes, mantidas pelo estado forte e regulador, como educação, saúde, cultura, pesquisa científica, segurança e previdência. Para isto, foi necessário como afirma Neves (2005, p. 178),

“demonizar” o modelo de estado, suas empresas e seus funcionários. Frente a um passado de Estado ditatorial, ineficiente e burocrático, “paquidêmico”, essa tarefa foi impulsionada com a adesão de setores majoritários da mídia, políticos e intelectuais. Em contrapartida, era apresentada a eficácia do mercado, que por isso, deveria gerenciar as empresas estatais privatizadas”.

Logo, a ‘demonização’ do estado seria uma das estratégias governamentais para justificar o avanço ostensivo contra as estatais brasileiras e os direitos sociais. A retórica de um estado ineficiente, burocrático e paquidêmico, seria fomentada pela mídia, políticos e intelectuais, que apoiavam o governo e suas políticas.

O desmonte das instituições sindicais e a criminalização dos movimentos sociais estão no bojo do debate neoliberal. Os movimentos sociais e estudantis sentiriam a repressão. Portanto o diálogo do governo com representantes dos movimentos sociais e estudantis seria penoso ou inexistente, deste modo o presidente Joel Benin da UBES na época, comenta sobre a resistência estudantil⁹,

“Foi um confronto. Ai já não havia dialogo, havia uma disparidade muito grande nas propostas. O que fazíamos era ocupar as delegacias do MEC, delegacias do Ministério da Fazenda”, e ainda, “Uma vez estávamos eu, o Gusmão da UNE e mais alguns. Encheram a gente de porrada, fomos parar no hospital e tudo mais. Então foi confronto com a gestão, o movimento estudantil se mobilizou muito nesses 8 anos. A luta começou a ser de toda a

⁹ “A UNE se manifestou contária ao projeto de governo de FHC, pois este representava “a retomada do projeto neoliberal, com sua agenda de privatizações, flexibilizações, redução de direitos e conquistas sociais e trabalhistas, submissão do país na política externa, econômica e comercial, etc.” (POERNER, 2004, p. 301). Ainda convém lembrar-se, das políticas estatutárias tanto da UNE quanto da UBES, sendo que estas estão atreladas a defesas das políticas progressistas e nacionalistas. A ofensiva neoliberal contrariava a história da defesa destas duas importantes entidades.

sociedade, contra as privatizações, contra o neoliberalismo. Foi um confronto difícil. (CINTRA; MARQUES, 2009, p. 283).

Os trabalhadores e suas respectivas entidades buscaram resistir aos avanços das políticas de ajustes econômicos, que atingiriam entre outros setores da sociedade, os direitos trabalhistas¹⁰.

Além disso, os trabalhadores identificariam os rumos do desenvolvimento econômico e social que o Brasil tomava. Refém das exigências do mercado, com a defesa do livre mercado e do Estado mínimo, sendo que, o Estado é “como um espaço artificial de articulação das relações sociais manifesta-se através do governo da sociedade, mantendo um papel periférico na relação com o mercado, que é quem na realidade, produz a dinâmica social”. (BIANCHETTI, 2005, p. 78).

Outro aspecto importante da reestruturação da nova ordem estabelecida são as reformas nos sistemas educacionais. A mercantilização da escola pública é uma delas, sendo alinhada aos interesses do setor privado.

Nos setores econômicos apresenta-se primeiro como proposta de apadrinhamento de empresas nas escolas. Fundamentados em discursos de que o setor empresarial tem dinamismo, organização e ainda conhece as reais necessidades de mão de obra exigida pelo mercado. Em um importante pronunciamento sobre os sistemas de ensino do Presidente Fernando Henrique Cardoso um ano após assumir a presidência, ratifica esta lógica,

Apelando para que “cada um faça a sua parte”, afirmava o presidente dia 7 de fevereiro de 1995: “as pessoas com mais recursos, as empresas grandes e pequenas, também devem pensar no futuro do Brasil, assumindo a manutenção de uma ou mais escolas da vizinhança”. (GENTILI, 1988, p. 82).

A educação torna-se mercadoria de troca, entre o capital financeiro e o Estado “transferir a educação da esfera da política para a esfera do mercado, negando sua condição de direito social e transformando-a em uma possibilidade de consumo individual, variável segundo o mérito e a capacidade dos consumidores”. (GENTILI, 1988, p. 18). A educação

¹⁰ “O movimento dos petroleiros, em 1995. Uma greve, que durou 32 dias, colocou em pauta reivindicações econômicas da categoria e a defesa do monopólio estatal sobre o petróleo, que acabaria por ser quebrado pelo Congresso Nacional, na época do movimento. Para reprimir a greve e criar um exemplo para o conjunto do movimento sindical, o governo demitiu lideranças, a imprensa acusou os petroleiros pela falta de gás de cozinha (na verdade, os distribuidores especulavam com o produto para garantir um aumento de seu preço) e a Justiça do Trabalho decretou a “abusividade” da greve, estabelecendo uma multa diária de R\$ 100 mil enquanto durasse a paralisação, penhorando bens e retendo a receita das contribuições dos sindicalizados”. (BADARÓ, 2009, p. 133).

regulada pelo mercado nos marcos do neoliberalismo possibilita somente aos mais aptos e fortes ter acesso e sobreviver, assegurando toda estrutura classista e excludente do sistema capitalista.

O sistema educacional brasileiro passaria por grandes transformações, sendo estas alinhadas diretamente à política econômica vigente no país. O governo busca com a promulgação Lei de Diretrizes e Bases 9394-96, alinhar o sistema educacional brasileiro os ditames dos organismos internacionais.

No entanto houve embates entre grupos divergentes que defendiam propostas com projetos políticos distintos. Grupos de educadores que fizeram parte das lutas pela redemocratização propunham um projeto educacional que possibilitasse a todos os brasileiros o acesso às instituições de ensino e de qualidade. Assim “a preocupação geral passa a girar em torno da busca de propostas alternativas para encaminhar os problemas da educação brasileira em consonância com o processo de democratização”. (SAVIANI, 2011, p. 405).

Houve muitos progressos no campo teórico da educação, intensos debates, publicações e construções coletivas, mas na realidade concreta tivemos poucos avanços. A LDB construída após amplo debate com a sociedade e que representava os anseios dos educadores, foi apresentada pelo Deputado Octávio Elísio, no entanto foi arquivada.

Assim o grupo que atuava junto ao governo constituído de princípios neoliberais, estancava as principais iniciativas educacionais proposta pelos educadores brasileiros, aceitando enfim a proposta formulada por Darcy Ribeiro, “Foram sendo tomadas, pelo alto e autoritariamente diferentes medidas legais, numa reforma a conta gotas, até aparecer o projeto de Darcy Ribeiro que, como lembrava Florestan Fernandes, deu ao governo o projeto que esse não tinha”. (FRIGOTTO, 2012, p. 13).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação n.º. 9394/96 foi publicada em diário oficial, no dia 20 de dezembro de 1996. Reafirmava o direito a educação, existente na constituição cidadã de 1988, e definiu princípios, fins e direitos educacionais, incluindo deveres da União, Estados e Municípios. Destaca Kuenzer (1997, p. 30),

Define-se a educação em seu conceito mais amplo, superando a ideia de escolaridade para adotar a compreensão de que ocorre no interior das relações sociais, reconhecendo a dimensão pedagógica do conjunto dos processos que se desenvolvem em todos os aspectos da vida social e produtiva. Este conceito mais amplo de educação incorpora o conceito de trabalho, reconhecendo sua dimensão pedagógica e a necessidade da educação escolar vincular-se ao mundo do trabalho e a prática social, uma vez que o fim da educação é preparar o cidadão para se constituir como humanidade participando da vida política e produtiva.

A nova LDB 9394/96, procurou nortear a universalização do ensino de qualidade a todos, considerando a importância e democratização da educação básica promulgada na constituição de 1988. Além disso, a nova LDB¹¹ contemplou todas as modalidades de ensino, sendo composta pela Educação Básica e Educação Superior.

Apesar dos avanços quanto à universalização do acesso aos estudantes, esta proposta apresenta aspectos ambivalentes referentes ao ensino médio. Deste modo reitera Kuenzer (1997, p. 31), sob a aparente transparência da proposta, apresenta uma interpretação equivocada, “particularmente no que diz respeito a proposta do ensino médio e a formação técnico-profissional, fruto de toda uma história de dualidade estrutural que tem caracterizado nosso sistema de ensino”.

E continua, sobre esta ambivalência da proposta, sendo esta de caráter dúbio,

A proposta de ensino médio, na concepção do Sistema Nacional de Educação, permite a criação de cursos profissionalizantes *stricto sensu*, em paralelo à educação de educação básica; A proposta de constituição do Sistema Nacional de Educação não se esgota na questão da formação técnico-científica, que deverá ser objeto de um outro sistema paralelo: o Sistema de Educação Tecnológico atualmente em estudo pela Secretaria Nacional Educação Tecnológica do Ministério da Educação (SENETE/MEC), junto a Secretaria de Ciência e Tecnologia. (KUENZER, 1997, p. 33).

É importante destacar a regressão do decreto 2.208/97, logo após a promulgação da LDB, “com efeito, este decreto restabelece o dualismo, ainda que, no lugar, da educação e assume o ideário pedagógico do capital ou do mercado”. (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2012, p. 13).

Cunha (2002, p. 103) dialoga com esta análise, ao afirmar:

A partir de uma interpretação a meu ver sem fundamento, da LDB/96, o decreto criou um sistema de educação profissional paralelo de ensino regular de educação geral, fazendo a estrutura da educação brasileira retornar aos

¹¹ A Educação Básica é composta da seguinte forma: Educação Infantil – creches (de 0 a 3 anos) e pré-escolas (de 4 e 5 anos) – É gratuita mas não obrigatória. É de competência dos municípios; Ensino Fundamental – anos iniciais (do 1º ao 5º ano) e anos finais (do 6º ao 9º ano) – É obrigatório e gratuito. A LDB estabelece que, gradativamente, os municípios serão os responsáveis por todo o ensino fundamental; Ensino Médio – O antigo 2º grau (do 1º ao 3º ano). É de responsabilidade dos Estados. Pode ser técnico profissionalizante, ou não; O Ensino Superior, sendo este de responsabilidade da União, podendo ser oferecido por Estados e Municípios, desde que estes já tenham atendido os níveis pelos quais é responsável em sua totalidade. Cabe a União autorizar e fiscalizar as instituições privadas de ensino superior. A LDB, ainda contempla outras modalidades de ensino como: Educação Especial; Educação à Distância; Educação Profissional e Tecnológica; Educação de Jovens e Adultos e Educação Indígena. (BRASIL, LDB, 9394-96).

anos 40, quando da promulgação dos decretos-leis relativos ao ensino médio – chamadas de “Leis” orgânicas.

Os cursos técnicos integrados possibilitavam diplomas técnicos em diversas áreas, mas com currículos extensos que facultava ao estudante do ensino médio a viabilidade do ingresso na educação superior, assim “o ensino médio e ensino técnico passaram a ser matérias de currículos distintos, este último composto de módulos exclusiva ou predominantemente orientados para aplicações imediatas”. (CUNHA, 2002, p. 104).

Este decreto proibiu a existência de cursos técnicos integrados, estabelecendo formas aligeiradas de educação profissional, frente às necessidades do mercado, portanto,

A política da educação profissional de FHC não se resumiu ao ensino técnico. Ela abrangeu ações voltadas para a qualificação e a requalificação profissional, desviando a atenção da sociedade das causas reais do desemprego para a responsabilidade dos próprios trabalhadores pela condição de desempregados ou vulneráveis ao desemprego. Esse ideário teve nas noções de “empregabilidade” e “competências” um importante aporte ideológico, justificando, entre outras iniciativas, projetos fragmentados e aligeirados de formação profissional, associados aos princípios da flexibilidade dos currículos e da própria formação. (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2012, p. 38).

Ainda é importante destacar a resistência dos estudantes secundaristas à nova proposta do ensino médio e educação profissional, sendo que,

A UBES não ficou parada diante dessa escalada. “fizemos uma grande campanha em defesa do ensino técnico, com a bandeira do ‘Queremos mais que apertar parafusos’, que defendia que o ensino profissionalizante continuasse veiculado com o ensino de segundo grau, dando uma formação mais ampla aos futuros profissionais. Respondíamos a um decreto do governo federal que fazia a desvinculação. Foi uma luta que aconteceu em todas as escolas técnicas e agrotécnicas do país e foi traduzida em enormes manifestações”. (CINTRA; MARQUES, 2009, p. 284-285).

Portanto, podem-se mencionar as faces sutis das políticas neoliberais, quando se apresenta a criação de sistemas paralelos de ensino, sendo estes de caráter privado e financiados pelo poder público. Vale ainda mencionar que desde a década de 1940, com a criação Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), e também do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), apresenta-se a política governamental de destinação de dinheiro público para financiar instituições privadas.

Além disso, a LDB 9394-96 contempla no capítulo dos Recursos Financeiros a aplicação de recursos financeiros públicos no setor privado, isto é, no artigo 77, assim menciona-se: “os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser destinados a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas”. Deste modo, estabelece-se na lei o financiamento público-privado. Portanto reconhece Cunha (2007, p. 816),

Na segunda metade da década de 1990, já no governo FHC, a promulgação da LDB trouxe novos elementos ao processo. Ela reconheceu, pela primeira vez na legislação brasileira, a possibilidade de lucro para as instituições privadas de ensino: as particulares, no sentido estrito, definidas, implicitamente, por oposição às instituições privadas sem fins lucrativos (comunitárias, confessionais e filantrópicas).

Além disso, as políticas neoliberais, afirmam a necessidade da universalização do ‘Ensino Básico’, sendo o Ensino Superior, de caráter progressivo, mas não obrigatório. Por consequência, não sendo obrigação de o Estado manter ou financiar, podendo ser relegado a instituições privadas, sendo estas fomentadas por financiamento de recursos públicos, como previsto na LDB 9394-96. Portanto, os sistemas de ensino alinhado a esta perspectiva econômica orienta-se, como afirma Gentili (1998, p. 19-20), a partir lógica do mercado:

A reforma administrativa proposta pelo neoliberalismo orienta-se a despublicizar educação, ao transferi-la para a esfera da competição privada. Reduzida à sua condição de mercadoria, a educação só deve ser protegida não por supostos direitos “sociais”, mas pelos direitos que assegurem o uso e a disposição da propriedade privada por parte de seus legítimos proprietários. É nesse marco que se reconceitua a noção de cidadania, mediante uma revalorização da ação do indivíduo enquanto proprietário que elege, opta, compete para ter acesso a (comprar) um conjunto de propriedades –mercadorias de diferentes tipos, sendo a educação uma delas. O modelo de homem neoliberal é o cidadão privatizado, responsável, dinâmico: o consumidor.

Para tanto, nesta nova ordenação econômica do país, explicita-se a necessidade de universalizar o ensino básico a todos e a todas, dando-lhes “cidadania”. Para assim, poder competir de “forma igualitária” no mercado de trabalho do sistema capitalista. Portanto o Estado cumpre seu papel social, cabendo ao sujeito galgar novos espaços, por esforço próprio e assim ‘ascender socialmente’, e ainda delegando, “um aumento da responsabilidade das famílias em relação ao financiamento da educação como consequência da privatização direta ou indireta do ensino público”. (GENTILI, 1998, p. 34).

Saviani (2011, p. 431) contribui dizendo:

Configura-se, nesse contexto, uma verdadeira “pedagogia da exclusão”. Trata-se de preparar os indivíduos para, mediante sucessivos cursos dos mais diferentes tipos, se tornarem cada vez mais empregáveis, visando escapar da condição de excluídos. E, caso não o consigam, a pedagogia da exclusão lhes terá ensinado a introjetar a responsabilidade por essa condição.

Ainda convém lembrar que, após a aprovação da LDBN, houve a elaboração de um material para orientar os professores no que se refere estruturação dos conteúdos e práticas de ensino. Assim os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), estabeleceriam a base teórica para os currículos e as práticas docentes. No entanto, este documento norteador carregava os princípios da pedagogia do “aprender a aprender”.

Esta pedagogia encontra no Relatório de Jaques Delors publicado pela UNESCO em 1996 e estrutura a educação em quatro pilares básicos: aprender a aprender; aprender a conviver; aprender a ser e aprender a fazer. Estes quatro pilares básicos para educação encontram-se explícitos nos PCNs, “trata-se, agora, de capacitar para adquirir novas competências e novos saberes” (SAVIANI, 2011, p. 433), e ainda,

Tais práticas se manifestam com características light, espalhando-se por diferentes espaços, desde as escolas propriamente ditas, passando por ambientes empresariais, organizações não governamentais, entidades religiosas e sindicais, academias e clubes esportivos, sem maiores precisão conceitual e rigor teórico, bem a gosto do clima pós-moderno. (SAVIANI, 2011, p. 433-434).

A pedagogia do aprender a aprender coaduna com reestruturação do capital¹². Para o neoliberalismo a formação dos sujeitos devem atender as necessidades do mercado econômico. Assim os trabalhadores devem estar aptos às mudanças do setor produtivo, Saviani (2011, p. 429), assevera,

Nessas condições reforçou-se a importância da educação escolar na formação desses trabalhadores que, pela exigência da flexibilidade, deveriam ter um preparo polivalente apoiado no domínio de conceitos gerais,

¹² Após um longo período de acumulação de capitais, que ocorreu durante o apogeu do fordismo e da fase keynesiana, o capitalismo, a partir do início dos anos 1970, começou a dar sinais de um quadro crítico, cujos traços mais evidentes foram: queda da taxa de lucros; esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista; hipertrofia da esfera econômica; maior concentração de capitais graças às fusões entre empresas monopolistas e oligopolistas; a crise do *Welfare State* ou “Estado de bem-estar social”; incremento acentuado das privatizações, tendência generalizada às desregulamentações e à flexibilidade do setor produtivo, dos mercados e da força de trabalho. Como resposta iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal. (ANTUNES, 2009).

abstratos, de modo especial aqueles de ordem matemática. Manteve-se, pois, a crença na contribuição da educação para o processo econômico-produtivo.

O novo ordenamento do capital exige a formação de um novo sujeito para atender as demandas do mercado. Assim palavras como: adaptabilidade, flexibilidade, competências, habilidades, meritocracia, maleabilidade, empreendedorismo, voluntariado, ocupam os espaços escolares e se naturalizam nos discursos de muitos gestores educacionais, professores, mídia, dentre outros instrumentos utilizados pelos grupos hegemônicos na formulação de um consenso em torno do aprender a aprender.

Deste modo, para se inserir na sociedade do consumo, necessita-se de uma nova formação humana, para uma nova e dinâmica sociedade, “o modelo de homem neoliberal é cidadão privatizado, responsável, dinâmico: consumidor”. (GENTILI, 1998, p. 20). E ainda este novo cidadão deve ser adaptável, flexível, inovador, empreendedor, para desta forma, poder se ajustar as mudanças constantes do mundo do trabalho. Portanto Gentili e Silva (1997, p. 42), reiteram:

Os grandes mentores desta veiculação rejuvenescida são o Banco Mundial, BID, UNESCO, OIT e os organismos regionais e nacionais a eles vinculados. Por esta trilha podemos perceber que tanto a integração econômica quanto a valorização da educação básica geral para formar trabalhadores com capacidade de abstração, polivalentes, flexíveis e criativos ficam subordinadas à lógica do mercado, do capital e, portanto da diferenciação, segmentação e exclusão.

Deste modo, as políticas educacionais reformuladas a partir da década de 1990, corporificadas na LDB 9394/96 e nos Parâmetros Curriculares Nacionais PCNs, de 1997, possuem na sua estrutura a lógica o neoliberalismo. Compreende-se a importância da formulação destes documentos como marco regulatório da educação brasileira, no entanto, revelam-se os interesses da sua estrutura, assim ao “transferir a educação da esfera do mercado, negando sua condição de direito social e transformando-a em uma possibilidade de consumo individual, variável segundo o mérito e capacidade dos consumidores” (GENTILI, 1998, p. 18).

Porém essas mudanças na política econômica do país e seus devidos ajustes, não ocorreriam de forma pacífica, como já mencionada anteriormente. Os movimentos sociais enfrentaram o governo de FHC, com resistência, diante dos ataques das políticas neoliberais, as mudanças na estrutura dos sistemas de ensino e contra a retirada de direitos dos

trabalhadores¹³. Outras entidades vincular-se-iam, contra o avanço das políticas neoliberais, como a CUT, MST, UBES¹⁴, surgindo assim o Fórum dos Movimentos Sociais. Por consequência,

No dia 26 de agosto de 1998, a Marcha dos Cem Mil ocupa a Esplanada dos Ministérios e a Praça dos Três Poderes, na maior manifestação contra FHC e o FMI. O ato foi promovido pelo Fórum Nacional de Luta por Trabalho, Terra e Cidadania, do qual a UBES fazia parte. Os manifestantes entregaram ao presidente da Câmara um manifesto com 1,3 milhões de assinaturas pela abertura da CPI da privatização do Sistema Telebrás e por mudanças na política. (CINTRA; MARQUES, 2009, p. 288-289).

Ainda convém lembrar, que a partir da década de 1990, com a busca da universalização do ensino básico por meio da promulgação da LDB 9394-96, sujeitos que por anos estiveram afastados dos bancos escolares públicos ocupam este espaço que lhes é de direito. Assim os jovens provindos das classes populares inserem-se no contexto escolar, trazendo a diversidade social, de raça, gênero, cultural dentre outros.

Aqui é importante destacar os dados do INEP (BRASIL, 2003), nos anos de 2000, a taxa de analfabetismo para a população com 15 anos ou mais, era de 13,63%. No Ensino Médio a taxa de matrícula era de 8.192.948 no âmbito nacional, porém somente 1.836.130 concluíam esta etapa de ensino, revelando o descompasso das matrículas e da evasão escolar dos estudantes matriculados.

Neste momento histórico pode-se dizer que a participação política da juventude no Brasil é mais tímida. Concordamos com Sousa (2002, p. 9), quando salienta que “a realidade demonstra que a juventude não faz da política seu objeto de expressão. São jovens que não se expõe, ou seja, não tornam públicas as suas insatisfações privadas”. No âmbito público são apontados como um “problema social”, sendo que estes são relegados a pífias políticas

¹³ “No ano seguinte, durante uma greve de professores na UFRJ, foi a vez da maior assembleia estudantil do Fundão, com cerca de 1.500 alunos mobilizados contra o projeto de cobrança de mensalidades nas universidades públicas que tramitava na Câmara dos Deputados. Sob o lema “Eu Não Aguento FHC”, um dos raros sinais de resistência a política federal numa fase ainda marcada pelo sucesso da estabilidade monetária, a UNE não parou de fustigar o presidente e o seu ministro”. (POERNER, 2004, p. 302).

¹⁴ “Juana, ex-presidente da UBES na época, relata sobre este importante momento da história estudantil: no dia anterior, todos os movimentos sociais foram para a porta do prédio onde estava sendo feito o leilão. Queríamos realmente conseguir entrar e impedir esse processo, só que o que aconteceu é que apanhamos muito nesse dia, era coisa de jornal nacional, e continua “no dia seguinte, nas escolas todas, havia aquele sentimento de indignação. Isso fez com que a nossa causa ganhasse muito mais adesão. A gente foi para as escolas, e a imagem dos estudantes secundaristas apanhando na TV repercutiu muito. Aí então o movimento cresceu, apareceu gente de todos os lados e havia mais estudantes do que policiais no fim das contas. Aí houve a história das rosas, uma imagem linda, os policiais do lado de dentro das grades e os estudantes de fora, ao invés de mandar pedras ou algo assim, entregavam flores pros soldados. Estávamos ansiosos, houve até uma euforia porque a justiça conseguiu paralisar o leilão. A gente comemorou e tudo mais, mas no final da tarde eles conseguiram privatizar”. (CINTRA; MARQUES, 2009, p. 287).

públicas do Estado e “apesar de comporem um segmento significativo da população economicamente ativa do país – são trabalhadores e representam estatisticamente a grande maioria da população”. (SOUSA, 2002, p. 9). Porém não usufruem do fruto da produção das riquezas.

Ausentes das manifestações e debates das questões políticas e sociais a falta de participação destes jovens pode ser atribuída muito mais à desinformação e a uma formação educativa precária. Expressam com a falta de ação e de consciência o que mostram as pesquisas: são críticos ao individualismo, são contra o poder dominante, valorizam a família e a carreira como objetivos de vida; encaram a modernidade como um avanço, são conservadores em assuntos da vida privada. (SOUSA, 2002, p. 9).

No entanto, muitos destes jovens, como aqui falamos em “juventudes”, entendem que a participação política transcende o espaço institucional, parlamentar, ou nas formas tradicionais de fazer política. Muitos encontram no campo da cultura formas de participação, assim “estão presentes em grupos de pastorais, raciais de interesse e afinidade nos bairros e comunidades”. (SOUSA, 2002, p. 11).

Na sua grande maioria são jovens dos setores populares urbanos que a partir dos anos 80 vêm identificando a territorialidade das periferias das cidades por uma cultura juvenil detentora de um pensamento social original e crítico. Os saltos do *break*, o colorido gráfico dos painéis de rua, a expressão performática musical, e o envolvimento com os problemas da comunidade formulam valores de contestação e imprimem significados de resistência de classe no domínio cultural do espaço público enquanto vai estabelecendo a base educativa para a politização de milhares de jovens. Organizados em rede, oscilam entre a autonomia e a tutela institucional proposta em trabalhos sociais de organizações não governamentais e governamentais preocupados com o segmento juvenil. (SOUSA, 2002, p. 11).

O movimento Hip Hop¹⁵ seria uma dessas formas de expressão que se destacaria neste período: “pode-se afirmar que o Hip Hop deu origem a um dos mais significativos movimentos da juventude desta última década revelado num raio de influência além do universo simbólico da política”. (SOUSA, 2002, p. 12). Sendo esta expressão de luta e resistência da juventude da periferia.

¹⁵ O movimento Hip Hop não se esgota como manifestação cultural – tem uma natureza política, ou seja, atribui um papel político à cultura e propicia ao jovem construir sua identidade individual – que diz respeito ao indivíduo – e a identidade coletiva – aquela que diz respeito à esfera pública resultante da expressão política de grupo. É um modo autêntico de os jovens encontrarem, cultivarem o elemento político, de mostrarem que ter necessidades não é o bastante e que, para a transformação da carência em direito, é preciso expressá-la. (SOUSA, 2002, p. 11).

Outros jovens não se identificam com as formas tradicionais de organização e buscam em outras esferas novos formatos de estratégias e de participação, e “ampliam sua visibilidade política ao fazer parte de coletivos que atuavam em movimentos sociais, lutavam por questões orientados desde as relações políticas nacionais e internacionais e até as ecológicas”. (SOUSA, 2014, p. 23).

E continua,

Eram jovens que atendiam ao chamado de grupos de ação direta, grupos independentes ligados a entidades estudantis, coletivos anarquistas, socialistas, marxistas, que acreditavam em uma sociedade sem classes, mas num socialismo não ditatorial, autonomistas de várias tendências, estudantes geralmente não vinculados a siglas partidárias. Ambientalistas, sindicalistas, religiosos progressistas, cada qual com seu motivo de protesto também, ecologistas radicais que aderem em grupo ou individualmente à ação direta como simpatizantes de causas específicas e que não queriam se identificar com nenhuma tendência política, mas estavam presentes em manifestações coletivas de caráter ideológicos contra a ordem social. (SOUZA, 2014, p. 23).

Este novo formato de organização tem na internet uma importante ferramenta, assim podiam se organizar mundialmente e agir diretamente na sua localidade bem como, “organizavam-se horizontalmente, questionavam a hierarquia, criticavam as formas tradicionais de organização políticas consideradas a serviço das elites de dirigentes políticos, sindicalistas, parlamentares”. (SOUSA, 2014, p. 24). Ainda na década de 1990, movimentos *alter* ou *antiglobalização* insurgem no cenário internacional,

Eles demarcam territórios e tempos específicos para suas ações – os locais de grandes reuniões de cúpulas –, as cimeiras econômicas, como a Organização Mundial de Comércio (OMC), reunião de líderes como o anual encontro em Davos, ou reuniões políticas, como as reuniões do G8 (países mais influentes na época) etc. A partir do final dos anos de 1990, o campo temático deixou de lado a cultura e os valores de um tempo, como nos anos de 1960, assim como não voltou ao tema das lutas operárias e do internacionalismo proletário. Os repertórios focalizaram as políticas macroeconômicas e seus efeitos no mundo globalizado e clamaram: “um mundo possível”. As formas de comunicação alteram-se muito nos anos de 1990 em relação às dos anos de 1960. A era dos computadores já predominava, unindo os jovens de diferentes partes do mundo em ideias e ações comuns. (GOHN, 2014, p. 13-14).

Esta busca pela independência encontra no socialismo autogestionário seu aporte teórico, pois ninguém deveria se submeter e nenhuma autoridade ou direção,

“os indivíduos deveriam estar juntos por partilharem de ideias que os levariam ao ativismo e protestos. Assim, individualmente ou em algum grupo de afinidade, os jovens se juntavam numa espécie de rebelião aberta, mutante, definida e preparada coletivamente”. (SOUZA, 2014, p. 24).

Aqui convém apontar, que anos mais tarde, no movimento das ocupações escolares no Chile e no Brasil, este formato de independência e organização autogestionária estará presente.

Portanto, em face da realidade da década de 1990, sobre os avanços das políticas neoliberais em nosso país, consegue-se perceber a resistência dos movimentos sociais e dos movimentos estudantis, bem como novas formas de organização e atuação da juventude. A política de desnacionalização do país, com privatização de inúmeras empresas estatais, a retirada de direitos dos trabalhadores e a conformação do sistema educacional brasileiro, ao ordenamento dos órgãos internacionais, revela a concepção de Estado, sociedade e de ser humano nesta matriz neoliberal.

Em 2002, chega ao fim o governo do sociólogo Fernando Henrique Cardoso, relegando ao próximo presidente Luís Inácio Lula da Silva, acordos e alinhamentos aos organismos internacionais difíceis de reverter.

2.2 Avanços e Retrocessos nas Políticas Educacionais do Ensino Médio: a Reação dos Estudantes (2003-2016)

*Eu vejo na TV o que eles falam sobre o jovem não é sério
O jovem no Brasil nunca é levado a sério
Sempre quis falar
Nunca tive chance
Tudo que eu queria
Estava fora do meu alcance
Não é sério
(Charlie Brown Jr.)*

O presidente Luís Inácio Lula da Silva chega a Presidência da República em 2003, após uma disputa com o candidato José Serra apoiado pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que representava a continuidade do seu governo. Lula proveniente das bases do sindicalismo e das lutas sociais representava mudança nas políticas econômicas e sociais, e ainda simbolizava a vitória das majorias, em uma sociedade estratificada, em que a oligarquia nacional esforçava-se a décadas para manter-se fechada e dominante.

Portanto, muitos esperavam que o governo de Lula realizasse mudanças rápidas e radicais. Mas ainda, como candidato em junho de 2002, quando apresentou a “Carta ao Povo Brasileiro”, demonstrava a intenção de fazer mudanças no país, mas estas, ocorrendo dentro dos marcos institucionais, sendo este um projeto de colisão de forças. Por consequência, o governo de Lula, fazia ajustes e concessões com o capital e também com as oligarquias brasileiras e internacionais aliados, ao mesmo tempo, fez avançar políticas sociais, amenizando a intensa desigualdade social do país.

É importante destacar neste governo que houve ampliação das políticas de participação da sociedade civil e nas agendas governamentais, no entanto ocorreu uma institucionalização dos movimentos sociais. Deste modo, reitera Gohn (2014, p. 54),

Os resultados das ações de grupos e movimentos sob a égide de políticas participativas institucionalizadas por instancias governamentais, também denominadas de participação institucionalizadas, são contraditórios. De um lado, as demandas sociais são postas como direito, abrindo espaço a participação via ações cidadãs. De outro lado, há perdas, principalmente de autonomia dos movimentos, e o estabelecimento de estruturas de controle social de cima para baixo, das políticas governamentais para os movimentos sociais. O controle social se instaura, mas com sentido dado pelas políticas públicas, ainda que haja a participação cidadã no estabelecimento das normativas.

Apesar da institucionalização de muitas demandas na agenda governamental, houve desde o início do governo Lula várias manifestações pelo país, que pressionaram governos municipais quanto o aumento de passagens de ônibus. Em Salvador, em 2003, aconteceu a Revolta do Buzu, que reuniu milhares de jovens entre 24 e 34 anos em manifestações pela cidade durante todo o mês de agosto daquele ano. (ROLNIK, 2013, p. 14). Na cidade de Florianópolis, em 2004, aconteceu a Revolta da Catraca. Através da ocupação de terminais rodoviários e bloqueios de acesso à ilha, os estudantes tensionaram o poder público a revogar o aumento da passagem urbana e contribuíram para a fundação do Movimento pelo Passe Livre (MPL). Conforme Rolnik (2013, p. 15), “movimento de transporte autônomos, horizontal e apartidário, cujos coletivos locais, federados, não se submetem a qualquer organização central. Sua política é deliberada de cima para baixo, por todos, em espaços que não possuem dirigentes, nem respondem a qualquer instância externa superior”.

Ainda no Governo Lula, evidencia-se uma disputa entre os setores progressistas e conservadoras da sociedade brasileira, sendo que esta correlação de forças determinaria os avanços e retrocessos no país.

No Ministério da Educação, o diálogo mediará às disputas entre as forças que compunham o governo, como a disputa pela revogação do decreto n. 2.208/97, que “estabelecia o caráter independente e separado da educação profissional do ensino médio, ainda que articulado a este, e sem apoio explícito no que concerne à gratuidade e ao financiamento, ela tem mais um responsável claro e distinto”. (CUNHA et al., 2002, p. 25-26). Assim, Frigotto (2012, p. 12) ressalta “este decreto¹⁶ restabelece o dualismo, e assume o ideário pedagógico do capital e do mercado-pedagogia das competências para a empregabilidade”.

O grupo que assumiu o MEC compreende a importância da revogação deste decreto para avançar nas discussões sobre o ensino médio. No entanto, entre a revogação do decreto n. 2.208/97 e a promulgação do decreto n. 5.154/2004, haveria intensos debates e disputas entre as forças que integravam o governo, porém “ou interpretamos o decreto como um ganho político e, também, como sinalização de mudanças pelos que não querem se identificar com o *status quo*, ou será apropriado pelo conservadorismo, pelos interesses definidos pelo mercado”. (FRIGOTTO, 2012, p. 27).

Dessa forma, o decreto n. 5.154/2004¹⁷, anunciaria avanços relevantes para a educação profissional, contradizendo o aspecto dual presente no decreto revogado. Por consequência, esta articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio, ocorreria de forma integrada, como afirma Frigotto (2012, p. 37), referindo-se ao decreto aprovado, “é a consolidação da base unitária do ensino médio, que comporte a diversidade própria da realidade brasileira, inclusive possibilitando a ampliação de seus objetivos, como a formação específica para o exercício de profissões técnicas”.

O decreto 5.154/2004, não apresenta todos os avanços esperados para as mudanças na estrutura da configuração do ensino médio, rumo às bases de uma educação politécnica¹⁸,

¹⁶ O decreto n.2.208/97, “criou um sistema de educação profissional paralelo ao ensino regular de educação geral, fazendo a estrutura de a educação brasileira retornar aos anos 40, quando da promulgação dos decretos – leis relativos ao EM – chamados de leis orgânicas. (CUNHA, et al., 200, p. 130).

¹⁷ 1º A articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio dar-se-á de forma: I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno; II - concomitante oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso, podendo ocorrer: a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; c) ou em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando o planejamento e o desenvolvimento de projetos pedagógicos unificados; III - subsequente oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio. (BRASIL, 2004).

¹⁸ “Politécnica diz a respeito ao domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno. Está relacionada aos fundamentos das diferentes modalidades de

entretanto representa “o ponto de partida para uma travessia, de tal forma que o horizonte do EM, seja a consolidação básica unitária e politécnica, centrada no trabalho, na ciência, na cultura”. (FRIGOTTO, 2012, p. 44).

Este ponto de partida representa um progresso para o ensino médio das escolas públicas, sendo que estas atendem os filhos das classes trabalhadoras. Deste modo, afirma Frigotto (2012, p. 44),

O ensino médio integrado é aquele possível e necessário em uma realidade conjunturalmente desfavorável – em que os filhos dos trabalhadores precisam obter uma profissão ainda no nível médio, não podendo adiar este projeto para o nível superior de ensino – mas, que potencialize mudanças para, superando-se essa conjuntura, constituir-se em uma educação que contenha elementos de uma sociedade justa.

No entanto, apesar do avanço com a publicação do decreto, haveria recuos, quanto à política do ensino médio e na educação profissional já que as políticas do governo passado não seriam totalmente suprimidas¹⁹.

É importante destacar que os movimentos sociais e a juventude ainda em 2005, organizavam-se e debatiam os rumos da sociedade brasileira e mundial. Houve a fundação do Movimento do Passe Livre (MPL) no V Fórum Social Mundial em Porto Alegre; Luta contra o aumento da tarifa em São Paulo; II Revolta da Catraca para barrar o aumento da tarifa em Florianópolis; mobilizações para revogar o aumento da tarifa na cidade de Vitória. (ROLNIK, 2013, p. 18).

Ainda é importante destacar que no mesmo ano foi criada a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), sendo que,

A partir daí, inúmeros programas e projetos foram criados pelo governo federal, gerando a linha de ação voltada a questões consideradas como prioritárias, como elevação de escolaridade, qualificação, serviços

trabalho e tem como base determinados princípios, determinados fundamentos, que devem ser garantidos pela formação politécnica”. (SAVIANI, 2003, p. 140).

¹⁹ “A manutenção da validade das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e para a Educação Profissional, após a edição do novo decreto, dá continuidade à política curricular do governo anterior, marcada pela ênfase no individualismo e na formação por competências voltadas para a empregabilidade. Reforça-se, ainda, o viés adequacionista da educação aos princípios neoliberais. Neste particular, reafirma-se um dos fetiches ou uma das vulgatas, insistentemente afirmada nos oito anos de Governo Fernando Henrique Cardoso, de que no Brasil não havia falta de empregos, mas de “empregáveis”. O relator, de forma inteligente e competente, por conhecer bem o pensamento do governo passado e dos empresários, acomodou o Decreto n. 5.154/2004 aos interesses conservadores, anulando o potencial que está em sua origem. Sob as Diretrizes Curriculares Nacionais vigentes e um parecer que sedimenta a separação, as perspectivas de mudanças substanciais de ordem conceptual, ética política e pedagógica, que poderiam ser impulsionadas pelo governo, ficam cada vez mais afastadas”. (FRIGOTTO et al., 2005, p. 1095).

socioeducativos e trabalho comunitário. Como por exemplo, pode-se citar o ProJovem, criado em 2005, e ampliando em 2007 com a incorporação de seis programas preexistentes (Agente do Saber, Saberes da Terra, ProJovem, Consórcios Sociais da Juventude, Juventude Cidadã e Escola da Fábrica). (GOHN, 2014, p. 61).

Outro momento importante dos estudantes na América Latina aconteceu em 2006 e influenciou as manifestações estudantis que eclodiram no Brasil em 2015 e 2016. Foi a Revolta dos Pinguins, no Chile.²⁰

Observa-se, portanto, que tanto no Brasil como na América Latina, havia a reação dos jovens estudantes as políticas neoliberais e o Governo Lula, que apesar do avanço com a publicação do decreto 5.154/2004, também dava mostras de alinhamento com tais políticas.

A articulação entre as políticas do ensino profissionalizante entre o Estado e a iniciativa privada, foi reafirmada, assim reforçando o viés adequacionista da educação nos princípios neoliberais. O governo Lula e Dilma, não faria mudanças radicais nas estruturas do sistema de ensino. Afirma Ramos sobre a relação público/privado,

Com a instituição do Pronatec que a relação entre público-privado e o tipo de formação profissional proposta ficará mais clara. O programa foi lançado em entrevista coletiva dada pelo Ministro da Educação, no dia 13 de abril de 2011. Em suas palavras, essa iniciativa utilizaria as mesmas ‘soluções clássicas’ utilizadas para ampliar o acesso ao ensino superior, tais como o Reuni (Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), o Fies (Financiamento Estudantil) e o Proni (Programa Universidade para Todos). O programa incorporaria, ainda, a política de expansão da rede federal e estaduais de educação profissional. (RAMOS, 2015, p. 7-8).

Além da expansão significativa nas redes federais e estaduais de ensino, o governo subsidiaria substancialmente as redes privadas de ensino ²¹ . Outro programa do governo federal que evidencia as parcerias, público-privada seria o SISUTEC (Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica), este é um sistema informatizado gerenciado pelo MEC no qual instituições públicas e privadas de ensino superior e de educação profissional, oferecem vagas gratuitas em cursos técnicos na forma subsequente

²⁰ Vale mencionar que no terceiro capítulo estes movimentos são discutidos.

²¹ “Em 2012, este programa teria abrangido 2,5 milhões de matrículas e, até 2014 prevê-se a oferta de 8 milhões de vagas em todo país. Relatório da gestão da SETEC de 2013, demonstra que, entre 2011 e 2013 foram ofertadas o total de 2.854.208 vagas pelo Pronatec, sendo 766.580 para curso técnicos e 2.087.628 vagas para o Fic (incluindo todos os subprogramas do Pronatec: Bolsa Formação, Brasil Profissionalizado, e-Tec, Acordo Sistema S e Rede Federal de EPTC, no caso de cursos técnicos; e Bolsa Formação e Acordo Sistema S para os FIC). Para 2014 é previsto um total de 3.104.936 vagas, sendo 897.643 para os cursos técnicos e 2.207.293 para os cursos Fic”. (RAMOS. 2015, p. 8).

para candidatos que participaram do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio). As vagas em instituições privadas se destacam frente às instituições públicas ²². Para tanto Ramos corrobora,

Parece-nos que o governo federal escolhe um caminho, entre outros possíveis, para o fortalecimento da educação profissional no país. Todas as ações induzem para a expansão da educação profissional técnica de nível médio de forma concomitante ou subsequente em todas as redes e da formação inicial e continuada. Esta opção converge com outra, a saber: o incentivo à participação do empresariado da educação e a transferência de recursos públicos para o setor privado. (RAMOS, 2015, p. 12).

Vale mencionar a expansão da Rede Federal, que previa ao fim da vigência do Plano Nacional de Educação (2011 a 2020), que “seriam implantadas 60 novas unidades a cada ano de ensino, levando a Rede Federal a configuração de 1.000 unidades no final desta década”. (RAMOS, 2015, p. 13).

É inegável a expansão da rede federal e das redes estaduais de ensino, assim como a rede universitária, ocorrendo deste modo expansão das vagas. No entanto as contradições aparecem quando se analisa que este crescimento se efetivou diante de parcerias público-privadas, e que as alterações nas estruturas dos sistemas de ensino, foram morosas quando não ocorreram. As mudanças deveriam ocorrer nas estruturas da sociedade, pois um projeto de sociedade mais justa e igualitária necessita romper com as velhas amarras da nossa sociedade,

Qualquer projeto de desenvolvimento que não supere esses pressupostos pouco orientaria a política pública para a solução dos problemas fundamentais da população. Estes requeriam reformas sociais estruturantes de outras sociabilidades, tais como a reforma agrária, urbana, política, tributária e uma política educacional em que a formação profissional fosse indissociável da educação básica, principalmente no seu conteúdo. Um tipo de educação profissional como esta só poderia ser universalizada na esfera pública, já que sua oferta não interessa aos empresários, devido aos seus custos, à duração e as suas finalidades. (RAMOS, 2015, p. 17).

Além disso, vale lembrar-se da carta ao povo brasileiro de Lula ainda em campanha, em 2002, quando afirma que as mudanças ocorreriam dentro do âmbito das instituições, e que

²² No Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, as aproximadamente 40 mil vagas ofertadas pelo Pronatec (No Brasil são 291.338 vagas) em 2014 por este sistema advêm de grandes empresas da educação, tais como a Universidade Estácio de Sá (29.840 vagas), a Unicarioca (1.040 vagas), e o Centro Universitário Anhanguera (2.360 vagas), sem falar das 7.245 vagas oferecidas pelo SENAI-RJ. Para efeitos de comparação, o CEFET-RJ oferece anualmente menos de duas mil vagas para os cursos técnicos. Em termos de repasse de recursos, dados do MEC de 2011, demonstram que 92% dos recursos repassados nesse ano às instituições parceiras forma para o SENAC e o SENAI. O restante foi dividido por dez Instituições Federais, para a UFRN e para o Colégio Pedro II”. (RAMOS 2015, p. 12).

seu governo seria de coalizão de forças. Estas forças antagônicas com projetos de sociedade distintos atravessaram o governo de Lula e depois de Dilma. A disputa interna revelaria os avanços e retrocessos ocorridos no país.

É importante destacar que em 2011 temos a eleição da primeira mulher presidenta do país, que governaria por um mandato e logo após sua reeleição em 2015, governaria por mais um ano apenas. Após 2013 as ruas trariam à tona não somente os anseios da sociedade brasileira, mas também mobilizaria as forças ultraconservadoras que por séculos estiveram na formação da constituição da sociedade. Sendo estas protagonistas e propulsoras do processo de impeachments da Presidenta eleita democraticamente. Concordamos com Singer (2013, p. 23) quando aponta sobre as Jornadas de Junho,

Socialmente heterogêneos, os acontecimentos de junho foram também tão multifacetados no plano das propostas que não espanta haja todo tipo de imputação ao seu sentido ideológico: desde o ecos-socialismo até impulsos fascistas, passando por diversas gradações de reformismo e liberalismo. Acabaram por ser uma espécie de “Jornadas de Junho”, cada um vindo nas nuvens levantadas nas ruas a forma de uma deusa diferente.

Em 2012, a promulgação das Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio/2012 seria um avanço. Ainda que resultado de um amplo debate e disputas internas. Mas este ficaria em formato de parecer não avançando para implantação concreta.

As Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (2012) possuem na estrutura o trabalho como princípio educativo, além da pesquisa, ciência e tecnologia. O artigo 5º demonstra a gênese da proposta. O Ensino Médio em todas as suas formas de oferta e organização, baseia-se em:

I - formação integral do estudante; II - trabalho e pesquisa como princípios educativos e pedagógicos, respectivamente; III - educação em direitos humanos como princípio nacional norteador; IV - sustentabilidade ambiental como meta universal; V - indissociabilidade entre educação e prática social, considerando-se a historicidade dos conhecimentos e dos sujeitos do processo educativo, bem como entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem; VI - integração de conhecimentos gerais e, quando for o caso, técnico-profissionais realizada na perspectiva da interdisciplinaridade e da contextualização; VII - reconhecimento e aceitação da diversidade e da realidade concreta dos sujeitos do processo educativo, das formas de produção, dos processos de trabalho e das culturas a eles subjacentes; VIII - integração entre educação e as dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura como base da proposta e do desenvolvimento curricular. § 1º O trabalho é conceituado na sua perspectiva ontológica de transformação da natureza, como realização inerente ao ser humano e como mediação no processo de produção da sua existência. § 2º A ciência é

conceituada como o conjunto de conhecimentos sistematizados, produzidos socialmente ao longo da história, na busca da compreensão e transformação da natureza e da sociedade. § 3º A tecnologia é conceituada como a transformação da ciência em força produtiva ou mediação do conhecimento científico e a produção, marcada, desde sua origem, pelas relações sociais que a levaram a ser produzida. § 4º A cultura é conceituada como o processo de produção de expressões materiais, símbolos, representações e significados que correspondem a valores éticos, políticos e estéticos que orientam as normas de conduta de uma sociedade. Art. 6º O currículo é conceituado como a proposta de ação educativa constituída pela seleção de conhecimentos construídos pela sociedade, expressando-se por práticas escolares que se desdobram em torno de conhecimentos relevantes e pertinentes, permeadas pelas relações sociais, articulando vivências e saberes dos estudantes e contribuindo para o desenvolvimento de suas identidades e condições cognitivas e sócias afetivas. (Resolução 2/2012 – CNE/CEB).

Com a promulgação da DCNEM/2012, o governo elaborou políticas de formação de professores, que atuavam no ensino médio, com capacitações que dariam suporte pedagógico. O programa conhecido como PACTO²³ pelo fortalecimento do Ensino Médio instituído pela Portaria nº 1.140, de 22 de novembro de 2013, que neste primeiro momento teria duas ações estratégicas articuladas, o redesenho curricular, em desenvolvimento nas escolas por meio do Programa Ensino Médio Inovador – PROEMI e a Formação Continuada de professores do Ensino Médio.

O texto das DCNES/2012 representava um progresso nas políticas educacionais para o ensino médio,

O ensino médio dispõe de uma legislação completa e atual [...] a LDB em seu conteúdo original aprovado em 1996 e com as revisões posteriores, dentre as quais a que incorpora a integração da educação profissional ao ensino médio, inicialmente instituído pelo Decreto n.5.154/2004 que revogou o 2.208/97 da era FHC e levada à LDB pela Lei 11.741/2008; b) as atuais DCNES (Parecer) n. 05/2011 e a resolução n 2/2012, do CNE, um dos textos mais avançados que regulamenta o ensino médio, no qual estão presentes os princípios educativos do trabalho pedagógico da pesquisa, a valorização do protagonismo juvenil, a importância da interdisciplinaridade e da integração entre trabalho, ciência e cultura no currículo ensino médio. (RAMOS et al., 2016, p. 36).

Por sua vez, na América Latina e no mundo continuavam a ecoar protestos. Na Argentina, em 2012, jovens secundaristas ocupariam prédios escolares, reivindicando

²³ O Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio, instituído pela Portaria nº 1.140, de 22 de novembro de 2013, representa a articulação e a coordenação de ações e estratégias entre a União e os governos estaduais e distrital na formulação e implantação de políticas para elevar o padrão de qualidade do Ensino Médio brasileiro, em suas diferentes modalidades, orientado pela perspectiva de inclusão de todos que a ele tem direito.

melhorias nas condições físicas dos prédios escolares e nos prédios universitários. Nos anos anteriores, o mundo presenciaria importantes manifestações, marchas e ocupações

Por meio de atos públicos, chegaram a derrubar ditaduras como na Primavera Árabe, 2011, abalaram governos europeus desestabilizados por crises econômicas e ondas de desemprego, como o movimento dos Indignados na Espanha, ou, ainda, questionaram o modelo econômico-financeiro vigente, como o Movimento Occupy Wall Street, iniciado em Nova York e que se espalhou pelo mundo. Os manifestantes não têm utopias grandiosas, mas eles a têm. (GOHN, 2014, p. 26).

No Brasil, em 2013, acirraram-se as manifestações nas ruas contra a falta de investimentos na educação, saúde, transporte, segurança e contra a corrupção, tendo nos jovens do Movimento pelo Passe Livre²⁴ (MPL) os desencadeadores das mobilizações. Esses protestos ganharam força com a realização da Copa das Confederações no Brasil em 2013 e, de certa forma refletiam problemas econômicos que voltavam a assombrar o país:

No segundo semestre de 2012, os problemas econômicos tomaram conta das manchetes: queda do PIB, endividamento excessivo da população, baixa produtividade e competitividade dos produtos brasileiros no plano internacional, dificuldade de inserção regional etc. A escolha de um modelo de exportação de *commodities* agrícolas, regulação do câmbio e das taxas de impostos afetando a dinâmica anterior do mercado financeiro, a política de recomposição do salário mínimo dos trabalhadores, as políticas sociais compensatórias de proteção e inclusão social, aliados à ativação do consumo interno das novas camadas populares emergentes, alçadas pela propaganda como “classes médias”, provocou uma acelerada desindustrialização e enfraqueceu o movimento sindical. Como resultado, buscam-se novos pactos, acordos entre governo, trabalhadores e empresários, que possam minimizar os efeitos da crise em termos da inflação e retomada do crescimento econômico. (GOHN, 2014, p. 52).

Para tanto as manifestações de 2013 trariam para as ruas muitas forças com posicionamentos divergentes, “as manifestações também expressaram antagonismos na política, desde a opção por siglas partidárias até a intolerância em relação a sua presença na praça pública. Assim sendo, as expressões estéticas e verbais foram de partidarismo, apartidarismo e antipartidarismo”. (WARREN, 2014, p. 419).

²⁴ Manifestações no Brasil, indicam esse início numa nova temporada de reivindicações do MPL a partir de fevereiro de 2013, quando, em Porto Alegre, o Bloco de Luta por um Transporte Público reuniu cerca de 200 pessoas, contra o novo aumento do preço da passagem, a qual, assim mesmo, aumentou uma semana após. Relatam que a luta teve continuidade depois do aumento da passagem, sendo que, em abril, a Justiça concedeu liminar que revertia o reajuste no preço e, assim sendo, as comemorações daquela vitória reuniram então 3,5 mil pessoas, segundo a Polícia Militar, e 10 mil na contagem do Bloco de Luta. (WARREN, 2014, p. 418).

Scherer-Warren afirma que nas manifestações de 2013 algumas concepções de sociedade tiveram evidência:

Como somos herdeiros, no Brasil, tanto de tradições políticas conservadoras, elitistas, como de outras mais progressistas ou emancipatórias, isso se refletiu também na diversidade dos protestos nas manifestações de junho. Para exemplificar a existência de polos antagônicos, observou-se, nesse movimento: de um lado, os jovens do MPL defendendo políticas de sentido emancipatório e lutando por mudanças sistêmicas e político-culturais; de outro, alguns grupos de jovens médicos se opondo a uma política pública (Mais Médicos) a favor de populações carentes, para defender o status quo e interesses corporativistas da classe, inclusive tentando interferir, de forma meramente corporativista, no sistema institucional, como ficou evidenciado por seus atos em relação a esse projeto. (WARREN, 2014, p. 419).

As manifestações de 2013 revelariam as disputas de forças existentes na sociedade brasileira e que se tornariam mais evidentes em 2015. É importante lembrar as forças ultraconservadoras estariam evidentes nas eleições em 2014, quando a presidenta Dilma Rousseff se reelege com uma diferença pequena em relação ao segundo colocado Aécio Neves (Partido Social Democrático Brasileiro (PSDB)).

Além disso, em 2015 e 2016 outros movimentos de caráter conservador tomaram conta das ruas do Brasil e passaram a exigir o impeachment da Presidenta Dilma, que fora reeleita em 2015²⁵. Grupos conservadores e contrários as política dos governos Lula e Dilma levarem as ruas em 2015, milhares de pessoas, convocados por outros movimentos, como o MBL (Movimento Brasil Livre), movimento “Vem Pra rua”²⁶. Estes protestos agora teriam no projeto de governo seu opositor e pediam o impeachment da presidente Dilma Rousseff,

Ainda convém lembrar que nos governos de Lula e Dilma houve um refreamento das lutas fomentadas pelos movimentos sociais, pois muitos acreditavam que estes governos que

²⁵ “A cobertura das manifestações de ruas contrárias ao impeachment da presidente Dilma Rousseff (do Partido dos Trabalhadores) têm colocado às claras a tão propalada prática tendenciosa da mídia comercial em seu menosprezo pelos movimentos sociais populares. Em contrapartida, os atos pró-Dilma Rousseff e contra o golpe à democracia, organizados por diversos coletivos e movimentos sociais populares, entidades sindicais de trabalhadores e partidos de esquerda, não tiveram a mesma abordagem por parte dos conglomerados de meios de comunicação. As coberturas jornalísticas sobre as manifestações realizadas em dias de semana, pela rotina de trabalho (diferentemente das pró-golpe realizadas aos domingos), ficaram restritas na maior parte nos espaços fixos dos noticiários diários. As exceções foram as coberturas por integrantes dos próprios movimentos sociais populares ou dos coletivos de jornalismo alternativo através das redes sociais (Twitter, Facebook ou Instagram) em tempo real”. (OLIVEIRA, 2016, p. 88-90).

²⁶ “Esses protestos teriam ampla cobertura da mídia comercial. Com a imprensa aliada e na posição de partido político, as manifestações de ruas pró-impeachment tiveram grandes vantagens por contar com a ampla cobertura dos conglomerados de mídia antes, durante e depois dos atos. A imprensa (emissoras de TV e rádio, off-line e online) participaram ativamente com chamadas um dia antes das manifestações, divulgando expectativas de público confirmadas em redes sociais e locais para as concentrações. No dia do evento, 15 de março, as grandes emissoras de televisão abertas e sites de notícias fizeram inserções ao vivo durante todo o domingo, com convocatória para o local do evento”. (OLIVEIRA, 2016, p. 88).

eram provenientes das bases dos movimentos sociais conseguiriam instituir muitas das pautas de luta, que por anos foram perseguidas com muita luta e resistência.

Mas o então governo buscava uma política de “coalisão de forças”, não de rupturas e mudanças estruturais, tanto que revelaria a dificuldade de avançar nas pautas reivindicatórias. Outro importante elemento foi a cooptação de muitos líderes dos movimentos para integrar o governo, imobilizando assim muitos movimentos sociais, pois acreditava-se na mudança via institucional, porém esquecendo que as grandes mudanças neste país, ocorreram em função da pressão das ruas, do grito dos excluídos e marginalizados e de intensa mobilização.

Por outro lado, convém lembrar-se dos ranços da sociedade brasileira presentes no governo, as forças conservadoras e hegemônicas, tanto quanto dos acordos de dependência ao mercado externo, aos grandes organismos econômicos do qual o Brasil, reafirma seu papel de dependência, econômica, política, cultural. Assim compreendem-se avanços possíveis, dentro da materialidade concreta em que o país encontra-se.

2.3 Governo Temer e a Reforma do Ensino Médio

Neste movimento da sociedade com avanços e retrocessos, o Estado brasileiro em agosto de 2016, passa pelo impeachment da presidenta eleita democraticamente, Dilma Roussef, como esclarecem Ramos e Frigotto (2016, p. 31): “Processo interrompido por um novo Golpe de Estado que reitera o passado com novas determinações [...], um estado de Exceção e mantendo formalmente o estado de direito. Um golpe, portanto, que interrompe o jogo democrático”, e reitera Martins (2018, p. 148),

Em 2016, avançou no Congresso Nacional o pedido de impeachment da presidenta Dilma Roussef, acusada de cometer crimes de responsabilidade fiscal. Acuada pela imprensa, pelo Congresso e por mobilizações patrocinadas por setores empresariais, foi afastada do cargo em 31 de agosto do mesmo ano. Vale acrescentar que o impeachment foi fortalecido pela bandeira anticorrupção que se instaurou no país, e que tem no Partido dos Trabalhadores o seu alvo predileto. A deposição de Dilma levou Michel Temer ao poder e, com ele, dava-se a largada para as reformas econômicas pretendidas pelas classes dominantes.

A história do país é marcada por um golpe de estado, agora não pelo uso das forças e armas, mas legitimado pelo legislativo e o judiciário e ratificado pela grande mídia comercial. Para Frigotto (2016, p. 329), “bloco de poder que tomou o Estado brasileiro por um processo golpista, jurídico e midiático”.

O grupo que toma o poder realinha-se com as políticas neoliberais já em curso no país, mas que, tinham no projeto político e social dos governos Lula e Dilma realizados importantes avanços para a maioria. Assim este grupo que chega ao poder, facultaria somente a elite brasileira e atenderia as exigências internacionais para a consolidação de seus reais interesses,

Os Estados neoliberais dos países latino-americanos constituem-se em verdadeiras ditaduras das classes dominantes sobre o, conjunto dos/as trabalhadores/as. Direitos conquistados em décadas de lutas são transformados em “desejáveis” mercadorias. A educação, a saúde pública, a previdência social e outros direitos do conjunto da classe trabalhadora são transformados em mercadorias ávidas por lucro. (GENTILI, 2002, p. 73).

É neste contexto que o governo, em contradição com os avanços no sistema educacional, anuncia a reforma do ensino médio em caráter de urgência, com uma medida provisória, alegando fracasso das séries finais do ensino fundamental, revelada nos baixos índices das avaliações em larga escala, como o IDEB, e na própria falta de interesse dos jovens por etapa da escolarização. (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2017, p. 36).

A reforma do ensino médio traz na sua gênese a perspectiva dualista, entrando em desalinho com Plano Nacional de Educação e as DCNEM 2012. A reforma do ensino médio delega aos adolescentes a escolha de seu futuro profissional. Reduzido o número de componentes curriculares obrigatórios presente na LDB 9393-96, e retirando disciplinas como sociologia e filosofia da matriz curricular, sendo estas essenciais para a formação integral do indivíduo. Deste modo, torna obrigatório somente português, matemática nos três anos, e demais disciplinas como: física; química; história; geografia; arte; biologia; ciências e educação física podem ser ofertadas ou não, ou mesmo ter seus conteúdos dissolvidos em outras disciplinas, tendo como única língua estrangeira a ser ofertado o inglês.

Além disso, a reforma do ensino médio se contrapõe ao Plano Nacional de Educação, sendo que este determina que todos os professores devessem ter formação superior e licenciatura em sua área de atuação. No entanto, com a reforma do ensino médio, torna-se válido que professores com notório saber de determinada área atuem em sala de aula.

Ainda assim, apenas uma parte do ensino médio será comum a todos. Este manterá uma base comum de 1.800 horas, e depois de concluído o estudante, poderá optar entre os itinerários formativos sendo estes: linguagens e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias; ciências da natureza e suas tecnologias; ciências humanas e sociais aplicadas; formação técnica e profissional. No entanto esta escolha acontecerá diante da oferta dos

itinerários disponíveis pelo sistema de ensino, contrariando a propaganda midiática, em que o aluno poderá escolher o itinerário que mais se aproxime de suas expectativas.

Desta forma, percebe-se a fragilidade desta reforma, e compreendem-se assim seus interesses alinhados às necessidades do mercado empresarial, relegando os filhos da classe trabalhadora para uma formação técnica e pauperizada, dificultando a entrada destes na universidade, destinando assim aos filhos das classes mais abastadas os bancos universitários: “a escola transforma-se numa máquina fornecedora de profissionais especializados, de empregados subalternos”. (SNYDERS, 2005, p. 97).

O grupo que assume o Ministério da Educação alega a falência do ensino médio brasileiro. Assim com base em dados como as do Observatório do Plano Nacional de Educação o governo pauta seu discurso, que revela que cerca de 2,5 milhões de crianças e jovens de 4 a 17 anos encontram-se fora da escola. Destes 1,5 milhões deveriam estar cursando o ensino médio. Outro dado importante é que entre 2005 e 2015 houve um aumento das porcentagens daqueles que apenas estudam e conseqüentemente queda nos demais. Ainda 2015, afirma-se que 67,8% da população nesta faixa etária apenas estuda, enquanto 15,9% trabalha e estuda e 10,2% não estuda e nem trabalha (RAMOS; FRIGOTTO, 2018, p. 36).

Outros fatores importantes que o Observatório do Plano Nacional de Educação traz sobre jovens é que, “tão preocupante quanto à estagnação é a constatação de que esses números escondem uma realidade cruel de desigualdades relacionadas à renda, raça/cor e localidade desses jovens”. (RAMOS; FRIGOTTO, 2018, p. 36). Enquanto 95,7% dos jovens pertencentes ao quartil (25%) de famílias mais ricas da população estão matriculados, essa taxa cai para 81,5% entre os do quartil mais pobre. Ao passo que 85,3% dos que residem em zonas urbanas tinham acesso à escola, na zona rural essa taxa era de 79,6%. Já em relação à raça/cor, os brancos chegaram a 87,1% na taxa de atendimento, percentuais acima dos pretos, que apresentaram 81,7%, e dos pardos, 82,7%.

No entanto, a reforma do ensino médio não apresenta caminhos norteadores para minimizar estes dados, pelo contrário, à MP 746 revela um futuro obscuro para os estudantes do ensino médio. Com a diminuição de disciplinas importantes para a formação cidadã do indivíduo, e a restrição do estudante ter que optar por um itinerário formativo, que seja ofertado na instituição de ensino, restringindo a possibilidade de o estudante ampliar seus conhecimentos.

Ainda convém lembrar, que o ensino médio período integral, limita a possibilidade de muitos estudantes frequentarem as aulas. Pois muitos alunos das escolas públicas necessitam

trabalhar no período contrário ao que estão na escola, com a reforma do ensino médio em caráter integral, irá levar muitos estudantes a ter que optar entre estudar ou trabalhar.

Esta reforma apresentada sem consulta aos estudantes, comunidade escolar, professores e sociedade civil, provoca nos estudantes revolta e desconforto, levando milhares de estudantes secundaristas e universitários a protestarem contra a política impositiva de o governo Temer.

Portanto, em outubro de 2016, alunos secundaristas da rede estadual de ensino, principalmente do Paraná, frente à reforma do ensino médio proposta pelo governo Michel Temer, em 22 de setembro de 2016 e aprovado, em 09 de fevereiro de 2017, por 43 votos a favor e 13 contra no Senado, mobilizam-se e escrevem uma nova página nos movimentos estudantis brasileiro. Neste processo, são as ocupações escolares que se constituem como tática de luta, organização e formação dos estudantes.

No próximo capítulo abordamos mais especificamente sobre as ocupações estudantis que tiveram maior visibilidade a partir de 2015, com as ocupações que aconteceram contra políticas estaduais de evidente caráter neoliberal. E, em 2016, como resposta a reforma do Ensino Médio, proposta neoliberal de âmbito nacional.

3 EXPERIÊNCIA FORMATIVA DA JUVENTUDE: AS OCUPAÇÕES ESTUDANTIS NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

*Salve família
Secundarista na voz
Vai segurando
De São Paulo pro mundo
A rua é nossa
Você tem sede do quê?
Eu quero outra escola
Não mexe com quem tá quieto
Acordei olhei pro lado
Vi manifestação
E do outro lado vi
Uma pá de ocupação
Enquanto uns gritavam felizes
É campeão
Outros apanhavam e lutavam
Pela educação
(Koka e Fabricio Ramos)*

Neste segundo capítulo, vamos abordar as ocupações escolares que aconteceram no contexto das políticas neoliberais do Estado Brasileiro, compreendendo o que foi explicitado no capítulo anterior sobre o afunilamento destas políticas no governo FHC, alguns recuos nos governos progressistas de Lula e Dilma e a retomada com força no Governo Temer. Entende-se neste cenário que os movimentos da juventude, assim como a estratégia de ocupação escolar, não se restringem às ações estudantis. E estas encontram na história dos movimentos sociais da América Latina suas raízes.

Analisamos as ocupações escolares com base em uma importante categoria de análise de Thompson (1980, p. 81), a categoria histórica, pois “a análise histórica não permite a contemplação estática de ‘circuitos’, mas está imersa em situações em que os sistemas funcionam conjuntamente e todos os circuitos se intercomunicam”. Para tanto se faz necessário analisar as ocupações dentro do contexto social e assim suas implicações históricas na América Latina e no Brasil.

Iniciamos apresentando o entendimento da categoria ocupação escolar. Com base principalmente em Martins (2009a), destacamos a ocupação como processo político, sociocultural, coletivo e pedagógico e que também contempla o histórico, no sentido atribuído por Thompson, articulando a experiência dos sujeitos ao passado, presente e futuro. Neste sentido, damos continuidade ao capítulo, destacando alguns momentos importantes da história

do movimento estudantil, em especial aqueles nos quais a ocupação se constituiu como uma tática importante.

Por fim, nos aproximamos do nosso objeto de estudo, as recentes ocupações escolares no Brasil, que foi categorizado como primeira e segunda onda pelo pesquisador Luís Antônio Groppo. Na primeira onda as ocupações aconteceram entre o final de 2015 e início de 2016 em alguns estados brasileiros, tendo como pautas o afunilamento de políticas neoliberais. A segunda onda caracteriza-se com as ocupações escolares que iniciam em outubro de 2016, por estudantes secundaristas no Estado do Paraná e logo se estendendo a estudantes universitários e a outros estados. A pauta era de âmbito nacional e unificava os secundaristas contra a Reforma do Ensino Médio (MP746) e a PEC dos gastos, que congela os investimentos em educação, saúde, segurança, moradia e seguridade social por 20 anos. Este movimento é reconhecido por muitos educadores como a Primavera Estudantil.

3.1 A Categoria Ocupação Escolar

*Aluno na rua?
Governo, a culpa é sua!*²⁷

As ocupações escolares que aconteceram no Brasil, em 2015 e 2016, encontram relações com outros movimentos sociais, assim como em outros momentos da história dos movimentos estudantis. Na América latina, destaca-se no Massacre de Tlateloloco, na cidade do México em outubro de 1968; na ditadura civil militar no Brasil a partir de 1964; Professores Mexicanos na década de 1980; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no Brasil; Revolta dos Pinguins no Chile, em 2006; Estudantes Paulistas e de outros estados em 2015, no Brasil; Ocupações escolares em 2016 no Brasil.

Martins (2009a), em estudo sobre as ocupações escolares no MST, busca demonstrar que ela não se resume apenas à apropriação do espaço físico. Para o campesinato, a ocupação da terra e da escola tenciona o Estado a cumprir a constituição de 1988, na realização da Reforma Agrária. Ainda “a ocupação, torna-se um elemento articulador de uma série de intencionalidades. Além de mecanismo de enfrentamento social, condensa também uma perspectiva de projeto de sociedade, uma concepção de classe e um posicionamento identitário”. (MARTINS, 2017, p. 24).

²⁷ Frase em cartazes dos estudantes nas ocupações e greves paranaenses e paulistas.

Compreende-se desta forma, que as ocupações são utilizadas por vários movimentos sociais como tática de luta e resistência, e em contextos diferentes, mas com elementos similares que revelam outras possibilidades de análise.

Entretanto, é importante destacar neste momento o que entendemos por ocupação escolar. Assim, define-se que a categoria ocupação agrega elementos capazes de estabelecer relações que extrapolam a ação direta da conquista do espaço físico, sobressaindo o seu caráter formativo, a partir de quatro dimensões importantes que ampliam o entendimento deste fenômeno, sendo elas: dimensão política; dimensão sociocultural, dimensão coletiva e dimensão pedagógica. Destaca o autor:

Uma vez conquistada à escola enquanto direito, enquanto estrutura, enquanto acesso, é necessário ocupá-la também enquanto conteúdo, enquanto espaço de disputa hegemônica de classe, enquanto uma instituição que contribua no avanço do projeto emancipatório de sociedade. (MARTINS, 2009a, p. 209).

Para tanto, as ocupações avançam dentro de um processo de apropriação e de enfrentamento social, possibilitando a disputa em outros aspectos. Para além da apropriação do espaço físico, revela-se neste momento o campo em conflito, a educação. Entendendo este campo, inserido na sociedade de classe, em que o direito ao acesso a uma educação pública e de qualidade para classe trabalhadora, desvela os antagonismos presentes em nosso sistema societal.

A dimensão política da ocupação escolar proposta pelo pesquisador compreende a escola como direito, portanto, “o direito a escola é um dos fundamentos da ocupação política”, sendo este direito “democratizado” primeiramente dentro da lógica burguesa, assim,

Ocupar a escola em sua dimensão política pressupõe, necessariamente, a construção e a manutenção de uma escola dotada de um projeto social, que supere as condições existenciais atuais, que se vincule a um projeto de sociedade emancipada e emancipadora que, por sua vez, exige práticas educacionais e escolares condizentes com tal projeto. (MARTINS, 2009a, p. 207).

A superação destas condições possibilita a vinculação da escola a um projeto de sociedade emancipadora. Assim, entende-se a escola como instrumento importante de transformação social à medida em que ela expressa as contradições sociais existentes. Torna-se importante aqui a afirmação de Freire quando este chama a atenção para a possibilidade histórica da mudança: “a realidade social, objetiva, que não existe por acaso, mas como produto da ação dos homens, também não se transforma por acaso. Se os homens são

produtos desta realidade e se está, na ‘invasão’ da praxis, se volta sobre eles e os condiciona, transformar a realidade opressora é tarefa histórica, é tarefa dos homens”. (FREIRE, 1983, p. 39).

Além disso, para que a escola seja agente de transformação social, esta necessita compreender e assimilar quem são os sujeitos integrantes deste processo e, para isso, precisa conhecer os sujeitos que ocupam o espaço escolar. Para tanto, faz-se necessário fazer algumas perguntas, como: quem são os alunos? Quem faz parte comunidade escolar? Onde estão inseridos? Quais são as reais necessidades destes sujeitos; dentre outras. Portanto, o autor destaca outro importante elemento da categoria ocupação, a dimensão sociocultural,

O movimento que se busca com a dimensão sociocultural da escola é que, ao incorporar em sua dinâmica os elementos socioculturais dos sujeitos constituidores da realidade escolar, por meio da mediação do referido projeto societal, a escola seja uma agência que contribua na manutenção da identidade sociocultural própria dos sujeitos e na consolidação da dimensão sociocultural mediada pelo projeto de sociedade que se quer construir. (MARTINS, 2009a, p. 220).

Isso sem contar que a escola, ao incorporar em sua prática diária os elementos socioculturais dos sujeitos pertencentes a este ambiente, dialoga diretamente com sua realidade social, enriquece sua práxis, valoriza o sujeito, sua história, seu meio. O diálogo constitui-se como elemento fundamental da dimensão sociocultural quando é, “autêntico reconhecimento do outro e reconhecimento de si, no outro – é decisão e compromisso de colaborar na construção do mundo comum”. (FREIRE, 1983, p. 15).

A palavra viva, o diálogo que se reconhece no outro e o outro em si, possibilita a entendimento de outro elemento importante dentro das dimensões da categoria ocupação escolar, a dimensão coletiva da ocupação escolar. Deste modo, além da ocupação física, política, sociocultural, a ocupação coletiva dos espaços em disputa permite a ampliação das discussões efetivas, horizontais e democráticas, pois,

O capital propõe uma “invasão” da escola de maneira individual, ou seja, mesmo unilateral. Basta olhar para a estrutura escolar vigente. A forma que a presença do sistema assume é constante, seja de forma ampla, pelos pressupostos da organização social vigente, seja de forma restrita, quanto às unidades escolar que, além dessa invasão pelos pressupostos do capital, convivem com uma ocupação local, dos sujeitos que são “donos” da escola, às vezes personificados na figura do gestor, ou na figura do Estado ou, de forma um pouco mais ampla, em um pequeno número de profissionais que a ocupam de acordo com suas perspectivas e necessidades. (MARTINS, 2009a, p. 226-227).

Para tanto, a escola capitalista encontra-se emaranhada da lógica burguesa e assim atende a seus interesses de classe, porquanto, esta racionalidade capitalista está intrinsecamente ligada à organização escolar, o individualismo, a meritocracia, a fragmentação, hierarquia dos conteúdos, o tempo escolar, dentre outros, legitimando a estrutura social vigente, porém, esta “racionalidade” empobrece o processo da construção de um sujeito em sua totalidade, negando sua realidade material, social, histórica, de classe.

Portanto, a dimensão coletiva contrapõe esta lógica, reafirmando a importância da construção de um ambiente democrático, autogestionário, horizontal, onde todos e todas são compreendidos como integrantes do processo constitutivo, assim as decisões não são decididas por alguns sujeitos, ou seja, de cima para baixo. Nesta perspectiva a lógica inverte, a pirâmide planifica e todos participam de forma igualitária. Por consequência, “a autogestão, nesse caso, é fundamental para garantir não somente o caráter imediato de qualquer projeto e ação, mas também para avançar numa perspectiva mais ampla da construção da identidade coletiva da unidade escolar que, por sua vez, é uma manifestação dos sujeitos sociais que a compõe”. (MARTINS, 2009a, p. 227).

Por fim, a última dimensão destacada pelo autor é a dimensão pedagógica, esta não deve ser compreendida desvinculada como das dimensões anteriores, pois a ocupação pedagógica compreende se apropriar do conhecimento historicamente acumulado pela humanidade e utilizado para compreensão e transformação da realidade social, no entanto oferecido as classe trabalhadora de forma sucinta e paliativa, pois, “o acesso ao saber historicamente acumulado, para os sujeitos que estão desprovidos dele, é um ato de ocupação”. (MARTINS, 2009a, p. 242). E também, um ato de rebeldia.

Portanto,

A transformação da escola vigente, sua ocupação, do ponto de vista pedagógico, se dá na aquisição efetiva do conhecimento científico, de maneira articulada com o projeto societal emancipatório. É essa articulação que garante a diferenciação para com a forma escolar instituída, mesmo aquela que cumpre seu objetivo para uma minoria. Em síntese, a dimensão pedagógica da ocupação da escola, reside na premissa de que o saber historicamente acumulado é necessário para a formação humana integral, portanto, é uma “ferramenta” necessária para a luta de classes e para a consolidação de um projeto societal emancipatório. (MARTINS, 2009a, p. 242).

Portanto, conforme Martins (2009a), as ocupações constituem-se nas dimensões política, sociocultural, coletiva e pedagógica das classes trabalhadoras. Neste sentido,

constituem-se como processo formativo dos sujeitos. Além destas dimensões, com base em Thompson, acrescentamos a dimensão histórica, pois entendemos as ocupações como resultado de experiências que já vêm sendo construídas pelos trabalhadores e também pela juventude ao longo do tempo, que dizem respeito a um processo de autoformação, no qual as ocupações ocorridas se revelam como fundamentais no processo político do contexto atual.

Assim, as ocupações fazem parte de um processo histórico que o Movimento Estudantil vem construindo a partir de diversas experiências forjadas no Brasil e no mundo, especialmente a partir dos anos de 1960, reveladoras de um processo autoformativo que coloca os jovens como sujeitos políticos. Nesta dissertação não é o objetivo dar conta de todas estas manifestações estudantis, mas consideramos importante destacar algumas delas nas quais as “ocupações” também aparecem como tática política importante.

3.2 Movimentos Estudantis nos Anos de 1960: Ensaios de Ocupações como Estratégia de Resistência

*Vamos passear na floresta escondida, meu amor
Vamos passear na avenida
Vamos passear nas veredas, no alto meu amor
Há uma cordilheira sob o asfalto
A Estação Primeira da Mangueira passa em ruas largas
(Os clarins da banda militar)
Passa por debaixo da Avenida Presidente Vargas
(Os clarins da banda militar)
Presidente Vargas, Presidente Vargas, Presidente Vargas
(Os clarins da banda militar)
Vamos passear nos Estados Unidos do Brasil
Vamos passear escondidos
Vamos desfilar pela rua onde Mangueira passou
Vamos por debaixo das ruas
Debaixo das bombas, das bandeiras
(Os clarins da banda militar)
Debaixo das botas
(Os clarins da banda militar)
Debaixo das rosas, dos jardins
(Os clarins da banda militar)
Debaixo da lama
(Os clarins da banda militar)
Debaixo da cama
(Caetano Veloso)*

A música “*Enquanto seu Lobo não vem*”, de Caetano Veloso, revelaria o clima controverso dos anos de 1960, a falsa “harmonia” da sociedade civil imposta pelos militares.

Nos porões da ditadura, jovens, estudantes, e militantes eram torturados e assassinados pelo poder governamental da época.

A luta e resistência de muitos jovens nos anos de chumbo da ditadura civil militar se fariam presentes na construção do real. A história dos movimentos da juventude no Brasil fortaleceria a elaboração de constructos sociais sobre a categoria juventude e estratégias de resistência.

A década de 1960 prenunciaria ares de rebeldia, insurgência ou mesmo de quebra de paradigmas pelos jovens no Brasil e boa parte do mundo. O movimento dialético na construção da sociedade moderna revela como a letra de Belchior compreende a presença deste passado presente, configurado na materialidade concreta. Thompson auxilia na compreensão da análise da historicidade dos fatos, como já explicitado anteriormente na introdução desta dissertação.

Mas é importante destacar novamente os conceitos de *experiência* e *fazer-se* que auxiliaram a construção deste segundo capítulo. Para tanto Thompson (1981, p. 16) afirma que,

A experiência surge espontaneamente no ser social, mas não surge sem pensamento. Surge porque homens e mulheres (e não filósofos) são racionais, e refletem sobre o que acontece a eles e ao seu redor. [...], pois não podemos conceber nenhuma forma de ser social independentemente de seus conceitos e expectativas organizadores, nem poderia o ser social reproduzir-se por um único dia sem pensamento.

Para ampliar esta compreensão, podemos observar a atuação dos jovens estudantes, logo como entendem, analisam, refletem e compreendem a sua materialidade concreta e, portanto, como agem ou deixam de agir sobre ela. Deste modo entendemos o *fazer-se*, como um processo ativo, em constante construção, “porque é um estudo sobre o processo ativo, que se deve tanto à ação humana como aos condicionamentos”. (THOMPSON, 2011, p. 9).

Deste modo, entende-se que as experiências de lutas dos estudantes desde a década de 1960 e anos anteriores, tanto no Brasil como em outros países da América Latina ou mesmo da Europa contribuem para à análise das lutas atuais dos movimentos da juventude. Para tanto se concebe a importância de uma breve digressão histórica, principalmente a partir dos anos de 1960, especialmente para mostrar como a estratégia de ocupações, ainda que em espaços e tempos diferentes, fazem parte da experiência do movimento estudantil.

As juventudes, principalmente na década de 1960, demarcariam um novo tempo na história do movimento estudantil. Grandes manifestações na América Latina, principalmente

no México (1968) e no Brasil (pós-1964). Na Europa os acontecimentos na Universidade de Nanterre (1968), periferia de Paris seriam o epicentro no primeiro mundo de muitas manifestações e revoltas²⁸.

Ainda assim, o ano de 1968, seria para o mundo uma quebra de paradigmas, como afirma Semeraro (1994, p. 11) “Os jovens sempre surpreendem e cada geração traz seus valores e sua sensibilidade e seu próprio jeito”. Maio de 1968 pode representar as contrariedades, desapontamentos, rebeldia dos jovens estudantes universitários e secundaristas em um período que o mundo passava por importantes transformações²⁹. Destaca Groppo (2005, p. 16),

Novas propostas “ideológicas” e filosóficas retornam ou surgiram com força: maoísmo, trotskismo, foquismo, “nova esquerda”, anarquismo e ideais libertários, teologia da libertação, existencialismo, psicanálise, pop art, culturas juvenis de consumo, drogas alucinógenas, feminismo, blackpower, comunitarismo hippie, homeopatia, medicinas alternativas, vegetarianismo, ecologismo, africanismo, indigenismo, orientalismo e misticismo – eventos, culturas, forças sociais, e categorias estruturantes, todas muito dispare e, no geral, dificilmente combináveis entre si numa mobilização única e organizada.

Além disso, houve uma mudança de atitude dos jovens frente aos acontecimentos no mundo e às intuições tradicionais como: família, religião, partidos políticos, universidades. Questões relacionadas ao imperialismo, guerras, como a do Vietnã, e ainda sobre os povos considerados de Terceiro Mundo, emergiram com mais intensidade entre os jovens. Este momento provocou, ainda, a reflexão sobre os atavismos da sociedade moderna como a sexualidade e liberdade sexual, dentre outros. O ano de 1968 marcaria toda uma geração, que encontrou na rebeldia e alguns na luta armada, formas para expressar suas insatisfações, alimentando o sonho de um mundo mais justo e igualitário.

²⁸ “Maio de 68 foi a principal demonstração do potencial da onda mundial juvenil de criar uma ampla agitação e colocar todo um sistema social em suspenso, por meio de uma contestação feita nas ruas, no âmbito da cultura, dos comportamentos e valores. Em relação às demais rebeliões juvenis, e ao contrário do que muitas vezes se coloca em reflexão, ele foi menos uma fonte de influências, e mais um *liquidificador* que sintetizou a maioria dos elementos cedidos pelo terceiro-mundismo, pelas novas esquerdas e pelas contraculturas às revoltas juvenis daquele ano”. (GROPPO, 2005, p. 213).

²⁹ “O ano de 1968 legitimou um agente social projetado desde pelo menos as revoluções burguesas da virada do século XVIII ao XIX, mas que sempre teve pouca atenção do liberalismo vitorioso ou do socialismo de viés marxista: a Juventude. E esteira de um agente social tido antes como secundário, tanto politicamente quanto para a compreensão da estrutura social [...], outras forças estruturantes despontaram na denúncia de relações sociais injustas e na proposição de relações alternativas, como as mulheres, minorias étnicas, veteranos de guerra, subproletariado urbano rural do Terceiro Mundo. Outras lutas sociais, apoiadas em pressupostos então “alternativos”, emergiram: ecologismo, novos movimentos pacifistas, étnicos, feministas, dos homossexuais e pela liberdade sexual. Novos aspectos da vida social, sobretudo da vida privada, sexualidade, gênero, etnicidade, espiritualidade, alimentação e hábitos de consumo”. (GROPPO, 2005, p. 15-16).

Dessa forma, o ano de 1968 tornou-se a expressão de insurgência mundial. A França, assim como Estados Unidos, Itália e Alemanha, seriam palcos de intensos movimentos estudantis. Assim comenta Araújo (2007, p. 162).

Praticamente em todo o mundo, no ano de 1968, os estudantes foram às ruas, entraram em confronto com a polícia, realizaram greves, levantaram bandeiras de diferentes matizes. No Brasil, na França, no México, nos Estados Unidos, na Espanha, no Canadá, na Argentina, na Venezuela, nos países da Europa do Leste, como a Polônia, a Tchecoslováquia, a Iugoslávia. Países com diferentes realidades políticas e diversas condições econômicas que se viram de repente, enfrentado o mesmo fenômeno político: uma rebelião de jovens estudantes universitários e secundaristas.

Na França iniciou com a contestação de jovens estudantes universitários da periferia de Paris, da Universidade de Nanterre. Estes exigiam a reformulação dos currículos e no método de ensino, e erguiam a bandeira contra a guerra do Vietnã. Portanto “em março de 1968 a prisão de alguns estudantes que distribuía panfletos em Nanterre foi o estopim para uma escalada de confrontos entre policiais e estudantes”. (ARAÚJO, 2007, p. 165). Os estudantes da universidade de Sorbonne, no centro de Paris se solidarizaram com os estudantes de Nanterre, e organizaram um comício em apoio aos estudantes, a polícia entrou em confronto direto com os jovens universitários. Barricadas foram erguidas e durante vários dias Paris iria vivenciar cenas de uma de guerra campal.

No entanto, anterior ao ano de 1968, jovens de países centrais faziam movimentos importantes contra a intervenção das grandes potências mundiais em suas colônias como África e Ásia e a guerra do Vietnã. Assim também, levava jovens as ruas contra o imperialismo americano, portanto, “o estopim da criação de um novo ideário de protesto estudantil radical”, e ainda “acusação da violência militar americana no Vietnã marcou a passagem das reivindicações limitadas à vida universitária para uma tentativa de interferência em assuntos nacionais e globais”. (GROPPO, 2005, p. 30).

Nos Estados Unidos em Berkeley (1964), jovens universitários suscitaram a defesa pelos direitos civis dos negros, sendo esta liderada por Martin Luther King: “muitos estudantes voluntários juntaram-se a organizações ligadas aos direitos civis, fizeram coletas em benefício delas ou abriram as portas das universidades para seus ativistas”. (GROPPO, 2005, p. 32-33).

Outro fator relevante deste período é o movimento da contracultura, no qual muitos jovens se posicionaram, dizendo não a “ocidentalização”, adotando outra possibilidade de ver e viver no mundo, como os hippies que aderiram a músicas de raízes orientais, africanas,

indígenas e afro-americanas, ou mesmo ao esoterismo, exotismo, misticismo dentre outros. Ainda, muitas vezes os estudantes expressavam suas denúncias “ao ocidentalismo resumia-se a crítica de sua forma exploradora – ou seja, não se negava enfaticamente a necessidade da ocidentalização, desde que ela não significasse a degradação social e a exploração econômica da região por ela alcançada”. (GROPPO, 2005, p. 33).

Na América Latina³⁰, os estudantes nesta década envolveram-se em temáticas como o anti-imperialismo, igualitarismos sociais, ideias socialistas, levando-os a confrontos violentos com a polícia. Por consequência, os estudantes revelariam resistências frente às forças conservadoras, enunciando que as insurgências juvenis no mundo não estariam condicionadas ao acontecimento de Paris em 1968, assim, Groppo (2005, p. 47) afirma,

Os movimentos estudantis no chamado Terceiro Mundo não foram simplesmente reflexos ou cópia, nem mesmo pura consequência, dos análogos na Europa e Estados Unidos. Nada tiveram haver com uma imitação grotesca de modelos produzidos no Primeiro Mundo, ao contrário da visão irônica sobre 1968, que diz que o Brasil, “como em outros países, a ‘revolução estudantil’ pipocou nos principais centros universitários, em tudo imitando, com um toque tropicalista, o padrão Sorbonne: ocupação de edifícios, destituição de reitores, estabelecimentos de um soviete de professor, estudantes e funcionários [...], sapateando sobre a escrivãzinha de reitores, desenfreado papelada administrativa nos gramados.

Pode-se mencionar neste momento, a resistência dos estudantes universitários e secundaristas frente ao regime ditatorial que se instala no Brasil após 1964, com o golpe civil militar que depõe o então presidente da república João Goulart (1962-1964).

Ainda no ano de 1966, os movimentos estudantis acirram suas lutas, como no violento Massacre da Praia Vermelha, quando centenas de estudantes foram sitiadas e espancadas pela polícia, “num protesto contra o pagamento de taxas e anuidades, o movimento estudantil carioca promoveu uma manifestação na Praia Vermelha que terminou com os estudantes ocupando a sede da antiga Faculdade de Medicina, como forma de pressão”. (ARAÚJO, 2007, p. 167).

³⁰ “Ainda na década de 1950, estudantes da Colômbia participaram da revolução popular que acabou com a ditadura de Rojas. Na mesma época na Venezuela, com a saída de Perez Jimenez, os estudantes formaram milícias para proteger a autonomia das universidades e a capital contra a reação de setores do Exército. Em 1966, centenas de paramilitares invadiram a Universidade da Venezuela, em Caracas: tanques, infantaria e policia ocuparam por três meses a universidade. Enquanto isso no Equador, ações universitárias suscitaram uma greve geral contra a Junta militar que governava o país. Argentina e Colômbia (além do Brasil e México) também recorreram às forças policiais e tropas militares para reprimir protestos contra políticas educacionais e, a partir daí, contra o regime. Ainda nessa época, importantes revoltas se deram no Panamá, Nicarágua e Uruguai”. (GROPPO, 2005, p.66-67).

Grandes protestos estudantis ocorreriam ainda neste período, com a morte do estudante secundarista Edson Luís e do estudante Benedito Frasão Dutra em 1968 no restaurante Calabouço³¹. No dia do assassinato os estudantes organizaram uma manifestação que reivindicaria melhorias para o restaurante e o fim da ditadura. Porém, a polícia militar foi avisada, cercando o restaurante:

Os militares estavam preparados para uma guerra, com armas de fogo e cassetetes, o restaurante foi metralhado. Uma bala perdida atingiu o comerciário Telmo Matos Henrique que estava num prédio vizinho. Dois estudantes também foram atingidos – o próprio Edson Luís, no peito, e também Benedito Frasão Dutra, no braço e na cabeça. Dezenas de pessoas estavam feridas. Quando o massacre policial acabou, Edson Luís, e Benedito foram levados à Santa Casa da Misericórdia, que ficava a três quarteirões de distância. Nenhum sobreviveu. Benedito foi internado em estado grave, permaneceu em coma na UTI (Unidade de Terapia Intensiva) e morreu no dia seguinte, aos 20 anos. Edson Luís chegou ao hospital sem vida, vítima de um tiro à queima-roupa, no peito, que saiu da arma de calibre 45 do comandante da tropa, aspirante a PM Aloisio Raposo. Um assassinato, enfim, com a marca da covardia contra um jovem e indefeso estudante”. (CINTRA; MARQUES, 2009, p. 123-124).

Vale mencionar a Escola Estadual Fernão Dias no Estado de São Paulo, sendo que esta seria ocupada pelos estudantes no ano de 1968. É importante destacar neste momento, que décadas mais tarde em 2015, esta mesma escola seria ocupada por estudantes secundaristas frente à reorganização escolar, proposta pelo então Governador Geraldo Alckmin que será explicitada posteriormente.

No entanto, no ano de 1968, esta escola seria ocupada por estudantes secundaristas, sendo que estes contestavam a Portaria 31, do governador Roberto Costa de Abreu Sodré da Aliança Renovadora Nacional (ARENA). A página de Facebook *O MAL EDUCADO*³² relembra:

**HÁ 48 ANOS, O FERNÃO ERA OCUPADO PELOS ESTUDANTES!
No dia 21 de maio de 1968, os estudantes bloquearam a entrada da**

³¹ “O Calabouço era o restaurante central dos estudantes, num prédio do centro do Rio de Janeiro. Conhecido como Calabouço, por ter abrigado escravos presos no império, o enorme restaurante era uma espécie de patrimônio dos estudantes, custeado pelo Ministério da Educação. O restaurante servia refeições ruins, mas de custo muito baixo, e tornou-se um ponto de encontro dos estudantes, servindo mais de 10 mil refeições por dia. Um dos subsídios do restaurante era uma verba destinada pelo MEC. No entanto o governo de Costa e Silva mingou a verba, a ponto de paralisar uma importante reforma. Além disso, os militares ameaçavam demolir o prédio. Sendo este o motivo de muitas manifestações estudantis”. (CINTRA; MARQUES, 2009, p. 122).

³² Postado em 19/02/2019 na página do Facebook de “O Mal Educado” em 23 de maio de 2016. Veja jornais da época aqui: <https://www.facebook.com/mal.educado.sp/posts/808738622593218>. Fonte: Acervo TV Tupi pesquisado por Vanessa Nicolav. Vídeo retirado de TVDrone).

escola às 8 horas da manhã para realizar uma assembleia, onde decidiram entrar em greve por tempo indeterminado. As reivindicações do movimento eram: demissão da secretária da escola, Leila Busch Alves, que era acusada de diversas irregularidades e a revogação da Portaria 31 da Secretaria da Educação, que diminuía de 42 para 36 o número de aulas semanais que os professores poderiam dar, com a alegação de que havia excesso de professores. Os estudantes contestavam que a medida reduziria o salário dos professores, que migrariam para o ensino particular, e diziam ainda que se havia excesso de professores o Estado deveria abrir mais escolas, e não reduzir o número de aulas. Além do Fernão, cerca de 21 colégios aderiram à greve contra a Portaria 31. O Fernão é escola de Luta! (grifo nosso)

Além disso, ainda no ano de 1968 no México, estudantes enfrentariam forte repressão da polícia e do poder governamental. No sangrento massacre de Tlatelolco, “o movimento estudantil mexicano encenou uma das principais tragédias de 1968, talvez a mais sanguinária, certamente a mais sangrenta”. (GROPPO, 2005, p. 68). O México se preparava para sediar uma olimpíada, esperando atrair a confiança de nações de todo mundo, na busca de estabelecer relações comerciais e diplomáticas. O estopim da revolta ocorreu quando uma briga entre estudantes de escolas preparatórias rivais foram duramente reprimidas pelas forças policiais, e dias depois o ataque a duas passeatas,

Estudantes da Universidade Autônoma do México (Unam) e do Instituto Politécnico Nacional (IPN) logo formariam o Conselho Nacional de Greve. Em agosto e setembro, aconteceram grandes manifestações: a primeira em 13 de agosto (com cerca de 150 mil pessoas), a segunda, 14 dias depois (com 300 mil participantes), e a terceira, conhecida como Marcha do Silêncio, em 13 de setembro (também com 300 mil pessoas). Com a ocupação da cidade universitária pelo Exército, cinco dias mais tarde, a mobilização passaria a se concentrar mais na região de Tlatelolco, onde realizam-se os últimos grandes comícios – o derradeiro justamente na noite de 2 de outubro, quando o Exército e forças paramilitares mataram centenas de pessoas e prenderam outras milhares. (GROPPO, 2005, p. 71).

Militares cercaram a Praça das Três Culturas em Tlatelolco e seus arredores, onde acontecia a última assembleia que reunia mais de 10 mil pessoas, entre eles, trabalhadores, estudantes, professores, crianças, idosos e demais membros da comunidade que apoiavam os estudantes. Mais de 300 carros, jipes e caminhões e cerca de 10 mil soldados cercaram a Praça onde estava acontecendo à assembleia. Helicópteros sobrevoavam e lançaram luzes de alerta, logo depois iniciaram os disparos contra a população. Era cinco e meia da tarde e o massacre só terminaram depois da meia noite.

Dados sobre o massacre nunca foram preciso, mais jornalistas europeus falaram em mais de 400 mortos e centenas de prisões. A crueldade utilizada pelo governo contra os

estudantes no México sem precedentes marcaria a história dos movimentos estudantis na América Latina e na memória dos mexicanos.

Durante os anos posteriores na América Latina muitos estudantes sofreriam a repressão dos governos ditatoriais que se instalariam em países como: Brasil, Argentina, Chile, Paraguai, Bolívia, Equador, Peru, Uruguai e Chile. A participação política dos jovens seria marcada pela repressão, prisão e tortura, porém revelaria a resistência e a luta de muitos jovens.

Destaca-se a importância destes movimentos da juventude anterior aos eventos de Paris, pois “dados demonstram que as relações entre os movimentos estudantis dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos foram muito ricas, nunca imitadoras e pipocadeiras”. (GROPPO, 2005, p. 47). Revelando assim, a autonomia, criatividade frente aos acontecimentos das revoltas estudantis do Primeiro Mundo, “Normalmente, analisam-se as revoltas juvenis dos anos de 1960 no Terceiro Mundo após as do Primeiro mundo subentende-se sempre que as dos países desenvolvidos forma determinantes, sobre influentes ou, ao menos, paradigmáticas”. (GROPPO, 2005, p. 48).

Neste sentido compreende-se a importância das insurgências juvenis nos países da América Latina, observando que estes jovens estão inseridos em países de capitalismo dependente, ficando a margem dos “grandes acontecimentos” dos países centrais, porém, são estes os jovens que sentem justamente, as sanções do sistema capitalista.

Os jovens estudantes universitários, na década de 1960 eram em sua grande maioria provenientes da classe média da sociedade. São jovens que inconformados com a realidade social do país e do mundo, rebelam-se assim, através das grandes manifestações – entre elas ocupações –, organizações clandestinas ou mesmo a opção pela luta armada, sendo que nesta época muitos jovens seriam também influenciados pela revolução Cubana e seus grandes líderes, como Che Guevara e Fidel Castro, a revolução cultural na China,

Jovens procedentes das diversas camadas sociais desenvolvem atuações políticas geralmente incompatíveis com os interesses de suas classes. Essa é uma das contradições das sociedades estruturadas em termos da democracia burguesa. Nelas o processo de incorporação dos grupos imaturos não é automático e espontâneo. Ao contrário ele se realiza por meio de mecanismos complexos, que nem sempre apanham plenamente o indivíduo. (IANNI, 1968, p. 226).

No entanto, décadas mais tarde, os jovens que estão na base dos movimentos da juventude apresentam-se sob nova configuração social. Seriam estes jovens em sua maioria

proveniente da classe trabalhadora, estudantes das escolas pública do seu país. Jovens estes que insurgem em meio as políticas de retiradas de direitos, buscando dar voz e vez as suas angustias e necessidades, utilizando-se de forma mais intensa da tática de ocupação de espaços escolares novamente, e agora com outros instrumentos de organização como aparelhos de celular, aplicativos em rede e novas tecnologias de informação e comunicação.

De modo que, observaremos a seguir, a importância destas táticas de luta e resistência estudantil.

3.3 As Ocupações Estudantis: um Ato de Insurgência

Assim como nos anos de 1960, as ocupações estiveram presentes nas mobilizações estudantis, ainda que como atos esporádicos e não articulados, nos anos de 1980 e 1990. Nos anos de 1980, por exemplo, professores mexicanos ocuparam suas escolas junto com pais e alunos, contra os avanços das políticas neoliberais. Centenas de professores e estudantes foram presos, mortos e torturados, sendo que muitos se encontram desaparecidos até os dias atuais³³. No Brasil, nos anos de 1980 e 1990, observam-se ocupações de reitorias, de prédios públicos por estudantes. Todavia, enquanto forma de luta articulada como estratégia política, no Brasil, são os trabalhadores rurais, a partir do MST, que ocupam terras, prédios públicos, escolas e universidades. É importante considerar que, neste Movimento, a presença e participação de jovens, inclusive como lideranças, é significativa.

Por sua vez, entre os estudantes latino-americanos, foi o Chile o *locus* em que as ocupações se constituíram como táticas fundamentais do movimento estudantil. Neste país, os estudantes reivindicariam por uma educação como direito universal e gratuito, entrando para a história dos movimentos estudantis como a Revolta dos Pinguins³⁴, os estudantes chilenos exigiam mudanças no sistema educacional herdado pelo governo militar e legitimado pelos governos democráticos posteriores. Assim, em 2006, foi organizado uma assembleia permanente para discutir as pautas estudantis, esta assembleia tinha como principais órgãos representativos a Assembleia Coordenadora Estudantes Secundaristas (ACES) e a Coordenação dos Estudantes Secundaristas (CONES), assim,

³³ Cf. Juan Páez Cárdenas “La apropiación de la gestión pedagógica de la escuela por maestras y maestros democráticos del Oriente de Iztapalapa (1980-2014)”. E o documentário Pequeno Grão de Areia - Granito de Arena (2005). Disponível em: <http://docverdade.blogspot.com/2009/08/pequeno-grao-de-areia-granito-de-arena.html>. Acesso em: 12 dez. 2018.

³⁴ A expressão Revolta dos Pinguins está relacionada ao uso do uniforme dos estudantes secundaristas chilenos, pois esta é uma condição obrigatória nos estabelecimentos de ensino, especialmente nas públicas e municipais.

Este movimiento ganó tal dimensión, que el 30 de mayo del mismo año el estudiantado secundario logró convocar la protesta más masiva en la historia de país, uniéndose a ésta las universidades y los principales gremios en un Paro Nacional. Ese mismo día, representantes de todas las zonas del país movilizadas y de las escuelas ocupadas (“en toma”), se reunieron en la Biblioteca Nacional (BN) con el Ministro de Educación, Maritín Zilic, buscando discutir las demandas estructurales establecidas como condición para levantar las acciones de protesta. Algunas de las medidas que exigía el movimiento como “La Revolución Pinguina” en una primera etapa, al igual que el origen de todos los movimientos estudiantiles en la región, fueron demandas coyunturales, como por ejemplo el acceso a un pase escolar gratuito y unitario, la gratuidad en la rendición de la Prueba de Selección Universitaria (PSU), el aumento de las becas alimenticias y recursos financieros para mejorar la infraestructura de las escuelas movilizadas, entre otras. En un segundo momento, los planteamientos se orientaron hacia la exigencia de cambios estructurales y políticos como derogación de la Ley Orgánica Constitucional de Enseñanza (LOCE) y del decreto 524 que regula los Centros de Estudiantes y el fin de la municipalización de la enseñanza. (GARCÍA; CONTRERAS, 2016, p. 87-88).³⁵

Os estudantes secundaristas seriam os primeiros a discutir sobre a estatização da educação. Pois o Chile durante a ditadura militar de Augusto Pinochet seria um dos primeiros países da América Latina a adotar o modelo econômico neoliberal, portanto, “el proceso de mercantilización y privatización de la totalidad de los derechos fundamentales en Chile- educación, salud, previsión social, transporte, entre otros”. (GARCÍA; CONTRERAS, 2016, p. 78-79). Assim serviços básicos que deveriam ser mantidos pelo governo foram entregues a setores privados.

No Chile, 60% do subsídio financeiro das universidades públicas provém de tarifas e matrículas cobrada dos estudantes, recaindo sobre as famílias este custo. O ensino secundário e básico, a partir da década de 1980 foi municipalizado, gerando uma fragmentação e pauperização do ensino. Portanto “la destrucción de la Educación Pública há ido de la mano con un proceso de transformación política y económica, convirtiendo al Estado em una

³⁵ “Este movimiento ganhou tal dimensão que em 30 de maio do mesmo ano, o corpo discente secundário conseguiu chamar o protesto mais massivo na história do país, unindo as universidades e os principais grupos em uma Greve Nacional. Nesse mesmo dia, representantes de todas as áreas do país mobilizados e as escolas ocupadas (“Toma”), reuniu-se na Biblioteca Nacional (BN) com o ministro da Educação, Maritín Zilic, buscando discutir as demandas estruturais estabelecidas como condição para levantar ações de protesto. Algumas das medidas exigidas pelo movimento como “A Revolução Pinguim” em uma primeira etapa, bem como a origem de todos os movimentos estudantis na região, foram demandas conjunturais, como o acesso a um passe escolar gratuito e unitário, a gratuidade na entrega do Teste de Seleção Universitária (PSU), o aumento das bolsas nutricionais e recursos financeiros para melhorar a infraestrutura das escolas mobilizadas, entre outros. Em um segundo momento, as propostas foram orientadas para a demanda de mudanças estruturais e políticas, como a revogação da Lei Constitucional Orgânica da Educação (LOCE) e do decreto 524 que regulamenta os Centros de Estudiantes e o fim da municipalização da educação”. (Tradução minha).

estructura rentista que ha subsidiado y financiado al empresariado criollo”. (GARCÍA; CONTRERAS, 2016, p. 85).

Entretanto, os estudantes secundaristas, em um primeiro momento, utilizariam de marchas pelas ruas, grandes passeatas na tentativa de forçar o Ministro da Educação a discutir com os estudantes. No entanto, o ministro se negava a dialogar com os estudantes e, somente após um mês de intensas manifestações o então ministro da educação aceita receber os estudantes, porém, neste momento são os estudantes que se negam ao diálogo.

Além disso, os estudantes seriam fortemente reprimidos pela polícia. A polícia utilizaria de jatos de água, gás lacrimogêneo e extrema violência, chegando ao final das passeatas terem mais de 1300 estudantes presos. A então presidenta Michelle Bachelet destitui de seu cargo o então coronel Osvaldo Jara Soto, responsável pela repressão estudantil.

A então presidenta busca atender algumas demandas exigidas pelo movimento, como o aumento das bolsas de estudos, porém não se pronuncia frente às mudanças nas estruturas do sistema de ensino. Os estudantes recusam a proposta do governo e decidem por continuar mobilizados, mas agora, utilizam-se da ocupação dos prédios estudantis para fortalecer as mobilizações. No auge das manifestações mais de 90% das escolas estariam ocupadas por estudantes secundaristas.

Durante as ocupações escolares, os estudantes buscaram se organizar de forma que elementos como: autogestão, auto-organização, horizontalidade na tomada de decisões, disciplina, assembleias constantes e democracia ampliada se faria presente.

Porém, os meios de comunicação buscaram deslegitimar o movimento, com intuito de dar um basta ao movimento estudantil,

Ante la presión mediática y las amenazas de pérdida del año escolar, decidieron deponer las tomas y hacer una retirada temporal y unitaria. Las acciones se retomaron entre agosto y septiembre pero no se obtuvo un acuerdo y el movimiento se retiró nuevamente del diálogo con el gobierno. En ese momento, la revuelta estudantil se fragilizó tanto por la presión de diversos sectores políticos-partidarios que intentaban cooptar los principales voceros y voceras, como también por el desgaste que traen las movilizaciones sostenidas. Sin embargo, la revolución pinguina dejó una huella contundente, y el año 2009 terminó siendo derogada la LOCE y en su lugar se promulgó la Ley General de Educación. (GARCÍA; CONTRERAS, 2016, p. 88-89)³⁶.

³⁶ Em face da pressão da mídia e ameaças de perda do ano letivo, eles decidiram destituir as tomadas e fazer uma retirada temporária e unitária. As ações foram retomadas entre agosto e setembro, mas nenhum acordo foi obtido e o movimento recuou novamente do diálogo com o governo. Naquela época, a revolta estudantil foi enfraquecida pela pressão de vários setores políticos - apoiadores que tentaram cooptar os principais porta-vozes, bem como o desgaste que as mobilizações sustentadas trazem. No entanto, a revolução dos

Frases como “Educação, primeiro para o filho do operário depois para o filho do burguês”³⁷ eram observadas nas janelas das escolas ocupadas, assim a Revolta estudantil dos Pinguins no Chile inspiraria diversos movimentos estudantis pela América Latina, como na Argentina e no Brasil. Em 2011, houve mais protestos no Chile e entre 2010 e 2014, foram os estudantes argentinos que utilizaram as ocupações das escolas como tática de luta. (CORTI; CORROCHANO; SILVA, 2016, p. 1168).

Na Argentina em 2014, os estudantes secundaristas ocupariam as instituições escolares, frente à reforma no ensino secundário, sendo que esta proposta flexibilizava o ensino e o trabalho dos professores, colocando os currículos escolares ainda a serviço do mercado de trabalho.

Além disso, os estudantes argentinos que participam da Frente de Estudiantes Libertários criaram uma cartilha, inspirados no movimento estudantil chileno “*Cómo Tomar un Colegio*”. Esta cartilha seria um guia para organização das ocupações escolares, pontos estratégicos da organização estão descritos como, a importância das assembleias e que todos os estudantes participem e tenham seu direito de voz garantidos. Também previa a criação de comissões básicas para organização como: comida, segurança, imprensa, informação, limpeza e relações externas. E a proibição do uso de álcool, drogas e armas e “uso de métodos fraternais” para apartar eventuais discussões entre ocupantes.

Esta cartilha seria muito utilizada pelos estudantes brasileiros nas ocupações, assim como os documentários sobre as ocupações chilenas, “La rebelión pingüina” de Carlos Pronzato (2007). As ocupações realizadas no Brasil, em 2015 e 2016, seriam caracterizadas como primeira e segunda onda. A primeira onda seria mais longa, iniciando em 2015 e terminando em meados 2016, com pautas mais direcionadas as políticas educacionais neoliberais do estado. A segunda onda destaca-se pela pauta nacional e afunilamento das políticas neoliberais, Groppo, quando afirma,

Pode ser interessante separar o movimento das ocupações em duas ondas. A primeira, mais longa, vai de dezembro de 2015 a julho de 2016. Caracteriza-se por ações de caráter estadual, cada qual em com seu próprio ciclo, em oposição às políticas educacionais de seus governos estaduais. Foi restrita a alguns estados – São Paulo, Goiás, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, e

pinguins deixou uma marca forte, e em 2009 a LOCE foi derrubada e a Lei Geral de Educação foi promulgada.

³⁷ Documentário sobre o movimento estudantil Chileno “A rebelião dos pinguins”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tetACHaxxJU>. Acesso em: 3 març. 2019.

Ceará –, e as ocupações, com poucas exceções, se deram apenas em escolas públicas estaduais do Ensino Médio. (COSTA; GROPPPO, 2018 p. 91).

A segunda onda de manifestação ocorreria em 2016, entre outubro e dezembro, iniciando no estado do Paraná e estendendo-se para demais estados e Distrito Federal. Neste momento, os estudantes encontravam-se em outro momento histórico “já consolidado o golpe institucional que resultou no impeachment de Dilma Rousseff, vivia-se plenamente o novo tempo de brutais ataques aos direitos sociais que marca o governo de Michel Temer”. (COSTA; GROPPPO, 2018, p. 91). Portanto, as pautas estudantis eram de âmbito nacional, como a Medida Provisória 746 da reforma do ensino médio, e a PEC 55 que congela gastos com educação, saúde, segurança por 20 anos.

O Estado de São Paulo anunciou, no dia 26 de outubro de 2015, a proposta da reorganização escolar. A Secretaria de Educação divulgaria o fechamento de 94 escolas e os estudantes seriam remanejados para escolas no entorno “A SEE-SP, utilizou dois argumentos centrais para justificar a necessidade da reorganização: a possível diminuição do número de matrículas e um estudo responsável por indicar que os/as alunos/as de escolas de ciclo único teriam uma melhora de 10% em seu desempenho”. (CORSINO; ZAN, 2017, p. 27).

Logo o Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP) e algumas Universidades públicas se pronunciariam contrários à proposta governamental, ao passo que os estudantes estariam discutindo e planejando estratégias de resistência.

Aqui é importante lembrar que anterior ao ano de 2015, principalmente as grandes capitais do país, vivenciariam as Jornadas de Junho ³⁸ em 2013, como já comentado anteriormente. As jornadas em 2013 levaram muitos jovens à experiência das grandes manifestações, antes vistas somente no período de redemocratização do país. Assim revelou a muitos jovens a possibilidade de mudança nas estruturas do país através da ação direta e da desobediência civil.

Em meio à resistência contra a brutal reação estatal que se seguiu, e sob a influência das periódicas jornadas de luta contra os aumentos das tarifas do transporte público, que sempre contaram com grande participação de secundaristas, os estudantes realizaram uma série de ações unificadas e

³⁸ No Brasil em 2013, aconteceram as chamadas “Jornadas de Junho”, e que tiveram seu início em São Paulo a partir da manifestação de jovens universitários integrantes do Movimento Passe Livre. Se, inicialmente, a questão do transporte público foi à causa fundamental das manifestações, à medida que elas, espontaneamente, se espalharam pelo país, conseguindo a adesão de diferentes segmentos da sociedade - a maioria jovem - foi adquirindo uma pluralidade de reivindicações com pautas difusas e variadas, que já evidenciavam a polarização político-ideológica que tomou conta do país a partir de 2015.

também descentralizadas, incluindo travamentos, marchas, e ações de agitação e propaganda, sempre com forte conteúdo simbólico e mobilizando habilmente as chamadas redes sociais, com que lograram reunir um grande apoio as suas reivindicações. (CATINI; MELLO, 2016, p. 1180).

No documentário “*ACABOU A PAZ, Isto aqui vai virar o Chile! Escolas Ocupadas em SP*”³⁹, os estudantes que participaram das manifestações de julho levariam para as ocupações a vivência da organização política, as formas de mobilização pelas redes sociais e a experiência da repressão da polícia.

Porém, os estudantes paulistas seriam os primeiros a utilizar das ocupações escolares em 2015 para combater a medida da reorganização escolar, “das ocupações das escolas (de forte inspiração nos movimentos do Chile e da Argentina) aos “trancamentos” com cadeiras das escolas nas ruas, além de boicotes aos instrumentos de avaliação da Secretaria de Educação de São Paulo, como a Saresp”. (CARNEIRO, 2017, p. 139).

A primeira escola a reagir ao “plano desorganizador”, como foi chamado pelos estudantes, foi a Escola Estadual Diadema, no ABC paulista, no dia 9 de novembro de 2015, cerca de um mês após as primeiras declarações da secretaria. No dia seguinte, a Escola Fernão Dias, em Pinheiros, na Zona Oeste de São Paulo, foi tomada pelos estudantes tornando-se uma espécie de “ocupação modelo”. Nos próximos dias, as ocupações passariam a se capilarizar de maneira não ordenada, e extremamente rápida, por todo estado. Norteados pela palavra de ordem “não fechem nossa escola!”, “os estudantes ocuparam as unidades de ensino trancando portões, vigiando janelas e acessos, encastelando-se nas unidades e fazendo uma defesa radical pela sobrevivência do espaço escolar, agora em disputa”. (PAES; PIPANO, 2017, p. 11).

Logo, em menos de um mês mais de 200 escolas foram ocupadas, totalizando 213. Além disso, muitos estudantes que tinham evadido do espaço escolar, agora adentravam os portões para participar das ocupações e defender este espaço, muitas vezes por eles desconsiderados. O formato como as ocupações eram organizadas, permitia a participação efetiva dos estudantes em todas as tarefas, a possibilidade de construir um currículo que respondesse as reais necessidades, de temas e conteúdos pertinentes para a realidade social, “as decisões são polifônicas e compartilhadas. Tudo ocorre na esteira do diálogo como instrumento político”. (PAES; PIPANO, 2017, p. 16).

³⁹ Documentário de Carlos Pronzatto chamado “Acabou a Paz. Isto aqui vai virar o Chile! Escolas Ocupadas em SP”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LK9Ri2prfNw>. Acesso em: 3 març. 2019.

“Escola ocupada não é escola paralisada” e, ao invés das aulas tradicionais – motivo de muitas queixas por parte dos alunos – optou-se por novos formatos, dentre estes, as oficinas. Esses novos formatos permitiram experimentações mais democráticas, como eram as próprias ocupações. Também era liberado uma verdadeira “demanda represada” de pessoas e grupos com propostas diversas de oficinas como música, ioga, dança, ecologia, debates sobre gênero e questões raciais, entre outros. (COSTA; GROppo, 2018, p. 102).

Este formato democrático de discussões entre os estudantes e planificação da pirâmide estrutural do sistema de ensino possibilitaram aos alunos uma ampla participação nas decisões das ocupações, como: a escolha de temas para os “aulões”, e a afetiva presença em todas as atividades, “isso espelhou o tipo de organização interna das ocupações, que foi marcada pela estratégia da autogestão, com assembleias diárias, nas quais as responsabilidades eram divididas a partir de discussões e encaminhamentos coletivos, sem hierarquização entre os que ocuparam as escolas”. (MARTINS et al., 2016, p. 231).

Diferentemente, os ocupantes das escolas paulistas, coletivamente, decidiam por dividirem-se em “bondes”, que são grupos, como os da limpeza, cozinha, “portão”, segurança, recreação, basicamente este tipo de organização possibilitou aos jovens secundaristas experienciarem outras formas de relações dentro da escola, normalmente distante do dia a dia do processo formal de ensino-aprendizagem, recorrentemente orientado pelo formalismo e autoritarismo das pedagogias de tipo tradicional. (MARTINS et al., 2016, p. 243-244).

Afastando-se do formato organizativos das clássicas instituições, ainda que tenha havido o apoio de instituições oficiais estudantis como a UBES e UNE, bem como de coletivos juvenis, sindicatos e partidos, em menor ou maior grau em muitos locais, os relatos tendem a afirmar que as escolas ocupadas estavam sob o controle total dos estudantes. (GROppo, 2018).

A característica da auto-organização, autogestão, ampla participação estudantil, estão presentes nos ocupas, da primeira e da segunda onda, como conceituados por Groppo em 2015 e 2016. Os estudantes buscavam autonomia das ações e identidade, por mais que, algumas instituições como: partidos políticos, coletivos, sindicatos dentre outros declarassem apoio às ações estudantis, esta procurava a construção autônoma do movimento.

Além disso, os estudantes utilizariam das redes sociais como instrumento ágil e de organização das manifestações e divulgação das atividades desenvolvidas, enquanto o governo utilizava-se da mídia tradicional para enfraquecer o movimento. Os estudantes

utilizavam-se da mídia alternativa, seus celulares, páginas de Facebook e WhatsApp, dos ocupas, para demonstrar a realidade deste movimento.

Não apenas seriam estas ferramentas mais comuns de comunicação que essa geração domina, mas também tendo em conta o cenário opressor e de vigilância das escolas – estes seriam meios de comunicação importantes em uma instituição avessa à assembleia, grêmios estudantis, conselhos de escola de fato etc. Meios de comunicação subterrâneos em uma instituição contrária a comunicação que não venham das instâncias do poder oficial, bem como esvaziadas de espaços públicos de decisão. Enfim, uma escola em que espaços democráticos são dissolvidos no burocrático das instituições. É contra essa escola que os estudantes investem suas forças e, não à toa, multiplicam nos aplicativos e nas redes sociais suas demandas e, nesse meio, organizam suas batalhas para fazer da escola algo melhor, ou seja, democrática. (CARNEIRO, 201, p. 140).

As páginas nos Facebook, vídeos feitos durante as manifestações e compartilhados nas redes sociais, seriam ferramentas de disputa contra o poder estatal instituído e contra a hegemonia da mídia tradicional. Desta maneira, os estudantes encontraram instrumentos alternativos para expressar e divulgar a pauta do movimento.

As mídias seriam utilizadas também para divulgar a opressão do poder estatal sobre os estudantes. Em todo enfrentamento com a polícia, representantes do estado ou mesmo pessoas contrárias ao movimento, o celular estaria presente para gravação e divulgação dos atos. Os estudantes buscaram através destes instrumentos de mídia, dar ouvidos aqueles que por décadas foram receptores de informações, sem poder questioná-las, assim seus corpos falavam e expressavam suas angústias e revoltas,

Uma instituição que é vista (e com certa razão) como responsável por normatizar, cristalizar, petrificar desejos e devires. Por outro lado, esta mesma escola, que é alvo de críticas e comumente tomada como cenário dos mais “falidos”, viu-se defendida e valorizada por aqueles que são seus atores centrais: os estudantes. Se não a escola que conhecemos, certamente a escola como utopia, como espaço de invenção de si e do mundo, de criação coletiva, do saber como experiência, da alteridade e da escuta. (PAES; PIPANO, 2017, p. 8).

Esta experiência compartilhada dos estudantes paulistas, assim como os construtos sociais dos movimentos da juventude, transmuta a percepção da realidade dos movimentos estudantis. Esta construção histórica, neste devir dialético da sociedade, permite a compreensão de Thompson, quando analisa o *fazer-se* e o conceito de *experiência* e de classe social, este processo reflexivo e constante da construção do ser social e assim, sua inserção no

seu meio social. O movimento estudantil, ainda nos anos 2000 e 2010, não se constituiu da noite para o dia, mas em um processo de formação, reflexão e ação diária, anos após anos. Para Thompson (2011, p. 11), “a classe operária não surgiu tal como o sol, numa hora determinada. Ela esteve presente ao seu próprio fazer-se”.

Assim o movimento estudantil não surgiu em um determinado tempo histórico, ele faz parte do processo de construção da sociedade na qual está inserida. Assim os jovens que participaram das ocupações paulistas, tanto quanto os outros movimentos dos ocupas ocorridos no país, sentem, refletem, visualizam sua realidade social e, não a aceitam mais, este formato estabelecido. Querem e exigem mudança!

Se é da igualdade entre os desiguais que trata a cidadania, a luta de ocupação das escolas públicas aponta para outro processo de politização. Desse ponto de vista, ela não se limita a evidenciar o conflito entre os que formulam as políticas educacionais e os que sofrem suas consequências; ao contrário, ela escancara que não estão em jogo simples “diferenças” de nascimento, educação e posição social, mas sim profundas desigualdades. A luta contra a reorganização mobilizou os filhos e filhas de trabalhadores e trabalhadoras, pois afetou exclusivamente a escolarização desse segmento da sociedade. E ao assumir a posição de resistência e confronto com a política educacional atual, os secundaristas esboçam uma noção de educação política voltada para as condições concretas de formação de classe. (CATINI; MELLO, 2016, p. 137).

Portanto, esta materialidade concreta na qual os secundaristas estão inseridos, possibilitou manifestações estudantis em outros estados do país: “as ações coletivas enfrentavam, notadamente, políticas educacionais de acento neoliberal marcado as gestões do PSBD (Partido da Social Democracia Brasileira), à frente dos Estados de São Paulo, Goiás e Rio Grande do Sul”, no entanto, “houve rechaço à precarização da educação pública mantida no Rio de Janeiro (gestão do PMDB Partido do Movimento Democrático Brasileiro) e no Ceará (na gestão do PT – Partido dos Trabalhadores)”. (GROPPO, 2018, p. 94).

O avanço das políticas neoliberais e a constante precarização do ensino, levaram estudantes de Goiás a ocupar suas escolas. A principal pauta de luta era a revogação da decisão do governador de entregar a gestão das escolas para Organizações Sociais, isso significariam repasses de dinheiro público para entidades filantrópicas, “os estudantes goianos começaram a ocupar entre dezembro de 2015 e janeiro de 2016, o número de escolas ocupadas chegou a 27. Em Goiás, o movimento lutava contra um projeto de consequências ainda mais graves para escola pública: a ideia de entregar parte da gestão das escolas,

particularmente a contratação de professores e funcionários a OS”. (MORAES; XIMENES, 2016, p. 137).

Os estudantes goianos, inspirados no movimento estudantil paulista, utilizam-se do mesmo formato de organização interna nos ocupas. E apesar da repressão governamental e truculência da polícia conseguem manter-se organizados e ocupando 16 unidades escolares durante 2 meses. Estudantes foram agredidos e professores presos por defenderem seus alunos. Mesmo diante deste cenário, os estudantes mantiveram-se nas ocupações, conquistando assim a revogação do decreto do governador, sobretudo,

[...] as forças resistentes, portanto, são sempre duplas: são combativas, uma vez que enfrentam e recusam determinadas relações de poder, mas, sobretudo criativas, já que incessantemente propõe, de forma autônoma, a reorganização das relações sociais, não somente desafiando as normas instituídas, como também propondo novas formas de convívio, amor e de maquinação comum. (ALVIM; RODRIGUES, 2017, p. 78).

A potência criativa e organizativa das ocupações, revelam busca pela construção de um novo espaço escolar, onde a participação na construção deste espaço coletivo esteja presente o sujeito aluno.

No estado do Rio de Janeiro os estudantes ainda no final de fevereiro de 2016, iriam aderir à greve dos professores, “contra as condições precárias do sistema estadual de educação, as ameaças de mais cortes nas verbas da educação dada a crise fiscal do estado – e o autoritarismo da gestão de escolas e da crise da Secretaria Estadual de Educação”. (GROPPO, 2018, p. 95). Os professores reivindicavam o reajuste salarial, mudanças nos calendários de pagamentos e melhores condições de trabalho. Os estudantes acrescentavam, a pauta, a diminuição de alunos por sala de aula melhorias na infraestrutura, dentre outros,

A partir da iniciativa estudantil no Colégio Estadual Prefeito Mendes de Moraes, no período entre abril e junho de 2016 mais de 70 escolas no Estado do Rio de Janeiro foram ocupadas em defesa de uma educação pública e de qualidade e como instrumento de denúncia sobre a degradação da educação pública no Rio de Janeiro. (SILVA; MELO, 2017, p. 120).

Outras importantes manifestações estudantis aconteceriam no Brasil, como, no Rio Grande do Sul, onde os estudantes entre maio e julho, ocuparam mais de 150 escolas, sendo 41 delas na capital Porto Alegre,

As motivações declaradas pelos estudantes eram variadas, girando em torno do apoio aos professores – naquele momento, em forte mobilização devido aos parcelamentos de salários, não pagamento do piso nacional e outras pautas, que levariam à decretação de uma greve a partir do dia 16 de maio –, da retirada de projetos de leis entendidos como nocivos, em tramitação na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul (ALERS); e da falta de investimentos financeiros em educação por parte do governo do estado, o que estava impactando fortemente no cotidiano escolar em virtude da precarização da estrutura de ensino como um todo. (SEVERO; SEGUNDO, 2017, p. 74-75).

Logo no início, os estudantes buscaram manter-se abertos ao diálogo, porém o governo mostrava-se alheio ao movimento, pois acreditava que as direções das escolas iriam conversar com os alunos e resolver esta questão. No entanto, a partir da terceira semana o movimento se fortaleceu e outras escolas foram ocupadas. O então Secretário de Educação Vieira da Cunha, que estava de férias, ao retornar faz algumas visitas às escolas e senta para conversar com alguns estudantes, porém neste mesmo dia o secretário deixaria o cargo.

As manifestações se intensificaram, e a tentativa de negociação com o novo secretário somente se aconteceu, quando mais de 70 alunos ocuparam a Assembleia legislativa no dia 13 de junho de 2016, “Após um dia de ocupação na Assembleia Legislativa e pressão para as negociações, os estudantes desocuparam o espaço com a promessa de um acordo que seria firmado entre o governo e os jovens secundaristas. Na quarta-feira foi realizado o acordo”. (SILVA; SILVA, 2017, p. 240).

No entanto, algumas escolas não aceitaram o acordo e continuaram ocupadas alegando que faltaram mais discussões coletivas sobre o acordo firmado, sendo que estas escolas somente seriam desocupadas em 24 de junho de 2016.

Ainda entre maio e agosto de 2016, no estado Ceará estudantes secundaristas ocupariam suas escolas, em apoio à greve dos professores. A greve dos professores durou 107 dias e neste interim mais de 60 escolas foram ocupadas.

Apesar da intensa mobilização, os professores terminariam a greve sem ganho nenhum para a categoria. Os estudantes reivindicavam a melhoria na qualidade do ensino, assim como melhorias na infraestrutura e na merenda, porém, o governo buscou criminalizar o movimento, abrindo inquérito policial a cerca 320 alunos, alegando supostos danos ao patrimônio público.

O estado do Espírito Santo vivenciaria a experiência das ocupações escolares cerca de 50 escolas foram ocupadas em menos de duas semanas, “a disseminação dos “ocupas” não estava desconectada da rede de resistências secundaristas que já operava por meio de

protestos, movimentos, coletivos e até mesmo tentativas abortadas de auto-organização que vinham fazendo a geografia escolar oscilar”. (ALVIM; RODRIGUES, 2017, p. 86).

Os estudantes capixabas ocuparam suas escolas contra as medidas governamentais, mas também contra as relações de poder instauradas nas instituições de ensino, que cerceiam suas liberdades, “estamos vivenciando um processo de resistências, no sentido forte do termo. São movimentos contra as discriminações, as abordagens tendenciosas das mídias tradicionais, a centralização administrativa das escolas, a mercantilização da educação e a certas propostas de lei governamentais”. (ALVIM; RODRIGUES, 2017, p. 89).

A forma como o estado utiliza de seu aparato policial para criminalizar os movimentos sociais encontra legitimidade em grande parte da mídia tradicional. Todos os movimentos estudantis, até aqui expostos sofreram, repressão da polícia, e intimidação do estado. Assim se verifica, em Porto Alegre, “no dia 17 de maio os estudantes foram violentamente agredidos e retirados da Secretaria de Fazenda. Os menores de idade foram encaminhados a Delegacia de Polícia para Crianças e Adolescentes e os maiores de idade chegaram a passar horas no presídio central”. (SILVA; SILVA, 2017, p. 241). Em São Paulo havia pessoas seguindo os jovens, principalmente viaturas da polícia, que ficavam rondando a escola o tempo todo. Um dos alunos ressaltou que foi seguido, abordado pela Força Tática da Polícia Militar do Estado de São Paulo e questionado se ele era ocupante. O rapaz negou. (CORSINO; ZAN, 2017, p. 42).

A forma repressiva com que o estado utiliza do aparato jurídico policial e mídia tradicional dimensiona a força e a potência do movimento das ocupações, “a resistência é essa luta constante das comunidades pela sua existência, pelo direito ao território, às identidades e as culturas, constituindo-se em um devir”, assim “é na esperança e na luta que aparecem as brechas para a educação conscientizadora e serão palco para as vivências emancipatórias”. (LARCHERT, 2017, p. 15).

Portanto, na reflexão do meio em que estão inseridos, os secundaristas encontram meios para insurgirem e emanciparem as estratégias de luta e resistência, pois,

A inventividade das práticas secundaristas, ou sua capacidade de fugir do script tantas vezes encenado. Se o movimento manteve, em grande medida, sua autonomia, superando a submissão esperada pelas organizações políticas tradicionais, é porque respondia a uma necessidade histórica –tanto pela forma quanto pelo conteúdo da luta”. (CATINI; MELLO, 2016, p. 1182).

Após esta primeira onda de ocupações, os estudantes retomariam esta tática de luta, agora contra a MP 746 e a PEC 241/2016, medida prevê o congelamento por 20 anos os

gastos com saúde e educação, e o projeto Escola Sem Partido (projeto de lei do Senado 193/2016). E esta proposta “prevê o cerceamento nas salas de aulas brasileiras de discussões no campo político e a exclusão de debates sobre gênero, raça, sexualidade e religião nas escolas. O Escola sem Partido parte da ideia de que há na escola brasileira a “prática de doutrinação política e ideológica”. (SILVA; MELO, 2017, p. 122).

Gropo (2018) entende as ocupações no segundo semestre de 2016 como um processo distinto, porém, não isolado das outras manifestações estudantis no país e na América Latina, principalmente as da primeira onda. Além disso, o *fazer-se* das juventudes, assim como dos movimentos estudantis permaneceria ativo na constituição do levante estudantil da segunda onda em 2016.

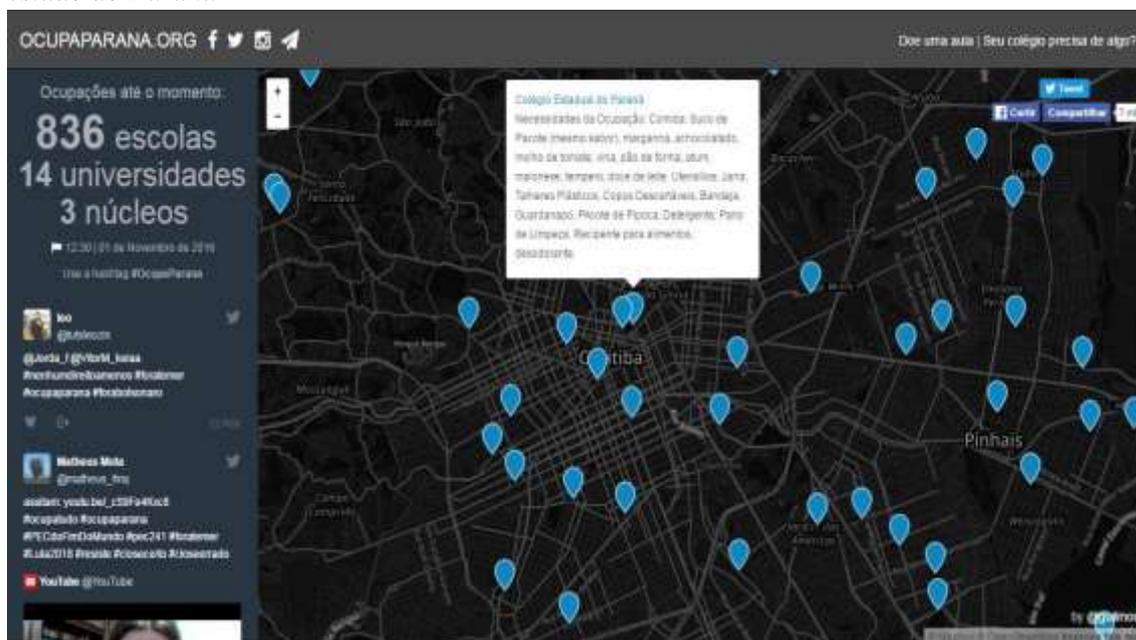
A segunda onda das ocupações tem pautas nacionais, lembrando a contrarreforma do ensino médio MP/746, assim como a PEC 55, que congela os gastos em saúde, educação e seguridade social por 20 anos, inviabilizando o crescimento econômico e social do país, estreitando-se as políticas neoliberais. É importante lembrar que estas ações autoritárias aconteceram em seguida a um golpe jurídico, parlamentar e institucional e legitimado pela mídia hegemônica do país, sendo que, destituiu-se a Presidenta eleita democraticamente Dilma Rousseff, para assumir seu vice Michel Temer,

A segunda onda se inicia em contexto em que o golpe institucional se consolidou. Ela contesta as primeiras medidas do governo Temer com o anunciado acento neoliberal *strico sensu*. As ocupações passam a ser a resistência e luta contra a regressão de direitos sociais, regressão anunciada pelo caráter não-dialógico da edição da MP 746 e pelas regressivas dessa mesma MP, consolidada com a aprovação da PEC 142/55, que claramente privilegia a destinação dos recursos públicos – socialmente angariados – para interesses particulares, em especial do capital financeiro, principalmente o especulativo. (GROPPO, 2018, p. 111).

As ocupações escolares da segunda onda iniciam em outubro de 2016. A urgência para aprovação das medidas anunciadas e a falta de debates com professores, estudantes e sociedade organizada, suscitou nos estudantes secundaristas primeiramente, e após nos estudantes universitários, um levante estudantil envolvendo mais de 1200 escolas, 139 universidades em 22 estados e Distrito Federal em todo país. Destas 850 escolas e 14 universidades eram no Estado do Paraná, e ainda três núcleos regionais de Educação. Os estudantes paranaenses organizaram uma página na web, que fazia a contagem das escolas ocupadas em tempo real. A página denominada #ocupaParana, alimentava-se a cada escola

ocupada. Abaixo, uma imagem ilustrativa desta contagem e que mostra a importância que a internet adquiriu nas ocupações.

Imagem 1 – Mapa interativo utilizado para acompanhar, em tempo real, as escolas ocupadas no estado do Paraná



Fonte: Página do “Ocupa Paraná”.⁴⁰

Novamente, as redes sociais foram importantes para as ocupações realizadas, contribuindo para a rapidez, força organizativa e autonomia do Movimento dos Ocupa em relação a outros movimentos, assim como a independência da influência de partidos políticos, sindicatos ou organizações religiosas,

As ocupações de escolas ocorridas no ano de 2016 foram, sem sombra de dúvidas, um dos mais impactantes eventos, no território nacional, em defesa da educação como direito na história recente da educação pública, gratuita e de qualidade. Mais do que isso: teve como protagonistas jovens secundaristas, que conseguiram pautar politicamente o problema das contrarreformas na educação, impondo à mídia e à sociedade a reflexão sobre a necessidade de discutir o desmonte da educação pública no Brasil. (ALMEIDA; MARTINS, 2018, p. 175).

Aqui é importante destacar que muitos estudantes que participaram dos ocupas estiveram presentes nas greves dos professores em 2015 no estado do Paraná, “sim eu participei da greve dos professores que teve um ano antes se não me engano, e pra mim fez uma diferença muito grande, tanto na forma de pensar e de defender o que eu penso”

⁴⁰ Disponível em: <https://guilmour.org/ocupaparana/>. Acesso em: 22 jun. 2019.

(MARIA, entrevistada em 2018).⁴¹ Os professores lutavam contra os ataques a previdência, atraso no repasse de verbas dentre outras pautas importantes para a categoria.

No dia 29 de abril de 2015, professores, funcionários e demais categorias do estado, estavam mobilizados em frente à Assembleia Legislativa do Paraná, tensionado a retirada do projeto de lei que alterava o fundo previdenciário. O então governador Carlos Alberto Richa (PSDB), juntamente com secretário de segurança Fernando Franscichini, jogaram os policiais da tropa de choque para cima dos manifestantes, massacrando-os com balas de borrachas, sprays de pimenta, bombas de gás lacrimogêneo. Forma mais de duas horas de ataque, sendo que aquela tarde jamais será esquecida pelos professores e funcionários estaduais, “o massacre do dia 29”.

Tanto as ocupações realizadas na ALEP pelos professores, como as realizadas posteriormente nas escolas pelos estudantes se configuram como respostas a medidas de evidente caráter neoliberal:

Observa-se que a motivação das ocupações, seja da ALEP, seja das escolas, estão em medidas adotadas pelos governos estadual e federal, de evidente caráter neoliberal e que significam um ataque à escola pública. São medidas que não apenas significam uma retirada de direitos, mas também reforçam o caráter de classe da educação no país, pois reiteram a desigualdade e a dualidade estrutural existente no sistema de ensino. (MARTINS, 2018, p. 153).

Sendo que, a participação de muitos estudantes no massacre do dia 29 de abril, “serviu para amadurecer a experiência política de jovens que nunca tinham participado de outros movimentos sociais”. (BRAGA, 2017, p. 237). Os estudantes sentiram a força e repressão estatal, tanto quanto na forma física, como simbólica.

Outro momento importante, anterior às ocupações no Paraná, foi à experiência das ocupações que ocorreram nas universidades paranaenses, sendo que, esta tática de luta é muito recorrente nas universidades públicas. Os estudantes ocupavam principalmente as reitorias como ocorreu na: Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Estadual de Maringá (UEM), em 2000. Ainda na UFPR em 2007, 2011, 2012 e 2015. Na UEL, em 2006, 2015, 2016 e na UEM em, 2011 e 2015. (PRATES et al., 2017, p.31).

Apesar das ocupações terem ocorridos no cenário universitário, esta ação permanece presente no constructo social dos movimentos estudantis. Nas ocupações de 2016, os

⁴¹ Nas entrevistas utilizadas na pesquisa os nomes foram alterados visando garantir o anonimato dos entrevistados.

estudantes revelam um formato de organização e construção das ocupações que buscam nos movimentos anteriores inspiração e modelo, assim para as ocupações iniciarem, os estudantes faziam assembleias para decidir coletivamente sobre ocupar ou não ocupar as escolas. Todos os estudantes poderiam se manifestar e expressar sua opinião desta forma, decidindo coletivamente. É importante destacar que em algumas escolas os grêmios estudantis foram imprescindíveis para a organização, porém em outras, os alunos se organizaram independentemente dos grêmios.

Dentro dos ocupas os estudantes elegiam comitês de organização: “a gente tinha essa divisão para não ficar muito sobrecarregado também porque precisávamos nos organizar, a gente tinha que se manter” (LUIZA, entrevistada em 2018).

Dentre os comitês, podemos citar: o comitê da segurança, que objetivava fiscalizar os visitantes, tendo controle de quem entrava e saía da instituição escolar; O comitê da alimentação, cujo objetivo era arrecadar mantimentos e preparar as refeições para os integrantes do movimento que pernoitavam e ainda, para aqueles que passavam o dia auxiliando; O comitê da saúde, com o propósito de atender no caso de ocorrência de um pequeno acidente; O comitê da comunicação que, tornou possível a realização de diversas atividades como shows, palestras oficinas. (PRATES et al., 2017, p. 73).

No formato democrático e horizontal das tomadas de decisões, as pautas eram amplamente discutidas em assembleias quase diárias e comissões eram criadas para cumprir tarefas. Havia sociabilidade na divisão de funções, desconstruindo estereótipos e discursos de capacidade de gênero “[...] o que interessava mesmo era a constituição de um espaço político, muitas vezes público, dos dois gêneros ou nenhum, tamanha era a diversidade”. (PRATES et al., 2017, p. 47).

Além disso, os jovens se articulam com rapidez e autonomia por meio das mídias, especialmente as redes sociais. Buscaram o distanciamento das tradicionais formas de reivindicação lideradas por partidos políticos, sindicatos ou movimentos religiosos, caracterizando independência e autonomia, a juventude afasta-se da estrutura dos outros movimentos estudantis da nossa história. No Livro “Ocupar e Resistir” as pesquisadoras reiteram, “Assim, colocava-se à sociedade a necessidade de compreender os impactos dessa nova configuração (constituída de jovens autoorganizados tomando decisões compartilhadas e sem tutela de “responsáveis” [...] enfim independentes!” (PRATES et al., 2017, p. 9).

Através de ações internas nas ocupações os estudantes buscavam demarcar seu território, com autonomia e clareza realmente de seus objetivos, em muitos cartazes era perceptível o recado “ocupado, porém não desocupados” ou “não temos o direito de abrir mão

de nossos direitos”. Em muitos momentos o movimento foi acusado de serem manipulados pela esquerda ou mesmo pelo sindicato dos professores do Paraná, APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná. No entanto o autogoverno dos estudantes revela jovens atentos às mudanças na estrutura da sociedade,

Afirmar que tais jovens estão sendo doutrinados é desconhecer a realidade que se passa com o povo nas periferias, com a classe trabalhadora e com os estudantes de Ensino Médio que frequentam as escolas do Estado. Nossos jovens estão dispostos ao diálogo, mas um diálogo que leve em conta às necessidades, prioridades e realidades locais as quais eles pertencem. (PRATES et al., 2017, p. 27).

Imaginar que os estudantes das escolas públicas são alienados a realidade social, seria subestimar a capacidade de reflexão e análise destes. Os jovens secundaristas, expressam muitas vezes esta reflexão nos raps, grafites, dança, modo de vestir, embora, os jovens em muitos momentos não se utilizam o “modo formal” de manifestar, mas à sua maneira, expunham suas idéias e indignação, “ora, considerar o/a estudante uma ‘folha em branco’, passível de ser ‘manipulado/a’ é o mesmo que afirmar que os/as jovens são incapazes de formar a partir de suas experiências seu juízo sobre o mundo”. (PRATES et al., 2017, p. 38-39).

Os estudantes ainda enfrentariam a força da mídia conservadora e o papel repressivo do estado, com a utilização da força judicial e militar. Conforme Martins (2018), inicialmente, o governador da época Carlos Alberto Richa – Beto Richa (PSDB ⁴² buscou vincular o movimento com a esquerda política e acusou os estudantes de serem manipulados e doutrinados. Depois, alterou o discurso, prometendo que não aplicaria a reforma do ensino médio no estado sem antes promover um amplo debate. Porém, ameaçou funcionários, professores e diretores com algum envolvimento com as ocupações das escolas paranaenses. Em Francisco Beltrão, frente a denúncias de envolvimento, muitos professores foram convocados a prestar depoimento na Ouvidoria do Estado, no Núcleo Regional de Educação, foi acionado o aparato repressivo do Estado para garantir a desocupação das escolas, tendo o apoio da mídia e de parte da comunidade escolar. O Movimento Brasil Livre (MBL) seria um suporte do governo na campanha desocupa,

⁴² “O ministro da Educação Mendonça Filho ameaçou os estudantes com o cancelamento do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) nas escolas ocupadas. Também coube ao ministro, por meio do MEC, solicitar aos institutos e universidades tecnológicas federais o nome dos estudantes participantes das ocupações”. (MARTINS, 2018b).

O final dos ocupas escolares em 2016 foi marcado pela violência física, política e ideológica perpetrada pelos poderosos e seus comparsas bem remunerados. O movimento chegou ao fim solapado por diversas frentes. Somavam-se as investidas covardes nas escolas ocupadas, pela associação, orquestrada pela própria Casa Civil do Estado, entre Polícia Militar (PM) e integrantes do MBL-alguns deles, vindos de São Paulo especialmente contratados para atuar em Curitiba como verdadeiros mercenários-; as difamações ao Movimento e aos seus sujeitos, repetidas ao enfado, pelas mídias tradicionais; a guerra jurídica, resultando em liminares que determinavam as desocupações e liminares que mantinham o direito a elas. (PRATES et al., 2017, p. 161).

Em meio a esta ofensiva governamental de parte da sociedade conservadora, mais um incidente agravaria a situação, um jovem é assassinado dentro de um colégio ocupado, o Colégio Estadual Safel, no dia 24 de outubro, por motivos não esclarecidos, mas seria utilizado pela mídia e governo como estopim contra os ocupas, fomentando o discurso de o movimento seria um local de “baderna”, “doutrinação”, “bando de desocupados”, dentre outros.

Apesar da fatalidade da morte do jovem, os ocupas revelaram a força e coragem do movimento estudantil. No dia 26 de outubro de 2016, uma estudante que participava dos ocupas, utiliza a tribuna da Assembleia Legislativa do Estado Paraná (ALEP) para fazer um discurso que entraria para história das ocupações. Esta estudante, chamada Ana Julia, representando os secundaristas, enfrentaria de forma hercúlea⁴³ os deputados da assembleia, principalmente o líder do governo Ademar Traiano (PSDB), que ano anterior comandou de dentro da assembleia o massacre aos professores estaduais.

Ana Julia se tornou um ícone na representação estudantil, com perguntas aos deputados como: De quem é a escola? A quem a escola pertence? Falando da legitimidade do movimento e convidando a todos e todas e adentrarem as ocupações escolares para conhecer.

Nas ocupações escolares houve muitas “Anas Julias”, que com coragem e força iam a jornais, rádios, e mídia alternativa defender o movimento das ocupações, revelando jovens atentos às mudanças nas estruturas da sociedade. Jovens que frequentam as escolas públicas do país, lugar de fala e de escuta das minorias ali presentes, um espaço onde se quebra preconceitos e assim a possibilidade de avançar na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, “a realidade, a vida e as lutas ensinam, formam e apontam para a esperança de que as injustiças e desigualdades não sejam definitivas. Nessa perspectiva, a luta por outra forma de sociabilidade nunca foi tão atual e necessária. (ALMEIDA; MARTINS, 2018).

⁴³ Discurso na íntegra da estudante Ana Júlia, secundarista de Curitiba na Assembleia Legislativa – Ocupação. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fPGJjO-zdn4>. Acesso em: 23 ago. 2018.

No próximo capítulo vamos adentrar as ocupações ocorridas no município de Francisco Beltrão-Paraná.

4 A EXPERIÊNCIA DOS JOVENS SECUNDARISTAS EM FRANCISCO BELTRÃO PARANÁ

*Tem dias que a gente se sente
Como quem partiu ou morreu
A gente estancou de repente
Ou foi o mundo então que cresceu...
A gente quer ter voz ativa
No nosso destino mandar
Mas eis que chega a roda viva
E carrega o destino prá lá...
Roda mundo, roda gigante
Roda moinho, roda pião
O tempo rodou num instante
Nas voltas do meu coração...
(Chico Buarque)*

Neste capítulo, damos continuidade a análise da segunda onda das ocupações escolares, como caracterizado por Groppo (2018), dando destaque para a experiência dos estudantes em Francisco Beltrão, no sudoeste do Paraná. Destacamos como ocorreu este processo neste município. Para tanto utilizamos de onze entrevistas semiestruturadas que nos possibilitaram nos aproximar da realidade dos ocupas em Francisco Beltrão. O movimento das ocupações ficaria conhecido como a primavera estudantil, revelando o movimento dialético da sociedade, a *roda viva*, que alterna os sujeitos nas páginas da história.

Como pontuado anteriormente, a primavera estudantil, em 2016 traz para o centro da roda os sujeitos que por anos estiveram esquecidos nas páginas da história, porém nunca pacificados, somente silenciados, contudo o *tempo rodou num instante*, e os trouxe de volta ao centro, assim os filhos dos trabalhadores, uma vez mais ocupam seu lugar na roda do “*moinho, na roda do pião*”, e alteram o giro da roda, colocando seus rostos e vidas no fluxo social, assim como suas marcas e história.

Iniciamos apresentando características dos sujeitos que participaram da pesquisa e também contextualizando brevemente sobre as escolas no município estudado. Em seguida, historicizamos os ocupas em Francisco Beltrão, destacando questões centrais que estiveram presentes nas ocupações no município e como elas estavam sintonizadas ao movimento maior que acontecia no Paraná. Destacamos os aprendizados experienciados pelos jovens, de modo a ressaltar as dimensão política, social, cultural e pedagógica das ocupações nas quais revela-se o fazer-se político dos jovens estudantes participantes.

4.1 Os Sujeitos da Pesquisa e suas Escolas

“Canta tua aldeia e cantarás o mundo”
(Leon Tolstoi)

Certa vez *Leon Tolstoi*, escreveu *“canta tua aldeia e cantarás o mundo”*, assim entende-se que os sujeitos das ocupações escolares de Francisco Beltrão, cantaram suas aldeias, comunidades grupos, enfim seus espaços. Estudantes secundaristas de escolas públicas de um município localizado no sudoeste do Paraná, com aproximadamente 85 mil habitantes, colonizada por gaúchos e catarinenses, principalmente descendentes de imigrantes alemães e italianos, miscigenação que reflete até hoje na cultura da cidade, palco de uma intensa Revolta dos Posseiros⁴⁴ na década de 1950.

Para a realização da pesquisa, entrevistamos 11 jovens que participaram das ocupações no município, sendo que as entrevistas foram realizadas entre dezembro de 2018 a julho de 2019. Procuramos selecionar jovens de todas as escolas ocupadas, sendo que de 11 escolas em Francisco Beltrão, somente não entrevistamos jovens da escola do campo que foi ocupada e de uma escola urbana⁴⁵. Abaixo apresentamos as principais características destes jovens:

⁴⁴ “A Revolta dos Posseiros (ou Revolta dos Colonos) foi um levante organizado por colonos do sudoeste paranaense que teve seu auge em outubro de 1957, quando armados de espingardas, facões, foices, enxadas os agricultores tomaram as cidades de Francisco Beltrão e Pato Branco. Há quem considere a revolta como o único levante agrário armado vitorioso na história do Brasil. A disputa se deu em um território de cerca de 450mil hectares da região, cuja ocupação mais intensa se deu a partir de 1943 com a criação da Colônia Agrícola General Osório (Cango) por parte do Presidente Getúlio Vargas. Com o incentivo da Cango, diversos colonos se mudaram para a região, passando a ocupá-la, mas sem receber nenhuma escritura de posse da terra, apenas um protocolo de posse da terra. A partir de 1950 a empresa de colonização Citla (Clevelândia Industrial e Territorial LTDA) em acordo com o grileiro e então Governador Moyses Lupion, passa a vender títulos falsos de propriedade aos posseiros, afirmando que era a dona dos lotes. Em seu auxílio, a Citla contrata jagunços para forçar os colonos a pagarem pela terra ou se retirarem. A situação se agrava quando as irregularidades cometidas pela empresa passam a ser descobertas pelos posseiros e são denunciadas pelas rádios Colmeia de Pato Branco e Francisco Beltrão.

No dia 9 de outubro de 1957 os colonos tomam a cidade de Pato Branco e os jagunços fogem para a vizinha Francisco Beltrão, onde ficavam as sedes da Cango e da Citla. No dia seguinte, 10 de outubro de 1957, 6 mil posseiros ocupam Beltrão, expulsando os jagunços e destruindo os escritórios das empresas e as documentações falsas que haviam sido obrigados a assinar. Cinco anos depois, em 17 de março de 1962, o presidente João Goulart, na companhia do governador Ney Braga, visita a região e anunciam regularização da área, tornando cerca de 60mil posseiros da região em proprietários de terras”. Disponível em: <https://insurgencia.org/a-revolta-dos-posseiros/>. Acesso em: 3 jan. 2019.

⁴⁵ Os estudantes que participaram das ocupações na Escola Estadual Beatriz Biavatti, quando procurados pela pesquisadora, não se dispuseram a participar. Os estudantes que estiveram nos ocupas do Colégio Paulo Freire, não conseguimos contato.

Tabela 1 – Apresentação dos participantes da pesquisa

Estudante	Renda familiar	Trabalhava e estudava	Só estudava	Ano/série
Paulo	Entre dois e três S.M	Sim		1 ° ano
Luiza	Entre dois e três S.M	Sim		3 ° ano
Lucas	Três S.M	Sim		3 ° ano
Pedro	Dez S.M		Sim	2 ° ano
Carlos	Quatro S.M	Sim		3 ° ano
Helena	Quatro S.M		Sim	9 ° ano
Maria	Cinco S.M		Sim	4 ° ano
Fernando	Cinco S.M	Sim		3 ° ano
Antônio	Dez S.M		Sim	9 ° ano
Jean	Três S.M		Sim	1 ° ano
Ernesto	Um S.M	Sim		9 ° ano

Fonte: Minha autoria.

*Estes dados são referentes ao período das ocupações.

A partir dos dados acima, observamos que os participantes das ocupações, assim como os demais estudantes das escolas públicas de Francisco Beltrão, na sua maioria, são provenientes das classes populares, filhos de trabalhadores que enfrentam todos os dias as dificuldades do sistema societal a qual estão inseridos.

Cresceu o número de jovens que participam de ‘trabalhos’ ou atividades dos mais diferentes tipos, como forma de ajudar seus pais e compor a renda familiar. E isso não é uma escolha, mas uma imposição de um capitalismo que rompe com elos contratuais coletivos e reduz a contratos individuais e particulares. (FRIGOTTO, 2006, p. 197).

As famílias dos estudantes entrevistados possuem renda entre um e cinco salários mínimos e muitos dos jovens entrevistados trabalham formalmente ou informalmente. Desta forma, reafirmamos que os estudantes secundaristas que participaram das ocupações têm o rosto marcado – são filhos de trabalhadores não pertencem à classe média como aconteceu nos movimentos estudantis em décadas passadas. Pertencem a classe trabalhadora e, portanto, trazem consigo outra condição sócia econômica e cultural.

Outro dado importante presente na tabela é que, entre os entrevistados, 03 jovens estava, nos 9 ° ano no período das ocupações. Isto demonstra que talvez em menor número, havia participantes das séries finais do ensino fundamental, e não somente jovens do Ensino Médio.

O município de Francisco Beltrão conta com 16 estabelecimentos de ensino, sendo que destes dois são de atendimento de jovens e adultos (CEBBJA), um colégio é voltado à formação profissional agrícola, onde os alunos ficam em regime de internato. Quatorze

escolas estão localizadas na cidade e duas escolas do campo, sendo Colégio Estadual Léo Flach, Colégio Estadual Mario de Andrade, Colégio Estadual Beatriz Biavatti, Colégio Estadual Cristo Rei, Colégio Estadual Dr. Virmond Suplicy, Colégio Estadual Industrial, Colégio Estadual João Paulo II, Colégio Estadual Reinaldo Sass, Colégio Estadual Tancredo Neves e Colégio Estadual Vicente de Carli, e a Escola Estadual do Campo Paulo Freire. A rede estadual de ensino no município de Francisco Beltrão tem 400 turmas totalizando 9.114 matrículas. Em 2017, o resultado do Índice Desenvolvimento Educação Básica (IDEB) no município de Francisco Beltrão era 4,2 com uma taxa de 85,9 de aprovação. E ainda, nas escolas estaduais no mandato do ex-governador Roberto Requião (2007-2010), houve um forte incentivo pela reabilitação dos grêmios estudantis, juntamente em parceria com o sindicato dos professores do estado. Sendo que o sindicato continuou fomentando a criação dos grêmios após o término desta política.

4.2 As Ocupações em Francisco Beltrão

O Trono do Estudar

*Ninguém tira o trono do estudar
Ninguém é o dono do que a vida dá
Ninguém tira o trono do estudar
Ninguém é o dono do que a vida dá
E nem me colocando numa jaula
Porque sala de aula essa jaula vai virar
E nem me colocando numa jaula
Porque sala de aula essa jaula vai vira*
(Dani Black)

As ocupações em Francisco Beltrão, de certo modo, dão continuidade a um processo de participação que já vinha acontecendo anteriormente e que contava também com a participação de muitos jovens secundaristas, que depois, se somariam a outros, na realização das ocupações no município. Um destes momentos foi a participação dos jovens beltronenses na greve dos professores em 2015. Neste município a greve teve adesão de mais de 95% dos professores e funcionários da educação. Foi um momento importante para a categoria com várias passeatas pela cidade, debates e ainda, aulões públicos para estudantes e comunidade na praça central. Neste processo houve a participação dos jovens, conforme depoimento dos estudantes,

As greves dos professores também eu sempre participei, sempre estive no meio ali. (FERNANDO, entrevistado em 2018);

Sim eu participei de manifestações como as greves dos funcionários públicos do Estado do Paraná. (LUCAS, entrevistado em 2019);
 Sim eu participei da greve dos professores que teve um ano antes, se não me engano. (LUIZA, entrevistada em 2018).

Os jovens relatam a participação em outras mobilizações, tais como manifestações pelos direitos das mulheres contra o feminicídio, contra o machismo e contra a homofobia⁴⁶ e a participação contra a Lei da Mordação. Para os jovens entrevistados a participação nestas manifestações foram significativas,

[...] porque nos ajudaram a criar uma resistência antes das ocupações. (LUIZA, entrevistada em 2018).
 Teve aquela do começo do ano da mordação que deu dois mil e poucos alunos que foi bem relevante sabe, porque quando você participa desses movimentos você tem um crescimento muito pessoal um crescimento pessoal grande. (PAULO, entrevistado em 2018).

Consideramos importante a participação de muitos estudantes em manifestações anteriores as ocupações, revelando uma experiência de formação e o envolvimento político destes jovens que ficaria mais explícito com as ocupações.

Ainda é importante destacar, que no período em que ocorreram as ocupações no estado do Paraná, os educadores novamente entrariam em greve. A greve iniciou no dia 11 de outubro de 2016, após deliberação em assembleia. A principal pauta era o pagamento da data-base, que mais uma vez o governo do Estado Beto Richa (PSDB), se recusava a pagar. Os professores se mantêm em greve por 15 dias, e declaram apoio às ocupações estudantis, assim como os estudantes declaram apoio à greve dos professores. Mas diferentemente da greve anterior, nesta, a adesão dos professores foi menor, gerando vários impasses entre aqueles que defendiam a greve e aqueles contrários.

As ocupações iniciaram-se no Paraná em 3 de outubro de 2016, a primeira instituição a ser ocupada foi o Colégio Estadual Padre Arnaldo Jansen, na periferia do município de São José dos Pinhais, região metropolitana de Curitiba. Esta ocupação desencadeou uma onda de ocupações por todas as regiões do estado. A cada instante uma nova escola era ocupada, e assim sucessivamente. Os estudantes de Francisco Beltrão acompanhavam pelas redes sociais o processo de ocupação:

⁴⁶ No município existem coletivos que se envolvem nestas pautas. Assim como coletivos da juventude PSOL PT jovem, e alguns independentes que se reúnem em saraus para discutir estas e outras pautas específicas.

[...] várias escolas já estavam com as ocupações, a gente começou a discutir começou a conversar, com mais alunos e daí a gente se envolveu na liderança e decidimos participar. (CARLOS, entrevistado em 2019)

A minha indignação, por que quando começou a onda das ocupações eu percebi que era algo muito importante e que a gente deveria tomar frente e começar também em Beltrão. (PAULO, entrevistado em 2018).

Já motivados pelas ocupações que aconteciam no estado, os jovens participavam de várias atividades realizadas no município tendo como pauta as reformas que vinham sendo encaminhadas pelo Governo Temer. No dia 09/10/2016, num domingo, estudantes secundaristas e do ensino superior, assim como lideranças de entidades de trabalhadores, reuniram-se no Parque Alvorada para discutir e debater a MP 746/2016.

Em 10/10/2016 estudantes secundaristas organizaram uma passeata contra a retirada das quatro disciplinas do Ensino Médio, sendo elas, Filosofia, Sociologia, Artes e Educação Física, como previsto na MP 746/2016, como publicou o Jornal de Beltrão: “ontem de manhã, centenas de estudantes de vários colégios estaduais participaram de caminhadas pelas ruas, portando cartazes e entoando palavras de ordem contra a MP. No calçadão eles fizeram um ato público”. (PEDRON, 2016, p. 2). A mobilização iniciou com o Grêmio Estudantil do Colégio Estadual Mario de Andrade (CEMA), envolvendo demais grêmios de outras escolas. Abaixo, apresentamos a reportagem veiculada pelo principal jornal impresso local:

Imagem 2 – Foto de protesto contra a reforma do ensino médio

Geral

FRANCISCO BELTRÃO

Estudantes protestam contra retirada de quatro disciplinas do Ensino Médio



A passeata de alunos dos colégios estaduais na Rua São Paulo de Francisco Beltrão.

JdeB – Em Francisco Beltrão, estudantes saíram em passeata pelas ruas centrais para protestar contra a Medida Provisória (MP) 746/2016, que altera o Ensino Médio. Alunos protestaram contra o Governo Federal, que pretende tornar não obrigatório o ensino de Arte, Educação Física, Sociologia e Filosofia, entre outras alterações, como a possibilidade de profissionais não licenciados atuarem como professores nas escolas.

Na tarde de domingo, 9, no Parque Alvorada, houve um encontro de estudantes

do Ensino Médio e Superior e líderes de entidades de trabalhadores para protestar contra a proposta do governo Michel Temer (PMDB).

Ontem de manhã, centenas de estudantes de vários colégios estaduais participaram de caminhadas pelas ruas, portando cartazes e entoando palavras de ordem contra a MP. No Calçadão Central, eles fizeram um ato público.

A professora Roseli Ribeiro de Jesus, secretária do núcleo da APP Sindicato, disse que a entidade apoia, “mas não está mo-

bilizando os estudantes. A mobilização é dos alunos”. Ela conta que a articulação começou com o Grêmios Estudantil do Colégio Estadual Mário de Andrade e grêmios de outros colégios acabaram se juntando para fazer a caminhada e o encontro no Calçadão.

“Isso está acontecendo em nível de Brasil”, salientou Roseli. Ela disse que “nós estamos olhando com olhos muito tristes para estas mudanças. Nós não vemos isso como um benefício para as escolas públicas”.

Pela proposta do Governo Federal, em discussão e tramitação no Congresso Nacional, o currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos específicos, a serem definidos pelos sistemas de ensino, com ênfase nas seguintes áreas de conhecimento ou de atuação profissional: linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e formação técnica e profissional.

GUARAPUAVA

Trânsito na BR-277 é desviado para construção de novo acesso



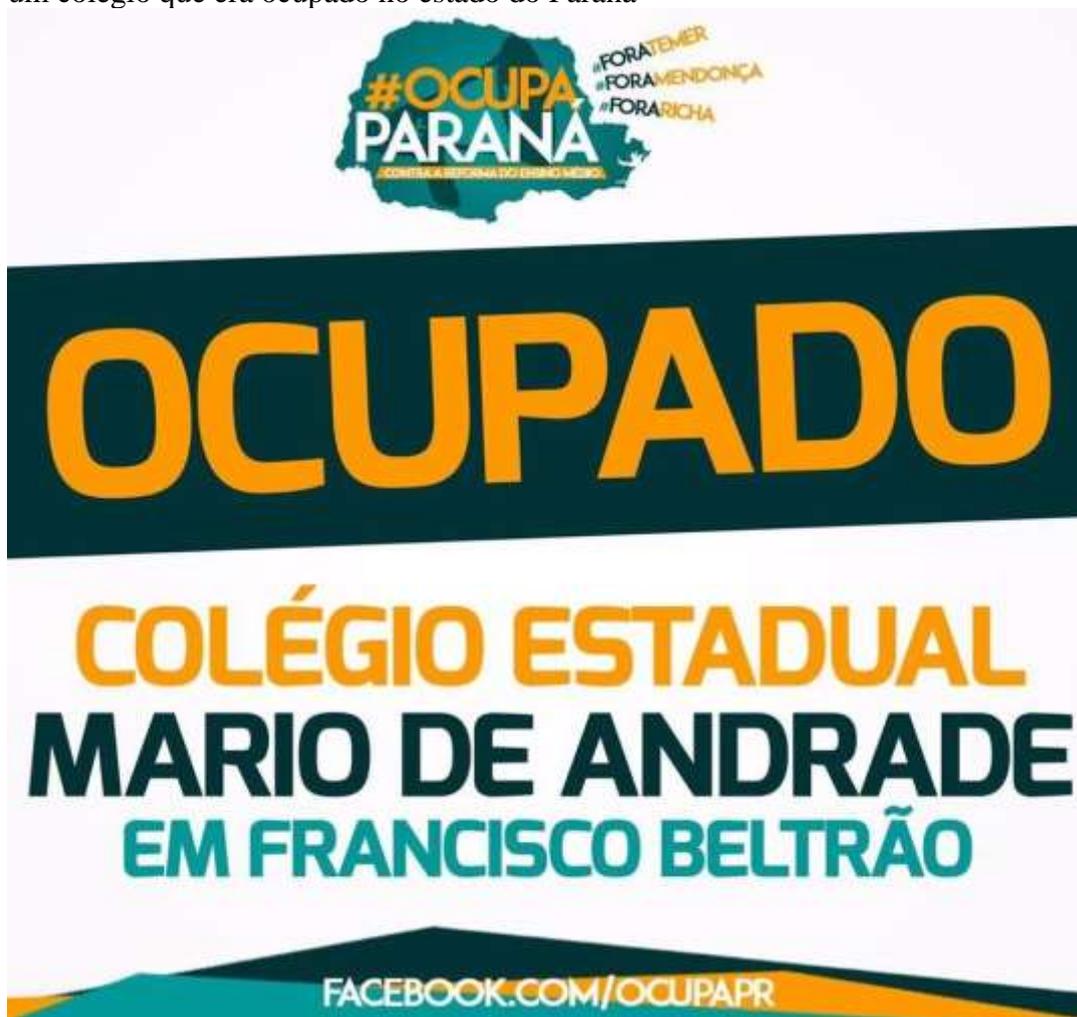
Fonte: ESTUDANTES, 2016, p. 2.

No dia seguinte, 11 de outubro de 2016, aconteceu a primeira ocupação em Francisco Beltrão no Colégio Estadual Leo Flach:

[...] na noite anterior às ocupações os alunos discutiram o tema com o professor de filosofia, logo após começamos a discutir com os outros estudantes do colégio, na manhã seguinte quando a direção, professores e funcionários chegaram, a escola já estava ocupada. (ERNESTO, 2019).

Depois foi a vez dos alunos do Colégio Estadual Mario de Andrade realizarem a ocupação deste colégio que foi registrada na página do Facebook Ocupa Paraná, onde os secundaristas assinalavam cada colégio que era ocupado e, ao mesmo tempo, reforçavam hashtag: “Foratemer”, “Foramendonça”, “Foraricha”. Abaixo, o registro deste segundo colégio ocupado em Francisco Beltrão:

Imagem 3 – Imagem retirada da rede social Facebook, que era utilizada para contabilizar mais um colégio que era ocupado no estado do Paraná



Fonte: Página do Facebook do Ocupa Paraná.⁴⁷

Um elemento que merece destaque nas ocupações escolares foi à utilização das redes sociais. Este instrumento foi empregue para a pré-organização dos ocupas, tento como para a manutenção e, após, para criar vínculos entre os participantes. Os secundaristas utilizariam das redes sociais como uma forma organizativa velada, ou mesmo “meios de comunicação subterrâneos em uma instituição contrária a comunicados que não venham das instancias do poder oficial, bem como esvaziada de espaços públicos de decisão”. (CARNEIRO, 2017, p. 140).

⁴⁷ Disponível em: <https://www.facebook.com/OCUPACEMA/photos/a.352178808453179/352178608453199/?type=3&theater>. Acesso em: 15 jun. 2019.

A utilização dos meios de comunicação virtual revela ainda como os secundas utilizam desta ferramenta para organização e divulgação da luta estudantil, distanciando-se dos meios de comunicação tradicionais,

O Facebook e o Whatsapp tornam-se os dois meios de articulação entre estudantes e apoiadores, bem como entre os jovens ocupantes de escolas secundarias distintas. Contudo o Facebook torna-se o mecanismo principal de divulgação de notícias e informações sobre as ocupações para a população que não está diretamente envolvida ao movimento. (SILVA; SILVA, 2017, p. 237).

Além disso, o emprego das redes sociais possibilita burlar e enfrentar a mídia tradicional contrapondo o ponto de vista, divulgando a comunidade que não participava ativamente do movimento a realidade dos ocupas. Também, este instrumento virtual possibilitou acesso a documentários disponíveis, cartilhas e exemplos das atividades de outras escolas ocupadas.

A ocupação do Colégio Mario Andrade, também foi antecedida por reuniões e conversas entre os alunos e em grupos de WhatsApp, nestas reuniões discutiam sobre e às medidas tomadas pelo Governo Temer. Logo, os estudantes decidiram aderir ao movimento, pois, as ocupações já aconteciam em outros lugares, e os estudantes tomavam ciência pelas notícias que circulavam na internet e outros meios de comunicação,

Começou com uma reunião dos representantes de turma. Eu era representante do formação, então, eu fui convidada e a gente começou a discutir qual seria o nosso posicionamento sobre o que eles estavam fazendo, e surgiu a ideia das ocupações, a gente já estava vendo alguns movimentos pela internet e a gente pensou, porque nós também fazermos algo, e foi daí que começou, foi a partir das reuniões, a gente sentou cada pessoa de um curso, ninguém se conhecia e ai gente tinha que conversar e entrar em concordância pra ver o que a gente ia fazer. (MARIA, entrevistada em 2018).

Diferentemente da maioria das escolas do município, no Colégio Mário de Andrade, a ocupação foi organizada pelo Grêmio Estudantil. Isto somente se repetiu em mais duas escolas, sendo estas o Colégio Estadual Reinaldo Sass e Colégio Estadual Industrial. Na maioria dos colégios, o grêmio estudantil não teve atuação no movimento dos ocupas, “O Grêmio não organizou b... nenhuma olha quanto tempo que a gente está esperando já fazia uma semana quase que o Mário estava ocupado, e aí vamos ficar até quando? E aí cadê o Grêmio?”. (PAULO, entrevistado em 2018). Assim como em outros Colégios Estaduais, os

estudantes organizaram as ocupações autonomamente em relação existência ao Grêmio Estudantil, como,

Já tinha algumas escolas ocupadas aí nós começamos a nos reunir e pensar tudo o que ia acontecer, tudo que a gente podia passar. Fizemos diversas reuniões fora da escola para ver como iríamos agir, não só ocupar, mas sim de lidar com isso no decorrer do tempo, por que a gente não sabia quanto tempo ia ficar lá. Então a gente se reunir várias vezes e no final ocupamos em uma manhã. Nessa manhã, a gente fez uma reunião com os pais para explicar a situação, por que eles não sabiam o que estava acontecendo e estavam meio preocupados com os ocupantes. (HELENA entrevistada em 2018).

Segundo dados da Regional da União Paranaense de Estudantes Secundaristas (UPES), no sudoeste do Paraná, que agrega 42 municípios, 35 municípios tiveram escolas ocupadas. Assim de 218 escolas presentes na região, 103 foram ocupadas. Em Francisco Beltrão a maioria das escolas foi ocupada, conforme pode ser observado na tabela 2:

Tabela 2 – Escolas de Francisco Beltrão ocupadas pelo movimento #OCUPAPR

Nome Do Colégio	Ocupado	Não Ocupado	Bairro Central	Bairro Periférico	Escola do Campo
C.E. Arnaldo Faivro Busato – EFM					
C.E. Beatriz Biavatti EFM					
E.E. Cango – EF					
C.E. Educação Básica de Jovens e Adultos de Francisco Beltrão – EFMP					
C.E. Educação Profissional Sudoeste do Paraná					
C.E. Doutor Eduardo Virmond Suplicy – EFMP					
C.E. Industrial – EFM					
C.E. João Paulo II – EFM					
C.E. Léo Flash – EFM					
C. E Mário de Andrade – EFMNP					
C.E. do Campo Paulo Freire – EFM					
C.E. Reinaldo Sass – EFMP					
C.E. Tancredo Neves – EFMP					
C.E. Professor Vicente de Carli – EFM					
E. Antônio Lucio Duarte Filho Educação Infantil E.F.M.E. Especial.					

Fonte: Minha autoria.

Conforme apresentado na tabela 2, das 16 Escolas Estaduais do município de Francisco Beltrão-PR, onze foram ocupadas, sendo estas localizadas nos bairros centrais, periféricos e no campo. Os bairros centrais tiveram quatro escolas ocupadas, já os bairros

periféricos cinco, e uma no campo. Vale apontar que o primeiro Colégio ocupado está situado em um bairro periférico, o Colégio Estadual Léo Flach.

Ainda é importante destacar que no município de Francisco Beltrão, houve ocupações e protestos nas duas universidades públicas do município. Na Universidade Estadual do Oeste Do Paraná –UNIOESTE, os estudantes principalmente dos cursos de Pedagogia e Geografia, ocuparam o Campus, aderindo ao movimento dos secundaristas, porém enfrentaram resistência por parte dos estudantes dos cursos de Direito e Medicina. Os estudantes da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), fizeram protestos em frente a universidade e ainda promoveram discussões públicas, sobre a PEC 55, Projeto Escola Sem Partido, Diversidade e Gênero dentre outros.

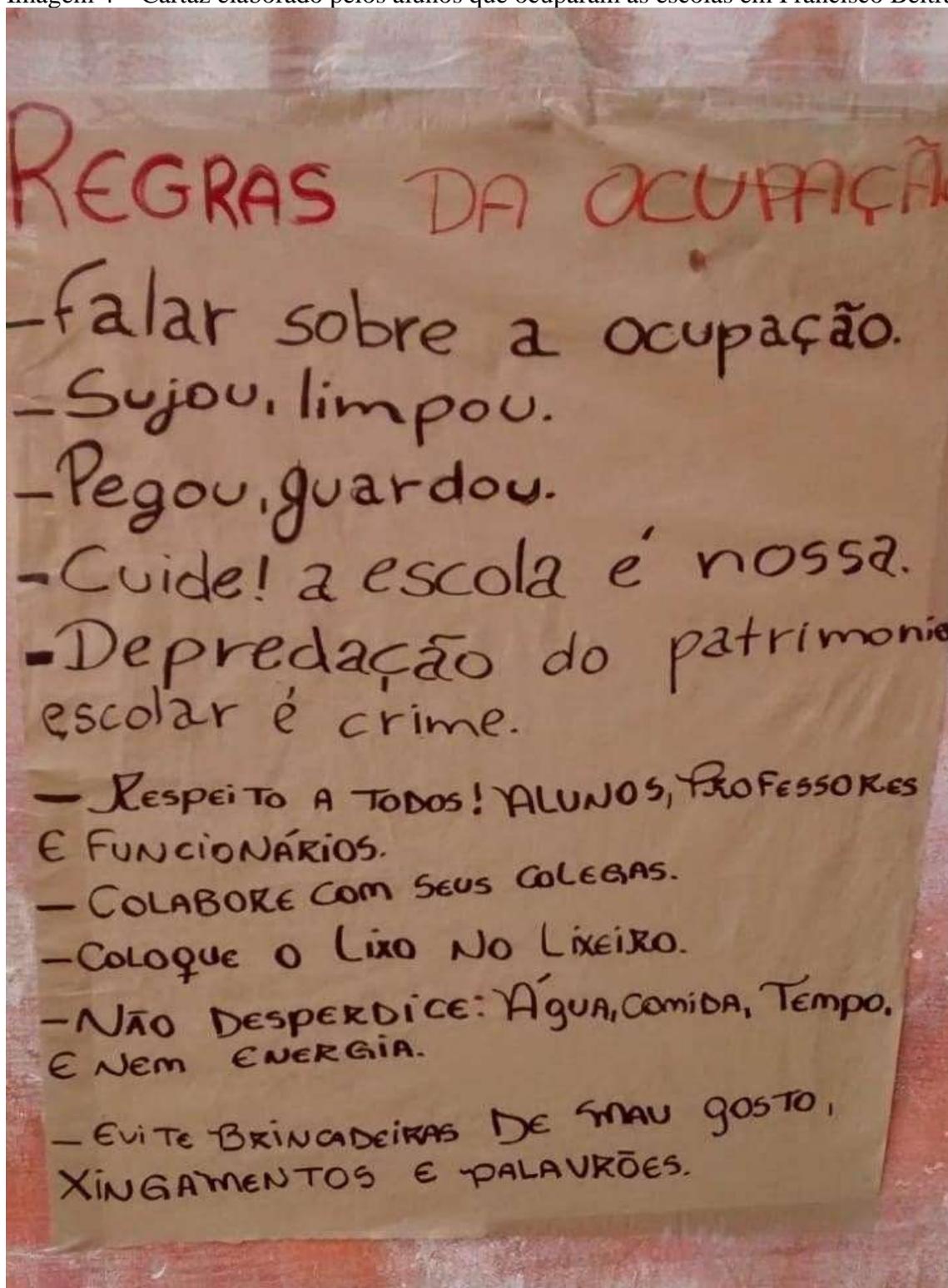
No processo das ocupações uma das principais dificuldades encontradas de imediato pelos estudantes foi garantir a alimentação:

Quando a gente entrou a gente não tinha nada. Eu falei como a gente vai viver? A gente entrou seis e pouco da manhã quando era nove horas estava todo mundo com fome e aí agora, o que a gente faz? [...] a gente se organizou, pegamos umas folhas sobre a impressão da Reforma do Ensino Médio, sobre a PEC, e a gente foi de mercado em mercado, aí teve um mercado que deu uma caixinha de bolacha, teve um mercado que deu uma caixinha de leite em todos os mercados da região a gente foi buscando, foi a primeira coisa que a gente conseguiu [...] depois daquilo, a minha mãe levou uma coisa, a mãe da outra levou outra coisa, um professor levou uma coisa, os professores ajudaram bastante. (PAULO, entrevistado em 2018).

Os estudantes se organizaram para buscar ajuda na comunidade, ao mesmo tempo, em que explicavam o porquê das ocupações. Além disso, a ajuda quanto à alimentação e outros materiais necessários vinham em muitos momentos das próprias famílias e dos professores que apoiavam o Movimento. Os estudantes paranaenses utilizariam de comissões para organizar e estruturar os ocupas, semelhante aos estudantes nas demais ocupações em 2015 e 2016, “organização de uma comissão de responsável por essa parte, tanto para o controle do estoque de mantimentos, preparação de refeições e organização de pedidos e solicitações de doações”. (SILVA; SILVA, 2017, p. 236).

Os estudantes beltronenses, a exemplo do que acontecia em outras escolas ocupadas, também se preocuparam com a organização interna dos ocupa. Na maioria das escolas havia um cartaz grande expondo as regras que deveriam ser seguidas, conforme imagem 4:

Imagem 4 – Cartaz elaborado pelos alunos que ocuparam as escolas em Francisco Beltrão



Fonte: Minha autoria.

Para que estas regras fossem vivenciadas por todos, e com responsabilidade, os ocupas organizavam assembleias e dividiam as tarefas, tais como cozinha, limpeza, segurança e formação. Conforme Paes e Pipano (2017, p. 16),

As ocupações nos mostram, contudo, e a produção de diferentes formas de gestão da estrutura e dos códigos escolares. Como se o poder, não mais hierarquizado, se esvaziasse em função de molecularização de suas operações. Um poder que não mais encarna na figura de um chefe ou de um líder, tampouco do carrasco ou de outros símbolos que representam o opressor. Mas que, ainda assim, tolera a organização, a divisão do trabalho, a rotina, o lazer, etc.

É possível, reconhecer nos ocupas e dissolução dos poderes hierarquizados presente na gestão e organização escolar atual, revela-se a construção efetiva de uma forma escolar horizontalizada, que aponta nos estudantes os anseios por participação direta nas decisões e na estruturação do espaço escolar. Carlos narrou um pouco desta organização dentro das escolas:

[...] então sempre tinha alguém, por exemplo: o que a gente tinha que fazer de almoço hoje? A gente tinha ali mais ou menos as pessoas que se organizavam [...] a gente também cuidava das próprias doações que a gente recebia, então a gente conseguia ter um caixa mais ou menos ali para a gente comprar para a gente, ah precisa comprar pão precisa comprar café e a gente conseguia ter essa divisão e a organização [...]. Então, a gente sempre se dividia. (CARLOS, entrevistado em 2019).

A adoção de escalas e divisão de tarefas demonstra uma articulação do Movimento em âmbito estadual e com as manifestações da primeira onda. Conforme reportagem da revista CartaCapital (TRUFFI, 2016, s/p.): “Todos reproduzem um sistema parecido. Os ocupantes dividem-se em comissões de comunicação, segurança e cozinha, entre outras. Cada qual fica responsável por atividade de uma área”.

Além disso, dentre as preocupações dos jovens em Francisco Beltrão estava a necessidade das ocupações tornarem-se espaço de aprendizados e debates entre os jovens, especialmente em relação às reformas que vinham acontecendo no país. Neste sentido, organizaram, via Facebook uma ficha convidando pessoas para contribuir com estas atividades nas escolas, através de atividades formativas e culturais. Assim, rodas de conversas, palestras e debates, sarau e oficinas fizeram parte das atividades dos jovens durante o período das ocupações:

[...] a gente abriu um link para que as pessoas realmente se voluntariassem pra dar aula, pra dar curso, pra fazer debates com a gente então estava aberto

o diálogo, então geralmente os minicursos eram no período da tarde e da noite. (FERNANDO, entrevistado em 2018).

Algumas destas atividades foram abertas à participação da comunidade externa, conforme evidenciado em convite feito por alunos ocupados do Colégio Estadual Suplicy: “Aproveitamos este para convidar toda a comunidade escolar para uma palestra e debate onde debateremos a PEC 241, a MP 746 e as ocupações nas escolas que ocorrerá domingo às 19h30min, no Colégio Suplicy. Sua presença é muito importante!” (OCUPA CEMA, 2016, s/p.).

Este formato organizativo, de certa forma, revela que também em Francisco Beltrão, os estudantes experienciavam formas autônomas e democráticas, de organização, que tratamos mais adiante neste trabalho.

Outro elemento importante nas ocupações em Francisco Beltrão foram as conflitantes relações estabelecidas com a comunidade externa. Neste sentido, vale a pena lembrar, conforme Filho (2008, p. 250), que em Thompson “a ideia de autoformação não prescinde jamais do conflito e da relação com o outro, representado seja por uma classe, ou seja, por indivíduos tomados isoladamente”. Assim, embora os estudantes contassem com o apoio de pais e professores, também eram pressionados por pais, professores, alunos contrários ao Movimento, pela mídia local e pelo Estado, representado na cidade pelo Núcleo Regional de Educação e pela Justiça.

Conforme Martins (2018), a semelhança de outros lugares, uma das principais reclamações dos estudantes dizia respeito à falta de debates e participação dos interessados em relação à Reforma do Ensino Médio. Para conter as ocupações e, ao mesmo tempo, demonstrar que o Governo estava aberto ao diálogo com os estudantes, foi organizado pelos Núcleos Regionais de Educação do Paraná, no dia 13 de outubro de 2016, um debate sobre a Reforma. Em Francisco Beltrão, esta atividade aconteceu no Anfiteatro da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, reunindo professores e estudantes. Seguindo a decisão da maioria do Estado, a proposta da reforma foi rejeitada. Para os jovens era necessário um amplo debate que envolvesse a todos, conforme anunciado na rede social de um dos colégios ocupados em Francisco Beltrão:

O Ensino Médio precisa sim de uma reforma, mas não através de uma MP. O assunto precisa ser amplamente debatido com professores, alunos, especialistas na área e todos os demais interessados. E não vamos desistir do movimento apenas porque “o Ensino Médio se tornou pauta”, continuaremos ocupando cada vez mais porque parece que nossos governantes e

representantes da educação ainda não entenderam. (OCUPA CEMA, 2016, s/p.).

Por sua vez, durante as ocupações, os estudantes enfrentaram pais e professores contrários e foram ameaçados nas redes sociais:

[...] nós tivemos alguns embates de frente mas tudo foi resolvido, alguns professores tentaram confrontar, arrombar a escola para tentar dar aula, apesar de nunca dar aula direito de fato. Os pais eu lembro, acho que essa é uma cena que está guardada no meu coração, teve um movimento dos pais que eram contra as ocupações, eles iam na frente das escolas reivindicar, e os pais foram, estavam os professores e uns cinco pais, três eram a favor de nós e dois contra, e um pai começou a argumentar e a falar um monte de coisa que filho dele não ia dormir na escola, e eu lembro que a professora olhou pro pai e disse “Eu dou aula para seu filho a três anos e ele dorme todos os dias na sala de aula”. Aquilo, eu acho, foi um marco da nossa ocupação. (MARIA, entrevistada em 2018).

Eu acho que a rejeição das pessoas. Já vinham com 5 pedras na mão... eles não sabiam o que estava acontecendo”; “só que escutar algumas coisas, bom eu recebi ameaças no meu Facebook, que eu participei de algumas entrevistas e o meu WhatsApp, o meu Facebook, tinha ameaça de gente falando que ia mandar a polícia me bater”. (LUIZA, entrevistada em 2018);

Esta reação de parte da sociedade contra as ocupações, ficou mais explícita a partir da campanha Desocupa, reunindo pais, alunos, diretores e professores e amplamente divulgado pela mídia local. Em 21 de outubro um grupo de pais reuniu-se com a diretora do Núcleo Regional de Educação, como pode ser observado na imagem 5,

Imagem 5 – Pais contrários às ocupações em reunião com chefe do NRE

Cidade

Sábado, 22.10.2016 JORNAL DE BELTRÃO

Pais de alunos querem a desocupação pacífica das escolas estaduais, segunda-feira

Um grupo está articulando a visita aos colégios para a manhã de segunda-feira.

JdeB – Um grupo de pais de alunos de colégios estaduais de Francisco Beltrão se reuniu ontem com a chefe do Núcleo Regional de Educação, Márcia Becker Bonetti, para comunicar que segunda-feira, 24, vão às escolas, com seus filhos, para conversar com os estudantes que estão ocupando as escolas. Eles querem que seus filhos tenham garantido o direito de assistir as aulas. Márcia e os pais discutiram a forma de como esta ação será feita. Mas todos entendem que a reabertura dos prédios públicos deve ser pacífica.

Desde a semana passada dezenas de escolas da rede estadual de ensino do Paraná estão ocupadas por estudantes contrário à PEC Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que prevê a redução de gastos da União (Executivo, Legislativo e Judiciário) e também as despesas com educação e saúde e a Medida Provisória que altera a oferta de algumas disciplinas do ensino médio e propõe outras formas de formação dos estudantes. A PEC e a MP estão em tramitação no Congresso Nacional.

Falta de argumentação

Os pais relataram à chefe do Núcleo de Educação situações que encontraram ao tentar dialogar com os alunos que estão no comando das ocupações nos colégios. A impressão que levaram é que eles defendem chavões – contra a PEC e a MP –, mas não possuem maiores informações ou argumentação. “Eles se sentiram com autoridade ao tomar as escolas. Não têm maturidade pra processar as informações, no momento, mas se julgam com autoridade”, observou Renato Tesser, pai de aluno.

Na reunião ficou claro que os pais respeitam o direito de manifestação dos estudantes contrários aos dois projetos do Governo Federal. Eles, no entanto, ressaltaram que o direito dos alunos



Giovana Strapazon, Laudi Adanski, Claudete da Rosa, Márcia Becker Bonetti, Renato Tesser, Telmo Lima, Leone Lima e Adair Machado na reunião no NRE.

que não apoiam o movimento também está sendo cercado por aqueles que ocuparam as escolas. Uma mãe relatou o caso de “marcação” dos líderes, num colégio, porque a aluna tem opinião diferente sobre a ocupação das escolas.

Medida judicial

Adair Machado, pai de aluno de uma escola estadual, disse que até o final da tarde de ontem a APMF iria entrar com uma medida judicial, no Fórum da Comarca, para fazer valer o direito dos estudantes que não estão podendo frequentar as aulas. “A gente vai buscar o direito deles de ir e vir”, frisou.

Mas a proposta do grupo de pais é ir para frente dos colégios estaduais segunda-feira, às 7 horas, juntamente com os filhos, em um movimento pacífico, para que seja garantido o direito dos alunos de assistir as aulas. Uma das sugestões, na reunião, é que haja uma coordenação de pais para estas visitas. Laudi Adanski, também pai de estudante, fez o convite para que os demais pais estejam nas escolas no horário combinado. “Nós não somos contra o movimento e a sua reivindicação”, ponderou.

Telmo Lima, outro pai de estudante, relatou a preocupação com a chegada do final de ano. Ele contou que na turma de seu filho a solenidade de forma-

tura já está definida, que há o receio de que o governo estadual dê por encerrada a carga letiva deste ano já que 70% dela já foi cumprida e a preparação dos alunos com o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), dias 5 e 6 de novembro, fique prejudicada. “Eles (os alunos) estão com uma preocupação muito grande”, comentou Telmo.

A chefe do Núcleo de Educação informou ao grupo que a grande maioria dos diretores de colégios estaduais onde houve a ocupação, em Beltrão, registraram boletins de ocorrência na Delegacia de Polícia. Ela disse que “um número pequeno de diretores não fez o (BO), então o Núcleo vai procurar a Delegacia pra fazer o BO”. Até ontem havia 11 escolas ocupadas pelos estudantes e sem aulas.

Reunião no Fórum

Segunda-feira, às 18h30, no tribunal de júri do Fórum de Francisco Beltrão, o Núcleo de Educação e a Promotoria Pública da Infância e Juventude realizarão encontro com os pais de alunos das escolas estaduais para debater a situação e os motivos das ocupações. Os líderes do movimento também estão convidados a participar deste encontro.

A intenção é mostrar a preocupação dos pais e alunos e tentar uma mediação.

Fonte: PAIS, 2016, p. 9.

Conforme destacado na reportagem, na segunda-feira, dia 24 de outubro, pais se dirigiram a duas escolas da cidade para exigirem a desocupação, alegando que seus filhos estariam sendo prejudicados por não poderem frequentar as aulas, e ainda os estudantes dos terceiros anos estariam sendo afetados, pois no terceiro ano a maioria dos estudantes prestaria vestibular ou ENEM.

O fato foi registrado pelo Jornal Beltrão (JB), e publicado em 25/10/2016 (terça-feira):

Imagem 6 – Reportagem do movimento contrário as ocupações

FRANCISCO BELTRÃO

Pais foram aos colégios pela volta às aulas

Para eles, o impedimento da normalidade do ensino é uma violação de direitos.

Por Lígia Tesser

Na manhã de ontem, um grupo de pais esteve em frente aos colégios estaduais Eduardo Viemond Suplicy e Beatriz Biavatti, de Francisco Beltrão, com o objetivo de reabrir as escolas ocupadas por estudantes.

Basicamente, o grupo a favor da volta às aulas argumentava que a ocupação fere o direito da maioria, que deseja a volta à normalidade escolar. "Queremos nossos filhos ocupados com as aulas", era uma faixa em frente ao Beatriz Biavatti.

É possível que nesta semana o Ministério Público estadual tenha alguma providência. Ontem no início da noite, na sala do tribunal do júri, haveria uma reunião com membros do NRE, professores e pais. Alunos manifestantes também estavam convidados.

Marcia Bonetti, chefe do NRE, disse no final de tarde que um número grande de professores tem se manifestado em favor da volta ao trabalho e encontra as ocupações.

Em entrevista à Rádio Continental FM, Laudir Adairani, pai de dois alunos do Colégio Suplicy, disse que os pais não são contra o movimento, e sim contra a forma como está sendo feito.

"Você protestar a favor ou contra uma lei é uma atitude louvável, inclusive tem que reconhecer que os alunos estão exercendo um direito, o que é bom para a democracia, o que a gente não pode concordar é que se coloque um cadeado na porta da escola e se interrompa um ciclo de preparação dos alunos, que vem do ano todo, com justificativa que isso é contra uma PEC [241] que vai prejudicar o sistema de ensino", avalia.

Laudir acrescentou que o movimento dos pais não está discutindo as mudanças da lei, se ela representa um ganho ou não para a sociedade, porque existem bons argumentos tanto do posicionamento contra como do a favor.

"Não podemos concordar que por causa de um movimento se fechem escolas, impeçam alunos de ter sua normalidade de ensino garantido, isso na nossa forma de ver é uma violação de direitos e à democracia", opinou. Em entrevista à jornalista Karol de



Ontem às 7:20 da manhã, no Colégio Suplicy, centro de Beltrão, no lado de dentro, os manifestantes; do lado de fora, quem gostaria de estudar, mas está impedido.

Gois, durante o programa Café com Notícias, da Rádio Continental FM, o professor de Filosofia e História Denner Weber analisou o movimento de ocupação das instituições pelos alunos e deu seu posicionamento sobre a situação.

Denner lembrou que o movimento dos estudantes é por causa de duas pautas: a MP 746 e a PEC 241 — reformas propostas pelo Governo Federal —, que os manifestantes acreditam ir contra a educação. O professor destacou que o movimento de ocupação das escolas é organizado pelos alunos, e não pelos educadores.

Para Denner, essa ação dos estudantes é uma demonstração de que são críticos e que estão dispostos a transformar a sociedade. "Não é uma questão político-partidária, como está se veiculando em alguns meios de comunicação, é uma organização deles e só vai terminar quando eles quiserem", afirmou.

Denner, entretanto, tranquilizou os pais sobre o Enem e informou que estão acessando aulas e oficinas e que os professores vão fazer a preparação para a prova.

"Os pais que querem, mandem seus filhos para a escola, a gente está tendo formação, não se preocupem, porque podem achar que não está havendo nada na escola, isso não é verdade. A escola está ativa e os alunos estão organizando atividades, tentam essa consciência pra que a gente não acredite só nos nossos direitos, estamos lutando pelo direito coletivo", reforçou.

Pais não foram ao Cema

Em resposta à nota publicada no Facebook do Jornal de Beltrão na manhã de ontem, membros da comissão do Movimento Estudantil do Colégio Es-

tadual Mário de Andrade (Cema), de Francisco Beltrão, disseram que não houve manifestações dos pais no colégio.

Paraná

Estudantes têm decidido sair de forma voluntária de escolas estaduais — o número de unidades ocupadas caiu de 830 para 792 ontem, 24. No Paraná, as manifestações ainda prejudicam mais de 500 mil estudantes.

Em União da Vitória, as aulas no Colégio Estadual Adiles Bordin voltaram à normalidade ontem, 24, para os 600 alunos dos ensinos fundamental e médio. Direção, professores, pedagogos e estudantes decidiram debater as propostas do Governo Federal durante a semana, de maneira interdisciplinar, sem interromper as aulas.

Em Cascavel, pais e responsáveis contrários acompanharam as aulas nos períodos diurno e noturno para impedir que o Colégio Estadual Marielis Poretti seja ocupado novamente e as atividades interrompidas. O escola ficou três dias ocupada e também retomou a normalidade nesta segunda-feira.

"Não somos contra manifestações, somos contra a imposição. Os alunos têm todo o direito de se manifestar, mas sem prejudicar a maioria dos colegas", disse a diretora da escola, Luciana Paulista da Silva. Segundo ela, 95% dos alunos eram contra a ocupação da escola.

Estudantes, pais, professores e representantes da comunidade do Centro Estadual de Educação Profissional Pedro Boreatto Neto, também em Cascavel, criaram o grupo "Desocupa Cascavel" para dialogar com os manifestantes. São cerca de 200 pessoas envolvidas.

Pato Branco: Greve e ocupações continuam

Por Betó Russatti — A presidente do Núcleo da APP-Sindicato de Pato Branco, professora Ana Paula Pereira, comunicou em assembleia local na manhã de ontem, 24, a decisão pela continuidade da greve no Paraná. A assembleia em Curitiba decidiu pela continuidade do movimento por apenas cinco votos de diferença. "O fato de ter sido uma decisão por apenas cinco votos de diferença não desqualifica a posição dos professores, vamos continuar a paralisação", afirmou Ana Paula. Também deve continuar a ocupação das escolas do Paraná pelos estudantes. Apesar da notificação judicial recebida pelos líderes do movimento, a decisão e pela continuidade, destaca o líder estudantil do Colégio Augustinho Pereira, João Artur. O líder estudantil Marco Antonio Pereira, do Colégio Premem, disse que há uma posição unânime pela continuidade do movimento Ocupa Pato Branco e Ocupa Paraná. "Nos não vamos deixar as escolas, nosso movimento é legítimo e pacífico". O Ministério Público informou que se for necessário e a Justiça determinar será realização a desocupação das escolas com uso de força policial. Para o promotor público Raphael Soares, o movimento também deve transpor uma cotação eminentemente política. "No site da UNE o que vemos são frases do tipo "Fora Temer", "Governo golpista", o que de certa forma deixa transparecer a influência de correntes de esquerda, que historicamente sempre estiveram ligadas ao movimento estudantil". Para o promotor de Justiça, "é preciso diálogo, em que pese todo movimento de classe seja um direito do Estado Democrático e de Direito, mas sem radicalismo que é o que se vê hoje tanto do lado do governo quanto dos professores e estudantes".

Professores decidem pela continuidade da greve

Por Lígia Tesser — No sábado, 22, aconteceu assembleia da APP-Sindicato, em Curitiba, mas nas regiões os servidores também se reuniram e decidiram manter a greve da categoria. A greve foi iniciada no dia 17 e deve continuar por tempo indeterminado. Os professores da rede estadual de ensino decidiram manter a paralisação, mesmo após o Governo do Estado enviar proposta para retificar o artigo 33 da mensagem 43/2016, que tramita na Assembleia, sobre a aplicação da data-base da LDB 2017. No entanto, a maioria dos participantes entendeu que o documento apresentado não corresponde ao interesse dos educadores. Em entrevista ao programa Café com Notícias, da Rádio Continental FM, o representante da secretaria educacional da APP-Sindicato, professor Claudio Deodato, esclareceu que a avaliação do documento do governo foi feita e destacou que a assembleia era aberta para todos os educadores do Estado. "Mesmo antes da nossa assembleia, na sexta-feira [21], o Valdir Rozoni [chefe de Casa Civil] deu entrevista pra RBC-TV e deixou claro que a retirada da mensagem 33 era simplesmente para satisfazer um capricho do sindicato e também deixou claro que o governo não ia assumir o compromisso de pagar as progressões e da data-base". Claudio frisou que o pagamento da data-base é a reposição da inflação, que é direito de todo trabalhador.

Jovem encontrado morto em escola ocupada de Curitiba

Gazeta do Povo — Um adolescente foi encontrado morto dentro de um colégio em Curitiba na tarde de ontem, 24. O corpo foi localizado no banheiro da Escola Estadual Santa Felicidade — que está na lista das unidades ocupadas por alunos no Paraná. Segundo informações do Corpo de Bombeiros, a vítima morreu por ferimentos causados por arma branca, provavelmente uma faca. A Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) esteve no local para colher as primeiras informações sobre o caso, que é tratado com prioridade pelas polícias Civil e Científica. A Secretaria da Casa Civil também informou que tem uma equipe no local em busca de informações e que vai se posicionar quando houver detalhes do acontecimento.

Pais e diretores pedem apoio do governo estadual

AEN — Um grupo de cerca de 300 pais, diretores, pedagogos, professores e integrantes de movimento sociais estiveram reunidos, no Palácio Iguaçu, com representantes do Governo do Estado para reivindicar medidas para por fim às invasões das escolas públicas. Eles foram recebidos pelo chefe da Casa Civil, Valdir Rozoni, e pelos secretários Ana Seres (Educação), Wanner Mesquita (Seguran-

ça Pública) e Márcio Vilela (Comunicação), além do procurador-geral do Estado, Paulo Rocco. Na encontro, o governo anunciou que os diretores e professores que estiverem dando apoio às ocupações e não cumprirem as determinações legais, responderão processos administrativos ou sindicaciais e poderão ser punidos com afastamentos e até demissões. De outra parte, a Se-

cretaria de Estado da Educação vai disponibilizar um documento na internet para que os educadores que querem trabalhar, mesmo com a greve promovida pela APP-Sindicato ou que atuam em escolas ocupadas, possam registrar oficialmente sua opção por não aderir aos movimentos que impedem o retorno das aulas na rede estadual. Quem aderir à greve será a falta lançada", explicou a secretária Ana Seres.

O procurador-geral destacou que "a invasão é ilegal, abusiva. O direito de quem quer estudar precisa ser respeitado", declarou. Ele ressaltou que várias ações foram ajuizadas pela FGE pedindo a reintegração de posse dos imóveis ocupados e todos os Conselhos Tutelares estão aguardando para verificar denúncias de que menores de idade estão dentro das escolas.

Fonte: TESSER, 2016, p. 13.

Após o início da campanha desocupa, os secundaristas enfrentariam uma ofensiva contra as ocupações. O Colégio Estadual Beatriz Biavatti seria a primeira escola a ser desocupada. A direção da escola juntamente com alguns pais e professores forçariam a desocupação, isto aconteceria com fortes embates entre os lados, seriam chamada à Polícia

Militar para efetuar a desocupação⁴⁸, foi uma ação muito violenta com os estudantes que ocupavam a escola. É importante salientar que na realização desta pesquisa, foram procurados alguns participantes da ocupação nesta escola, porém ninguém quis participar da entrevista.

Frente aos acirramentos dos conflitos, os estudantes foram convidados a participar de uma audiência pública no Fórum de Francisco Beltrão, tendo recebido um convite da Promotoria de Justiça da Infância e Juventude. O objetivo era criar um acordo entre estudantes e promotoria de modo a promover a desocupação. A audiência aconteceu no dia 24 de outubro, revelou, conforme relatos dos estudantes, a posição arbitrária e parcial da justiça. O episódio ficou conhecido entre os estudantes como “o caso do Fórum”, sendo retomado mais a frente nesta dissertação. É importante destacar que no mesmo dia da audiência do fórum, os estudantes promoveram na UNIOESTE um debate, com pais, professores, alunos e comunidade em geral sobre a PEC55 e a Reforma do Ensino Médio. Assim os estudantes se dividiram, uns iriam para o Fórum, outros para o debate,

⁴⁸ Reportagem no G1, “Pais e alunos tentam desocupar colégios e retomar as aulas”. Disponível em: <http://g1.globo.com/pr/parana/educacao/noticia/2016/10/pais-e-alunos-tentam-desocupar-colegio-em-foz-do-iguacu-no-parana.html>. Acesso em: 2 mai. 2018.

Imagem 7 – Cartaz de convite para o debate que aconteceu na UNIOESTE sobre a MP

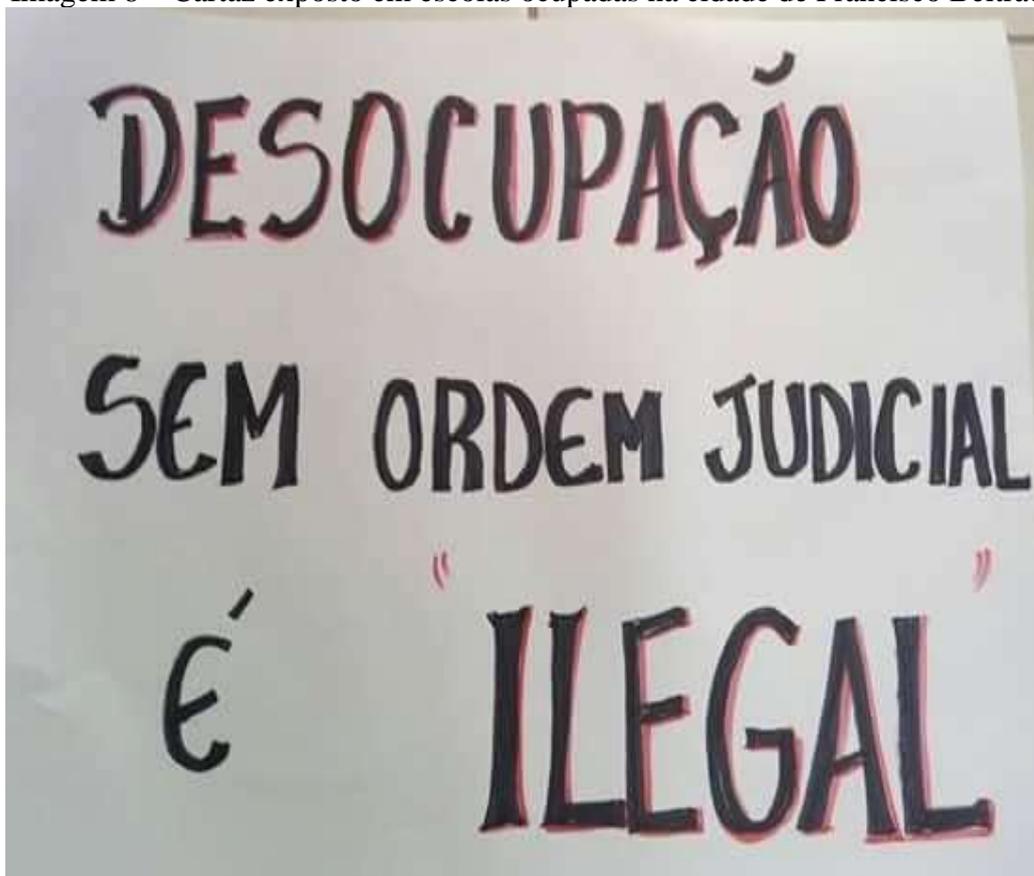


Fonte: Página do evento no Facebook.⁴⁹

Após esta audiência, em praticamente todas as escolas de Francisco Beltrão, foi exposto cartaz, conforme imagem abaixo:

⁴⁹ Disponível em: <https://www.facebook.com/events/1332984123437955/>. Acesso em: 22 jun. 2019.

Imagem 8 – Cartaz exposto em escolas ocupadas na cidade de Francisco Beltrão



Fonte: Página do Ocupa Cema no Facebook.⁵⁰

Após a audiência no Fórum, no dia 25 de outubro, a promotoria expediria um mandato de reintegração de posse, a pedido do governo do Estado. Assim, nos dias posteriores as escolas de Francisco Beltrão receberam um oficial de Justiça, notificando os estudantes sobre a decisão, sendo que estes teriam 12 horas para desocupar as escolas. A polícia militar e conselho tutelar acompanharam a reintegração de posse. Os estudantes saíram das escolas pacificamente, deixaram as escolas limpas e organizadas,

E aquela noite foi uma das mais bonitas entre os alunos que estava ocupando, porque a partir do momento que chegou a ordem, tínhamos até às sete horas da manhã para desocupar. Todo mundo começou a organizar, eram duas horas da manhã tinha estudantes na quadra limpando, nos ficamos para conversar com os diretores, a gente vai entregar a chave amanhã sete horas da manhã a escola vai estar aberta organizada para o início das aulas. E assim a gente fez. A gente ficou em um grupo menor, cinco ou seis pessoas que se responsabilizaram por ficar na escola e dormir para ter certeza que nada aconteceria, porque se alguma coisa acontecesse, a gente sabia que naquele momento ainda teriam muitas pessoas que seriam capazes de entrar

⁵⁰ Disponível em: <https://www.facebook.com/OCUPACEMA/photos/a.352178808453179/359217374415989/?type=3&theater>. Acesso em: 2 jul. 2019.

na escola quebrar escola para dizer que foi a gente que deixou. Então a gente ficou na escola, organizou a escola e dormiu lá. No outro dia de manhã sete horas da manhã, seis e quarenta e cinco a gente fechou o portão da escola tirou todo nosso material foi para calçada. (CARLOS entrevistado em 2019).

Ainda no dia 26 de outubro, após o termino das ocupações em Francisco Beltrão, alguns estudantes participaram de uma reunião convocada pela União Paranaense Estudantil Secundarista (UPES), para dialogar, trocar experiências sobre as ocupações, e ainda para delinear os próximos passos do movimento estudantil paranaense. Esta reunião aconteceu na cidade de Curitiba, aonde os secundaristas iriam vivenciar outros momentos significativos para sua formação política, entre eles o sentimento de solidariedade:

Os professores me ajudaram porque não tinha um real no bolso e eu me lembro do professor [...] falando na quarta para mim de manhã cedo, você tem dinheiro para ir? Aí eu falei: não tenho, mas eu vou ter que ir com o que der, e ele falaram: espera aí. Tirou o chapeuzinho dele, saiu e pediu para os professores dois, cinco, dez reais, o que eles podiam eles deram. Consegui 120 se não me engano na época. Aí a diretora veio: você tem como ir? Não tenho como ir ao local que a gente pegaria a van. Eu te levo. Ela veio e me levou e me deu mais dinheiro fui viajar com cento e cinquenta reais. Então eu consegui me manter e me deu força sabe. Então acho que quando a gente tem oportunidade à gente não pode desistir porque a era de graça para gente, então se eu tinha oportunidade de pegar a Van e ir lá no congresso e mostrar a minha opinião e falar não vamos desistir, vamos ocupar, vamos continuar, vamos lutar porque é o nosso direito! (PAULO, entrevistado em 2018).

No evento citado, participaram estudantes de todo o estado do Paraná, possibilitando além da convivência com pessoas diferentes, o reconhecimento dos anseios que os uniram durante os ocupas, estabelecendo laços que unificaria muitos nas lutas pós-ocupação, contribuindo na reorganização de muitos grêmios nas escolas de Francisco Beltrão, bem como na efetivação da UPES na cidade.

Como falamos anteriormente, as ocupações em Francisco Beltrão terminaram no fim de outubro, todavia se constituíram como experiência formativa importante para os jovens participantes:

Então, os estudantes que fizeram as ocupações eles perceberam isso, e não precisou alguém dizer porque eles estavam lá todos os dias, não foi só pelos movimentos, mas a gente também aprendeu enquanto serem humanos, porque a gente viu, a gente vê nos movimentos sociais de diversas formas de sociedade, mas a gente nunca estava presente, então a gente teve a experiência concreta de você ser reprimido pela sociedade de algumas formas, de você ser tachado pela família, então eles e nós enquanto ocupantes a gente viu na prática. (FERNANDO, entrevistado em 2018).

Aprendizados que se constituíram no “fazer-se” diário dos jovens, num processo político, organizativo, sócio-cultural-pedagógico e também conflituoso e que aponta para a importância das ocupações como experiência formativa para os jovens estudantes em Francisco Beltrão.

4.3 A Dimensão Política das Ocupações

As ocupações nas escolas em Francisco Beltrão se sintonizavam com a pauta base do Movimento das ocupações no Paraná que se iniciaram em São José dos Pinhais:

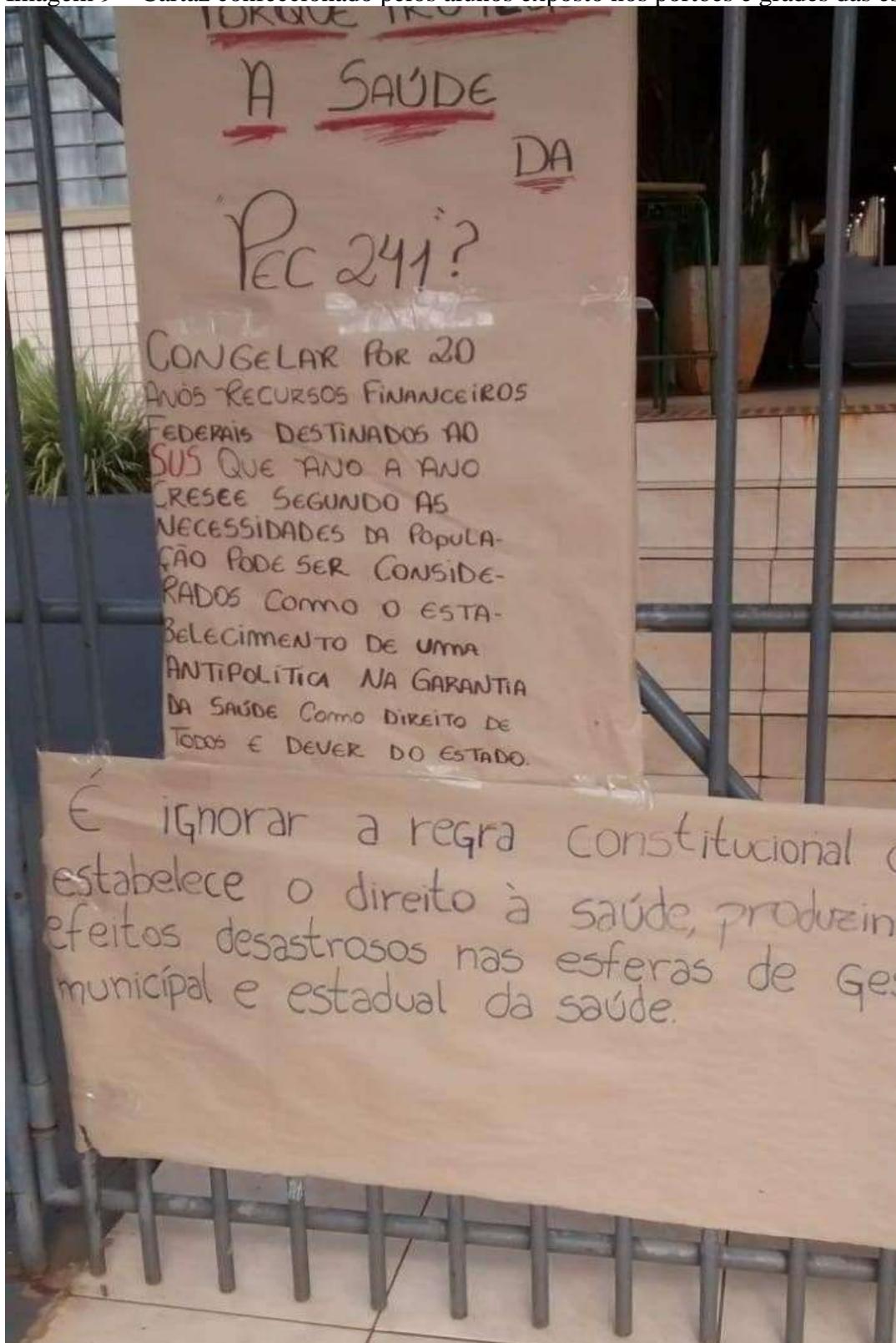
O que mais revoltou os estudantes foi a reforma do ensino médio, que foi algo superficial e que só ia prejudicar nós e o governo tentou de várias formas, nos convencer de que seria algo bom através da mídia e de diversas outras ferramentas, mas nós sabíamos que não e que a exclusão era nítida no projeto quando a gente estudava naquela época. (LUCAS, entrevistado em 2019).

À pauta da Reforma do Ensino Médio se somavam outras, que também atentavam contra a educação, especialmente a PEC 241 e os direitos dos trabalhadores:

Então a gente tinha como principal reivindicação era barrar, realmente barrar não deixar ir nem para votação aquelas medidas do Michel Temer. Acho que era a PEC 241, daí tinha a Reforma da Previdência, a Reforma do Ensino Médio. A nossa bandeira era, era lutar para barrar essas propostas, e lutar para levar o maior número de informação possível, informação de qualidade, nem tão mastigada e não tão complexa, digamos, para essa galera aí. Então a gente queria realmente alertar a população e barrar totalmente. (PAULO, entrevistado em 2018).

Esta compreensão em relação aos objetivos da ocupação era evidenciada nos cartazes confeccionados pelos alunos que eram expostos nos portões e grades das escolas, demonstrando para a sociedade os motivos porquê estavam ocupando os colégios e, ao mesmo tempo, manifestavam seu apoio à greve dos professores.

Imagem 9 – Cartaz confeccionado pelos alunos exposto nos portões e grades das escolas



Fonte: Minha autoria.

Destaca-se que a ação dos estudantes direcionava-se contra a retirada de direitos na educação, mas também em outras áreas como a saúde, e que seriam afetadas com a proposta de congelamento dos gastos públicos PEC 241. Isto pode ser notado no exposto no cartaz e reafirmada na entrevista abaixo:

Eu particularmente dentro de mim tinha uma vontade de barrar todas aquelas propostas, impostas, pelo governo, desgoverno do Michel Temer, esse para mim seria uma maneira de lutar, uma maneira de me manifestar pelo meu direito e para não perder os meus direitos, era uma maneira de conseguir exercer meu direito de manifestação. (LUCAS, entrevistado em 2019).

Os estudantes, a partir das suas pautas, das suas ações das suas lutas, dão visibilidade à dimensão política das ocupações. Ao ocuparem a escola, os secundaristas demonstram que entendem esta como um direito, que por sua vez, se somam a outros, que sentem ameaçados, “entende-se a escola como direito universal, e para isso a tomada deste espaço pelas classes populares pressupõe a mobilização como instrumento fundamental”. (MARTINS, 2009a, p. 200). Como dizem os estudantes chilenos “*la toma*”, ou seja, tomar posse de um ambiente negado as classes subalternizadas no sistema capitalista,

Então o ideal seria que a gente tivesse condições de ter o conhecimento mais acessível. Quando você investe você cria possibilidades para uma criança que nasceu vendo a mãe apanhar do pai e o pai morrer na mão de, sei lá, da milícia do bairro, da possibilidade para ela ver que tem coisa além disso, porque a questão não é a criança sair sozinha do meio, a questão ela ver que tem como sair do meio, a educação faz isso. (LUIZA, entrevistada em 2018).

As ocupações escolares asseveram a luta dos secundaristas em defesa da instituição pública, do acesso à escola, entendida e prevista na constituição de 1988 como direito. Processo que se torna mais relevante quando se considera que ocorreu num contexto de desvalorização da instituição de ensino público, de sua “demonização”. De certa forma, os estudantes ao ocuparem as escolas, colocando em pauta o direito a educação, reafirmam sua importância social da escola.

Além disso, caracterizando também a dimensão política das ocupações, estas mostram que os estudantes secundaristas perceberam que a mudança nas estruturas do sistema educacional os atingiria diretamente, contradizendo o discurso falacioso do “jovem alienado” e alheio as mudanças em seu meio. O depoimento abaixo reforça como as ocupações foram importantes para a constituição do jovem como sujeito político, demonstrando sua importância como experiência formativa para a juventude, no seu “fazer-se”:

[...] porque a gente não ficou escondido, a gente não ficou esperando, a gente não ficou sentado esperando a reforma do Ensino Médio ser aplicada. Sujeito concreto, a gente não foi apenas um objeto, a gente foi um sujeito que pensou, eu fui um sujeito que pensou, como todos eles foram sujeitos que pensaram e que fizeram essa escolha de fazer a mobilização. Então, a gente foi realmente protagonista de nossas escolhas, e a gente não ficou quieto, a gente teve essa resistência e foi bem gratificante, porque a gente via que às vezes a juventude não tem voz, então à gente deu voz a juventude. (FERNANDO, entrevistado em 2018).

Os secundaristas demonstraram, nas suas ações, que o jovem dos movimentos é aquele que também reflete, analisa, toma decisões e age, revelando que os ocupas contribuíram na experiência formativa dos sujeitos que dela fizeram parte: “eu vi muita coisa que antes sem a ocupação eu não viria”. (LUCAS, entrevistado em 2019).

Por sua vez, a dimensão política também coloca a tarefa urgente de construir uma escola vinculada a uma proposta societal diferente da sociedade de classes “um projeto de sociedade emancipada e emancipadora que, por sua vez, exige práticas educacionais e escolares condizentes com tal projeto”. (MARTINS, 2009a, p. 207). Entendemos que a experiência de organização dos ocupas ensaiou formas escolares distintas da escola no capitalismo, mais participativas, democráticas e atentas às necessidades de seus sujeitos.

Além disso, os ocupas provocou um tensionamento nas estruturas vigentes, logo, “ocupar as escolas é um ato político, pois os estudantes modificam a forma de lutar pela educação e trazem novos olhares para escola e a utilização do espaço escolar”. (SILVA; SILVA, 2017, p. 229). E ainda concordamos com Martins (2009b, p. 206), quando reitera que, “o vivido pelos jovens cimenta os laços de solidariedade e companheirismo que os unem em torno de um projeto comum e que os coloca em situação de oposição, conflito e enfrentamento em relação aos interesses de outros sujeitos”.

4.4 A Organização dos Ocupas: Auto-organização como Experiência Formativa

A estrutura escolar atual foi organizada para atender aos anseios da classe burguesa, assim, “a escola e a escolarização foram desenvolvidas até se tornarem essenciais na produção e reprodução de nossas formas sociais, das hierarquias, das classes que as constituem”. (VINCENT; LAHIRE; THIN, 2001, p. 36). Por consequência, o tempo escolar, a fragmentação dos conteúdos, a organização do espaço escolar, a estrutura do prédio escolar ratificam o modo de produção capitalista, assim, os estudantes desde a tenra idade docilizam

seus corpos e mentes para se inserir no mundo do trabalho e na “cidadania burguesa”, deste modo à escola instituída dentro da lógica capitalista ratifica o *modus operandi*,

A importância das regras na aprendizagem; a organização racional do tempo; a multiplicação e a repetição de exercícios, cuja a única função consiste em aprender a aprender conforme as regras ou, dito de outro modo, tendo por fim seu próprio fim – é a de um novo modo de socialização, o modo escolar de socialização. (VINCENT; LAHIRE; THIN, 2001, p. 38).

Porém, os ocupas configuram outra experiência organizativa, baseada na auto-organização e na autogestão dos estudantes. De acordo com Pistrak (2008, p. 181), “deve-se organizar o trabalho de modo que o ensino seja compreendido pelo espírito das crianças como uma ação importante para sua vida. Só então o trabalho de formação se tornará uma necessidade para a criança, servindo a auto-organização”.

Este “espírito” auto-organizativo fez parte da experiência formativa dos secundas nas ocupações, através de assembleias, organização interna e formação, em que buscaram praticar e implantar um regime de democracia ampliada. Isto pode ser observado na forma como as decisões eram tomadas:

Era assim uma mini sociedade, cada colégio era uma mini sociedade, cada um tinha um papel e cada um tinha que cumprir seu papel para que tudo funcionasse. (JEAN, entrevistado em 2018).

A gente tinha algum horário do dia depende de como tinha notícia ou alguma coisa a gente se reunia no saguão para conversar, discutir e organizar a atividade. (PEDRO, entrevistado em 2019).

Destacam-se nas falas a importância do cumprimento das tarefas pelos participantes, bem como a importância das reuniões coletivas para debates, decisões e definição das ações.

Imagem 10:

Imagem 10 – Foto de uma das assembleias organizadas pelos alunos do Colégio Estadual Mario de Andrade



Fonte: Página no Facebook do Ocupa Cema.⁵¹

Os segundos buscaram organizar o espaço escolar democraticamente, de forma horizontal, possibilitando o exercício de uma democracia ampliada, inserindo no cotidiano dos ocupas assembleias para a tomada das decisões. Conforme Pistrak (2000, p. 206, p. 13), “a assembleia geral discute as questões detalhadamente, introduzindo mudanças na estrutura e na forma da auto-organização, que na escola burguesa é imposta de cima para baixo”,

A aprendizagem da autogestão é uma tarefa que envolve toda uma geração, desde a mais tenra idade. Pacientemente e passo a passo, a escola deve ajudar as crianças nesta tarefa. Pelo trabalho, pelos jogos coletivos as crianças vão se envolvendo cada vez mais nas esferas da vida social, pedagógica e econômica, as quais vão colocando ante elas novas exigências de desenvolvimento, introduzindo-as na ampla vida social, ligando sua auto-organização com os outros, com os movimentos sociais, com as associações juvenis. (PISTRAK, 2013, p. 29).

A dinâmica organizativa dos ocupas permitiu aos estudantes vivenciar outra forma de gestão, contrariava a forma organizativa atual do espaço escolar, sendo esta, pensada pela ordem burguesa com formas hierárquicas de organização, ou seja, a escola organizada de maneira hierárquica, fragmentada, compartimentada, refletindo ordenação fabril. Pistrak

⁵¹ Disponível em: <https://www.facebook.com/OCUPACEMA/photos/a.352178808453179/352545901749803/?type=3&theater>. Acesso em: 3 jul. 2019.

(2017) e outros intelectuais como Kupskaya, destacavam no início do século XX ⁵² a necessidade de pensar a organização escolar que permita ao proletariado construir uma sociedade em que não haja lugar para a opressão e a exploração,

Claro, a própria vida vai ensinar a organização para a juventude, mas é necessário que também a escola faça tudo que puder em relação a isso. A questão da organização de toda a vida escolar – organização de tarefas, do trabalho, do descanso das crianças – deve agora estar no centro das atenções do pedagogo. Uma das mais importantes funções da auto-organização escolar deve ser o desenvolvimento de hábitos de organização das crianças. (KUPSKAYA, 2017, p. 118-119).

Kupskaya (2017, p, 121), ao falar sobre a escola do trabalho, destaca que ela pressupõe que a criança não apenas memorize e ouça, mas que ela faça perguntas, experiências, e trabalhe criativamente, assim,

É importante nunca perder de vista a auto-organização, para ter um efeito educativo, influenciar na disciplina das crianças, deve ser compreendida por elas como algo necessário, que decorre de uma dada necessidade. Somente assim elas vão se relacionar com a auto-organização com seriedade. (KUPSKAYA, 2017, p. 122).

Nos ocupas paranaenses, assim como nos movimentos das ocupações ocorridos anteriormente, os estudantes buscaram exercício auto-organizativo similar. Elementos como a manutenção da ordem e da disciplina aparecem importantes nos ocupas não de forma unilateral, mas de modo que garantisse a organização interna e a convivência no grupo.

Eu tenho até hoje lá em casa se eu não joguei fora, eu tinha três caderninhos: um era da organização, um era da chamada porque a gente tinha que fazer chamada todos os dias, era notado nome de quem vinha para organização, saber quem veio quem não veio e tinha o papel do diário. O diário da ocupação, onde a gente anotava tudo que era feito no dia a dia. Se desce um perrengue a gente anotava tudo que a gente fazia a gente anotava, essa parte a gente foi bem organizada. (PAULO, entrevistado em 2018).

Nas escolas a gente tentava dividir os horários [...] os alunos chegavam, a gente tinha uma programação desde manhã [...] não tinha nada muito regrado mas a gente tinha um horário que a gente ia ter o aulão, a gente ia ter horário que a gente ia ficar lá de boa, a gente tinha o horário que a gente fazia o café, que a gente se organizava, assim como a gente tinha horário

⁵² É importante pontuar que esta experiência escolar ganha destaque na revolução russa de 1917, quando educadores como Lunatcharski, Krupskaya, M. N. Pokrovskiy, Lepshinskiy, Pistrak, Blonski entre outros, foram responsáveis por pelo comissariado da educação e cultura. Ainda em 1917 esse Comissariado elaborou o documento “Princípios Fundamentais da Escola Única do Trabalho”, base da “Declaração sobre a Escola Única do Trabalho”, aprovada pelo Comitê Central do Partido Bolchevique em 30 de setembro de 1918 (LOMBARDI, 2017).

para fechar o portão, e a partir daquele horário ninguém entrava e ninguém saía porque se não virava a bagunça. (CARLOS, entrevistado em 2019);

Este processo auto-organizativo esteve presente na divisão das tarefas de forma horizontal e democrática: “Nós dividimos as tarefas entre os meninos e as meninas, sem nenhuma distinção assim”. (HELENA entrevistada em 2018). A divisão de tarefas rompe com muitos conceitos construídos culturalmente dentro da sociedade capitalista e machista na qual estamos inseridos, revelando a possibilidade de uma sociedade sem distinção de gênero, etnia e classe. Os estudantes nos ocupas, vivenciam um novo formato societal, aonde buscam experienciar formas mais igualitárias de relações. Neste sentido,

As ocupações nos mostram, contudo, é a produção de diferentes de gestão da estrutura e códigos escolares. Como se o poder, não mais hierarquizado, se esvaziasse em função de uma molecularização de suas operações. Um poder que não mais encarna na figura de um chefe ou de um líder, tampouco do carrasco ou de outros símbolos que representam o opressor. Mas que, ainda sim, tolera a organização, a divisão de trabalho, a rotina e o lazer, etc. (PAES; PIPANO, 2017, p. 16).

As tarefas eram divididas desde alimentação até a segurança da escola. Atividades de limpeza, por exemplo, como mostra a imagem 11, eram compartilhadas entre meninos e meninas: “não há liderança definitiva, porém todos influenciam e participam dos rumos que a ocupação vai ocorrer”. (SILVA; SILVA, 2017, p. 236).

Imagem 11 – Estudantes trabalhando na organização dos ocupas



Fonte: Página no Facebook do Ocupa Cema.⁵³

Dentre a divisão de tarefas, estava a preocupação com a segurança. A comissão organizava as rondas pela escola, com o intuito de proteger os colegas e o patrimônio público, demonstrando consciência de que isso era muito importante na relação externa, com a comunidade:

[...] durante a noite ficavam acordados para fazer as rondas porque realmente a gente tinha receio que acontecesse alguma coisa, não com nós mesmos, mas com a estrutura do colégio, porque se acontecesse alguma coisa com a estrutura do colégio e a gente não ficasse sabendo a gente seria responsabilizados com certeza. Então fazíamos ronda, ficávamos a noite inteira acordados”. (FERNANDO, entrevistado em 2018).

Observa-se assim, que as ocupações em Francisco Beltrão caracterizaram-se pela auto-organização dos jovens. É importante lembrar que a cartilha *O mal educado* foi utilizada como material norteador no processo organizativo das ocupações em São Paulo e, ainda, no Estado do Paraná ela foi importante em muitas ocupações, como revela a estudante Ana Julia em entrevista,

Aquela cartilha foi bem engraçada. A gente foi fazer assembleia para ocupar a escola. Só que ninguém sabia como fazer assembleia, ninguém sabia ocupar escola. Eu divulguei a cartilha, um pegou do outro, uma pessoa

⁵³ Disponível em: <https://www.facebook.com/OCUPACEMA/photos/a.352178808453179/358465654491161/?type=3&theater>. Acesso em: 3 jul. 2019.

passou para outra pessoa. Quando estávamos articulando a assembleia, eu peguei o celular e baixei “Como ocupar um colégio?”, na hora, e fui lendo os tópicos. (COSTA; GROppo, 2018, p. 30).

Nas ocupações beltronenses, no entanto, este formato organizativo apresenta-se no constructo dos ocupas, revelando que este processo aparentemente encontravam-se já disseminado no interior das ocupações, contribuindo para o fazer-se do jovem secundarista.

Outro elemento importante dos ocupas é a preocupação com a formação dos participantes. Assim, no processo auto-organizativo dos jovens estavam inseridas atividades que traziam temáticas e ações relativas às reformas em curso no país como também o debate de questões consideradas importantes para os jovens. A imagem 12 referencia uma oficina realizada no Colégio Estadual Mario de Andrade. Na ocasião, os alunos estavam discutindo a conjuntura nacional, com foco na dívida pública e os impactos nas políticas sociais.

Imagem 12 – Foto de uma das oficinas realizadas no Colégio Estadual Mario de Andrade



Fonte: Página no Facebook do Ocupa Cema.⁵⁴

É importante destacar que muitos destes temas, quando tratados no cotidiano escolar, são apresentados de forma fragmentada, ou mesmo generalizada. Para muitos estudantes a participação nos ocupa trouxe a possibilidade de debates antes ausentes do cotidiano escolar:

⁵⁴ Disponível em: <https://www.facebook.com/OCUPACEMA/photos/a.353121571692236/353193595018367/?type=3&theater>. Acesso em: 3 jul. 2019.

Eu aprendi política nas ocupações. Eu conheci o que era a diversidade de gênero, aprendi sobre racismo, porque a gente era aquela pessoa que para o colégio, porque a gente não tem uma aula que fale sobre racismo, sobre homofobia, sobre diversidade social, exclusão e tal. (ANTONIO, entrevistado em 2019).

Esta experiência auto-organizativa, que remonta a outras ocupações escolares no Brasil, Argentina e no Chile, pós anos 2000, aponta que os estudantes secundaristas ao ocupar o espaço físico da escola, também ensaiam uma forma escolar distinta da tradicional constituição escolar. Ao mesmo tempo, esta experiência vai possibilitando aos jovens um redimensionamento em relação à escola e forjando mudanças no processo de formação política e social dos secundas, apontando como revela Thompson, que o processo formativo dos sujeitos “não acontece do dia para noite”, mas no próprio fazer-se diário.

4.5 As Ocupações como Dimensão Sociocultural e Pedagógica

Martins (2009b, p. 216), ao destacar a dimensão sociocultural das ocupações, entende que as escolas, em sua maioria, “embora centrais geograficamente, são distantes efetivamente da comunidade”, com seus portões fechados para essa, seus conteúdos distantes de uma realidade social e cultural, impedindo que aqueles que a utilizam experimentem o sentimento de posse daquele bem social.

Para, além disso, muitos estudantes que frequentam as escolas públicas não estão representados enquanto sujeitos na constituição escolar. Ao pensar a constituição da escola pública, sendo esta de ordem burguesa, não integram seus currículos as memórias, histórias e culturas próprias daqueles que a frequentam. A escola isola-se em currículos conteudistas, distantes da realidade do aluno, negando a identidade destes e assim o diálogo entre escola e comunidade. Freire lembra que a educação não deve ser um “deposito” de conteúdos, “não pode basear-se numa consciência espacializada, mecanicista, compartimentada, mas como corpos conscientes e na consciência como consciência intencionada ao mundo. Não pode ser a do depósito de conteúdos”. (FREIRE, 1983, p. 77).

As ocupações possibilitaram aos estudantes reorganizar o espaço escolar e, assim, deixá-lo mais próximo dos seus anseios educacionais. Assim os secundas organizaram ciclos de palestras, rodas de debates, saraus musicais, nos quais puderam trazer para o interior no espaço escolar atividades que, além de lhes proporcionarem prazer, puderam se identificar com seus pares:

A gente se organizou com palestras, de professores, de alunos das UTFS, pra falar como estava chegando o enem, assuntos que seriam interessantes ser discutidos e gente conversava bastante sobre o que era a PEC, o que era a escola sem partido, a gente colocava nossas ideias, a gente tinha muitas reuniões. (ANTONIO, entrevistado em 2018).

Aí a gente trazia professores que tinham um entendimento sobre o assunto, a gente estudava as propostas que o governo tinha a nos oferecer, a gente fazia panfletagem no bairro conversava com a população e quando sobrava um tempo, a gente fazia algumas atividades recreativas para interação pessoal. (HELENA, entrevistada em 2018).

Os estudantes tentam romper com as velhas formas de organização escolar, e promovem outras direções, esboçando uma forma escolar horizontalizada, que passa principalmente pelos principais sujeitos da educação, os estudantes. Pode-se afirmar que este formato organizativo dos estudantes contribui de forma significativa para a formação social do sujeito, ou seja, constitui-se no próprio fazer-se dos secundaristas. Assim, seus corpos e vozes reconfiguram o espaço escolar, impondo um novo desafio aos secundaristas, já “acostumados” ou adaptados ao formato verticalizado de gestão,

As ocupações inserem um “outro currículo” como possibilidade, seja por meio das rodas de conversa temáticas promovidas pelos alunos junto a professores e especialistas convidados, do cuidado com o espaço, seja pela própria reorganização da estrutura temporal da escola. Os espaços ainda possuem uma ordem, mas que não respeitam necessariamente, as fronteiras instituídas pelo aparelho do Estado. Agora as linhas são desenhadas pelos seus habitantes-agentes, redesenhadas, redistribuídas. (PAES; PIPANO, 2017, p. 16).

Duas imagens que reiteram as atividades realizadas pelos estudantes e que sinalizam um formato escolar diferente, que dialoga com os jovens:

Imagem 13 – Assembleia de estudantes



Fonte: Página no Facebook do Ocupa Cema.⁵⁵

⁵⁵ Disponível em: <https://www.facebook.com/OCUPACEMA/photos/a.353121571692236/353193595018367/?type=3&theater>. Acesso em: 3 jul. 2019.

Imagem 14 – Estudantes em um sarau musical



Fonte: Página no Facebook do Ocupa Cema.⁵⁶

A educação deve ser problematizadora, levar homens e mulheres a refletir sobre as suas relações com o mundo, com a realidade que os cerca. A educação deve ser emancipadora. Neste sentido, as ocupações possibilitaram aos jovens um novo olhar sobre a escola, com o qual passam a se reconhecer nela:

Então ali a gente começou digamos a discutir como parte também da escola, quer dizer a escola não era sobre os estudantes, mas os estudantes eram parte mesmo da escola a gente fazia parte daquele processo ali a partir das ocupações. (HELENA entrevistada em 2018).

Que normalmente o estudante acha que ele não é nada dentro da sala de aula, dentro da escola. E não é verdade. A gente tem voz. (JEAN, entrevistado em 2018).

Na ocupação a gente teve isso a gente conheceu, a gente se conheceu, conheceu os outros, conheceu o pessoal. (ANTONIO, entrevistado em 2019).

Em muitas entrevistas destaca-se este movimento de reconhecimento do outro e de pertencimento ao espaço escolar, antes obscuro a muitos estudantes. Além disso, os estudantes destacam a importância da constituição de coletivos escolares, ainda que polarizados em interesses distintos: “a favor” e “contra” a ocupação:

⁵⁶ Disponível em: <https://www.facebook.com/OCUPACEMA/photos/a.353121571692236/353193595018367/?type=3&theater>. Acesso em: 4 jul. 2019.

Olha, os alunos se uniram muito mais. A gente percebeu um clima de pertencimento mesmo daqueles que não concordaram, porque são grupos. Aqueles que concordaram se uniram por concordar, aqueles que não concordavam se uniram por não concordar, então querendo ou não todo mundo pertence a um grupo, e eu acho que isso fazia muita falta durante o período que eu estudei ali, porque eram pequenos grupos separados ninguém pertence a um grupo maior, e eu acho que pertencer a um grupo maior é muito importante porque você se vê refletido naquilo. (LUIZA, entrevistada em 2018).

Este processo de reconhecimento do outro, enquanto sujeito que vivencia situações diárias e semelhantes, que compartilha posições, ao mesmo tempo, próximas e conflitantes, permite afirmar as ocupações foram um importante momento para a construção da identidade da escola. Conforme Martins:

O fenômeno dos ocupas extrapolam das dimensões da tomada física da escola. Ela possibilita avançar na construção da identidade da escola, reconhecendo os sujeitos que nela se constituem, isso implica em dizer que os sujeitos da ocupação da escola são sujeitos que constituem a realidade escolar. (MARTINS, 2009a, p. 218).

Identidade que também é construída a partir da relação aluno-professor. A forma escolar dominante instituiu verticalmente esta relação, na qual o professor – detentor de conhecimento – é a autoridade máxima e ao aluno – como depósito de conhecimentos – cabe papel secundário no ambiente escolar. Este processo pode ser observado na descrença por parte de muitos professores na possibilidade dos jovens se constituírem como sujeitos participativos, com capacidade de intervir na realidade escolar, fato que é percebido pelos estudantes: “porque eles não sabiam que os alunos tinham toda essa coragem e toda essa vontade de mudar”. (PEDRO, entrevistado em 2019). Isto é reforçado a partir da fala de outro jovem, que manifesta que as ocupações permitiram desconstruir a ideia do “jovem desinteressado”, presente entre muitos professores “porque tem grande parte dos professores, dos meus professores que acham que a gente é muito desinteressado, e desde a ocupação pelo menos alguns mudaram”. (JEAN, entrevistado em 2018);

Os jovens, por sua vez, relatam que as ocupações foram importantes para redimensionar esta relação aluno-professor e para construir relações mais dialógicas na escola:

Eu acho que após as ocupações, tanto professores, direção, até nós alunos, a gente percebeu que a gente tem um pouco de poder, de voz. (JEAN, entrevistado em 2018).

A escola mudou bastante porque os alunos tiveram conhecimento de um poder que eles não sabiam que tinham, porque a gente tem muito poder, a gente pode fazer muita coisa e os professores também ficaram mais atentos em algumas questões, eles começaram a respeitar mais os alunos e conversar mais com a gente, abrir mais o debate sobre essas questões que não eram muito antes das ocupações. (PEDRO, entrevistado em 2019);

Para estes jovens, as ocupações abriram a possibilidade de uma relação diferente entre professor e aluno, pautada no diálogo e não apenas na repetição e na obediência cega. Uma relação na qual entende-se que, todos os sujeitos estão envolvidos em um mesmo processo educativo. Todavia, embora muitos professores redimensionaram suas práticas pedagógicas, bem como muitos estudantes reconstruíram sua relação com a escola, não podemos afirmar que isto significou uma mudança profunda na estrutura e na forma escolar. É elucidativo a fala de Ana Júlia⁵⁷:

Desesperador. É desesperador todas as vezes que eu me vejo sentada em uma carteira, olhando para o quadro. Ou todas as vezes que eu não consigo falar sobre aquilo, sem expressar um segundo aquilo que eu aprendi na ocupa. Horrível, você não consegue mais se ver naquele espaço do mesmo modo que via ele antes. É triste, porque você vai para a aula dos professores e eles não entendem nada do que aconteceu. Eles continuam com as mesmas aulas, com as mesmas falas, os mesmos métodos. A aula que foi dada hoje é a mesma aula dada por ele há dez anos. Desesperador. É isso que resume como foi voltar para escola. É horrível ver o que ela é realmente, tendo em vista o que ela poderia ser. (COSTA; GROppo, 2018, p. 40).

A fala da estudante Ana Júlia reflete percepção de muitos estudantes frente à forma e a estrutura escolar, revelando a possibilidade de outra forma escolar, contrariando alguns pilares da escola burguesa: “hierarquias; fragmentação do conhecimento; heteronomia; clivagem entre planejadores e executores; cristalização das funções; monopólio das informações”. (CATINI; MELLO, 2016, p. 1192).

Tais elementos presentes na forma escolar burguesa, de certa forma, refletem as relações sociais vivenciadas fora dela e que reforçam afirmações de que “a escola é lugar de estudar, não de política”; “de que os jovens são imaturos, desinformados”; “de que os jovens

⁵⁷ Entrevista concedida ao pesquisador Luís Antônio Groppo para o livro *O movimento de Ocupações Estudantis no Brasil*, sendo esta a pergunta: “Eu ouvi falar um pouco disso no início, mas eu queria te perguntar uma coisa, que é o mesmo para alguns estudantes secundaristas daqui de Alfenas que também ocuparam as escolas. Como você se sente quando você volta para escola depois da ocupação e você não identifica grandes mudanças? Como está sendo a rotina na escola, a relação com os professores. Quando vocês ocuparam as escolas, foi tudo muito diferente, foi uma outra coisa. Como é voltar para escola e ver que ela voltou a ser o que era?” (COSTA; GROppo, 2018, p. 40).

são baderneiros”; “de que os direitos individuais prevalecem sobre os coletivos”. Tais afirmações estiveram presentes nos argumentos que se construíram contra as ocupações escolares e que se revelaram nos conflitos experienciados pelos jovens durante as ocupações e que consideramos como parte importante no aprendizado político dos jovens.

4.6 A Experiência do Conflito como Elemento Formativo

Durante as ocupações os estudantes secundaristas sentiram a repressão estatal, da mídia local, poder jurídico, e ainda do movimento desocupa. Esta experiência, teve caráter formativo para os jovens, e esteve presente no fazer-se diário dos ocupas, “no momento em que se inicia o ingresso na sociedade ampla, o jovem descortina condições e possibilidades de existência que o tornam consciente tanto das condições reais como das emergentes”. (IANNI, 1968, p. 228).

Os estudantes nas ocupações tiveram possibilidades de compreender que na sociedade capitalista não há lugar para todos, somente para os mais aptos, competentes e flexíveis. Portanto lutar é única ferramenta de acesso à justiça social e para isso enfrentam-se muitas forças contrárias e conservadoras. A mídia escrita quanto à falada, demonstraram um posicionamento conservador frente às ocupações, como fica claro nas reportagens impressas do principal jornal local, segue uma tabela abaixo:

Tabela 3 – Títulos das reportagens do Jornal de Beltrão-JB

Título	Data	Favoráveis	Não favoráveis	Imparcial
Estudantes protestam contra retirada de quatro disciplinas do Ensino Médio.	11.10.2016			
Conselho Tutelar de Beltrão notifica os pais sobre segurança nas escolas.	15.10.2016			
Alunos da rede estadual vão manter ocupação de escolas por tempo indeterminado.	15/16/10/2016			
Contra MP do Ensino Médio, alunos mantêm ocupação de escolas.	18.10.2016			
Governo decreta recesso em escolas invadidas.	18.10.2016			
NRE orienta pelo fim das ocupações nas escolas.	18.10.2016			
Pais e alunos preocupados com perda de aulas.	19.10.2016			
Pais se mobilizam para reabrir escolas.	21.10.2016			
Pais de alunos querem a desocupação pacífica das escolas estaduais, segunda-feira.	22.10.2016			
Famílias, professores e alunos se unem contra ocupação e escola abre as portas.	22.10.2016			
Pais foram aos colégios pela volta às aulas.	25.10.2016			
Secretaria de Educação apela para que estudantes não prejudiquem o Enem.	29.10.2016			
Estudantes mantêm paralisação em três campi.	28.10.2016			
Sete escolas permanecem ocupadas no NRE de Beltrão.	1.11.2016			
Aulas voltam ao normal nas escolas estaduais.	2.11.2016			

Fonte: Minha autoria.

Das quinze reportagens impressas pelo Jornal de Beltrão (JB), treze trouxeram conteúdos negativos o movimento das ocupações, e duas reportagens mais imparciais ao contexto. Nas reportagens percebe-se a substituição do termo ocupar por invadir, ou mesmo que os estudantes não teriam conhecimento das pautas como,

Os pais relataram à chefe do Núcleo de Educação situações que encontraram ao tentar dialogar com os alunos que estão no comando das ocupações nos colégios. A impressão que levaram é que eles defendem chavões – contra a PEC e a MP –, mas não possuem maiores informações ou argumentação.

“Eles se sentiram com autoridade ao tomar as escolas. Não têm maturidade pra processar as informações, no momento, mas se julgam com autoridade”. (PEDRON, 2016, p. 13).

No caso das invasões de escolas, o que está em jogo é o direito constitucional que os alunos têm de ir para a escola aprender e uma obrigação do Estado. Esse é o apelo que a grande maioria de pais, alunos, amigos, vizinhos, enfim, a comunidade está fazendo quando pede a desocupação das escolas. É um direito que precisa ser respeitado, acima de tudo. (PEDRON, 2016, p. 8).

Deste modo, os secundas logo, perceberam a influência da mídia na formação da opinião da sociedade, os estudantes destacam,

Por exemplo, a gente fez uma reportagem com o jornal aqui de Francisco Beltrão, com representantes do grêmio estudantil do colégio Mario de Andrade, eu participei dessa entrevista e a entrevista apareceu cheia de erros, de erros de fala, de clareza na fala, isto me marcou bastante, que eles não tiveram o cuidado de corrigir a fala, quiseram demonstrar que o aluno não falava no plural, então foi intencional, a intencionalidade do jornal querendo desmerecer o estudante. (FERNANDO, entrevistado em 2018).

Através da mídia impressa, o jornal da cidade citado pelo entrevistado explicita-se a intencionalidade de desqualificar os estudantes,

Segundo eles, é preciso ter envolvimento dos alunos e dos pais para dar continuidade à aprendizagem dentro da escola. **“A gente não prova ninguém de aprender, não somo um movimento fechado, nós envolvemos a comunidade escolar para que dê continuidade aos programas mesmo não tendo aula”**. (PEDRON, 2016, p. 12, grifo nosso).

Imagem 15: Foto da reportagem que os estudantes comentaram acima



Fonte: TESSER, 2016b, p. 12.

Além da pressão do governo do estado, iniciou-se uma campanha entre os pais, estudantes que não participavam das ocupações, alguns diretores de escolas ocupadas, assim como na mídia escrita e falada, a campanha “desocupa”. Muitos pais foram para frente das escolas, pressionar pela desocupação. O jornal local fez algumas reportagens,

“Famílias, professores e alunos se unem contra ocupação e escola abre as portas”, “Se querem uma educação melhor, não será ocupando o colégio, perdendo aula, que vão conseguir”, analisou aluna de 16 anos, Além das manifestações da comunidade para que as escolas permaneçam abertas, também há estudantes que preferem continuar em sala de aula”. (PEDRON, 2016, p. 5).

Pais de alunos querem a desocupação pacífica das escolas estaduais, segunda-feira: Um grupo de pais de alunos de colégios estaduais de Francisco Beltrão se reuniu ontem com a chefe do Núcleo Regional de Educação, Márcia Becker Bonetti, para comunicar que segunda-feira, 24, vão às escolas, com seus filhos, para conversar com os estudantes que estão ocupando as escolas. Eles querem que seus filhos tenham garantido o direito de assistir as aulas. Márcia e os pais discutiram a forma de como esta ação será feita. Mas todos entendem que a reabertura dos prédios públicos deve ser pacífica. (PEDRON, 2016, p.7).

Na reportagem “Pais e alunos preocupados com perda de aulas”, publicada em 19/10/2016, prevalecem vários depoimentos de estudantes e pais, debatendo sobre as ocupações, com afirmações que os estudantes estariam fazendo bagunça nas escolas, e que estariam prejudicando os demais estudantes que não aderiram ao movimento:

Quer dizer que eles têm direito de se manifestar e meu filho não tem o direito de estudar? Onde estão os pais desses alunos que não fazem nada? O que essas pessoas querem é ficar sem aula, sem estudar. Está uma bagunça esse movimento de ocupação e alguém precisa tomar uma atitude. Isso é um absurdo, até quando nossos filhos vão ficar sem aula? (PEDRON, 2016, p. 9).

O debate sobre as mudanças do ensino médio poderia ser feito de maneira interdisciplinar, sem interrupção das aulas ou ocupação das escolas. “Por ser um debate apenas sobre a regulamentação do ensino médio, não vejo necessidade de parar as aulas ou ocupar escola”. (PEDRON, 2016, p. 9).

Por outro lado, os secundas revelam como lidaram com este momento de forte tensão durante as ocupações. A toda instante foram testados por forças contrárias, porém revelaram unidade, força e coragem, sendo que estes sentimentos deixariam marcas no fazer-se da juventude participante:

[...] tanto é que no dia que teve aquela mobilização de não, de desocupa, o dia que era marcado pra todo mundo desocupar as escolas por um movimento social, movimento social não, um movimento que se dizia social mas ele queria desocupar as escolas, os professores foram com cartazes, fizeram resistência na frente da escola que se eles realmente quisessem ocupar a força eles não conseguissem, então a gente também entendeu a dor dos professores e a gente se sentiu muito, muito abraçado por eles, porque esse dia foi muito importante pra gente ver que a gente não estava sozinho nessa luta. (FERNANDO, entrevistado em 2018).

Então eu acho que essa foi a parte mais difícil assim essa rejeição das pessoas, que não queria um pensar no que estava acontecendo, e hoje estão sofrendo a consequência de tudo que acabou acontecendo né, então foi a parte mais difícil mas valeu a pena sim, acho que aprendemos muito nesse processo. (ANTONIO, entrevistado em 2019).

É importante destacar o “Episódio do Fórum”, citado pela maioria dos entrevistados, na qual os estudantes que participavam dos ocupas foram convidados a participar de audiência pública, para debater sobre as ocupações:

A gente recebeu um convite da promotoria da infância e juventude da nossa região para tentar aliviar a tensão que estava acontecendo das ocupações de todas as escolas. O convite veio direcionado a nós com a seguinte questão: como a discussão é muito ampla, muitas pessoas envolvidas, se abrirá espaço para duas pessoas por segmento. Então sei lá duas pessoas por escolas das ocupações, dois alunos a favor as ocupações, dois alunos contra as ocupações, dois pais a favor das ocupações, dois pais contra as ocupações. No convite que eu recebi para participar era isso. Tipo não vai mais deixar entrar nem mais ninguém e foi o convite oficial que eu recebi. Assim fomos nós motivados, iludidos no fórum aqui de Beltrão. (CARLOS, entrevistado em 2019).

Como disse o entrevistado, foram “iludidos” para o Fórum, acreditando que iriam participar de um debate. Ilusão que se dissipou com a chegada lá:

E alguns foram para audiência pública. Chegando lá a gente percebeu o que iria acontecer, nós parecíamos boizinhos indo para o matadouro, um plenário cheio de pessoas contra nós, policiais nas portas do fórum, aonde aconteceu a audiência, tinha policiais nas portas, professores e diretores que eram contrários à nós. (FERNANDO, entrevistado em 2018).

Nós chegamos, descemos e olhamos a plateia. Tinha mais de 300 pessoas, era pra ser um debate, mas não foi um debate, foi massacre contra os estudantes. (ERNESTO, entrevistado em 2019).

Quando os estudantes chegaram ao Fórum o auditório estava lotado por pessoas contrárias as ocupações, e os estudantes somente com os dois representantes por escolas. O clima hostil personificava o ambiente:

Um auditório lotado, abarrotado de pessoas visivelmente muito mais pessoas contrárias do que a favor. Então não foi porque existiam mais pessoas contra do que pessoas a favor, mas foi a forma que foi conduzido a discussão contra as ocupações. Então quando eu cheguei lá estávamos eu e outra aluna, que também estava na organização, a gente foi escolhido entre os alunos para representar, chegamos lá, e o pai e a mãe dessa aluna também estavam, os pais que quiseram ir e foram escolhidos para ir lá falar. Vocês vão poder ser ouvidos entre aspas. Agora aos alunos que querem falar, os alunos a favor das ocupações que querem falar venham aqui na frente. Então fui lá na frente falar, e falei o que eu pensava porque eu entendia sobre o que a gente estava fazendo e fomos diversas vezes interrompidos por diversas vezes, as pessoas xingando e brigando com a gente. (CARLOS, entrevistado em 2019).

Muito diferente de um debate, os estudantes sentiram-se na condição de réus, que tinham que se defender frente às acusações:

A Justiça não foi imparcial, ela chegou lá e falou para os ocupantes se defenderem, então fomos falar, explicamos porque que a gente estava ocupando, falamos da reforma do Ensino Médio, da PEC que ia gerar consequência, mas ninguém queria saber isso [...]. Então a gente se sentiu impotente na nossa fala, nós os acusados não sabíamos do que se defender, eles argumentaram foram tendenciosos partidariamente sabe, a gente viu que aquilo lá estava errado mas a gente tinha pouca experiência, e ao pedir para a gente rebater esses comentários, essas acusações porque nós estávamos sendo acusados, então disseram que não, que nós não poderíamos nos defender, a gente não poderia argumentar, a gente não poderia, tinha que ficar ouvindo. (FERNANDO, entrevistado em 2018).

Tanto os estudantes, quanto os pais favoráveis às ocupações, não tiveram oportunidade de rebater as “acusações”, sendo que a parcialidade da justiça, representada pelos que promoveram a audiência, se tornaria explícita,

A gente falou a nossa parte e foi interrompido várias vezes. Quando eram os contra as ocupações, o que acontecia eles podiam mentir, falar que eles quisessem, nada acontecia, ninguém entrevistava ninguém falava nada, caso alguém tentasse se manifestar e falar, não, o é a vez dele falar, eles podiam falar qualquer coisa, nos não podíamos rebater, quando era nossa vez de falar, eles podiam tudo quando era a vez dos outros não podia nada. Então a gente percebeu que aquilo lá foi uma pressão, a maior pressão que a gente teve, porque chegavam para a gente e falar, ouvíamos: vão achar outra forma pra vocês fazer, porque a gente precisa parar com isso, porque isso é uma confusão, porque você não sei o quê, então na mais pior das hipóteses falaram que iam nos dar um ginásio de esportes para protestar. Vocês querem um lugar para protestar a gente dá o ginásio para vocês protestarem, tomem um ginásio, tipo a gente não está nem aí para vocês, danem-se. Depois de muitos xingamentos, depois de muitas pessoas ali na nossa cara realmente gritando, xingando, pessoas em pé brigando, com pais brigando com os alunos, brigando com os professores, brigando contra todos que eram a favor das ocupações. (CARLOS, entrevistado em 2019).

Depois de toda pressão exercida sobre os estudantes favoráveis à ocupação, a responsável pela audiência disse que os estudantes teriam que decidir desocupar ou desocupar, ou vocês saem sozinhos, ou vamos expedir um mandato judicial, e ainda as escolas que continuarem ocupadas, poderão ser desocupadas a força, ou seja, a polícia militar faria a desocupação das escolas: “a promotora pediu apenas que a gente tomasse uma decisão, desocupasse ou desocupasse, então a gente conversou, a gente não tinha experiência para ver a justiça não sendo feita, nos sentimos impotentes”. (FERNANDO, entrevistado em 2018). Porém os estudantes, mais uma vez demonstrariam força, coragem e determinação,

A gente pode discutir, pois nós estávamos com a carta na mão, a gente que vai sair das escolas, então entramos em um corredor. Assim fora do espaço só os dois alunos de cada escola e discutimos ali um pouco, aí eu falei assim então vamos fazer uma votação aí a gente fez: Mário de Andrade, não desocupa, Suplicy, não desocupa, Cristo Rei, não desocupa: não, nós vamos desocupar só a partir do momento em que ordem judicial chegar, gente falou não tem que deixar a gente a lá, não tenho que fazer o Paraná inteiro está ocupado, o Brasil inteiro tá começando o movimento. E aí depois eu pedi se eu poderia dar o resultado, foi momento assim que eu recordei das caras quem estava lá. Então a gente voltou para aquele auditório lotado, devia ter o que umas 100 150 pessoas bastante gente. E aí eu falei: então o resultado foi o seguinte: **eu sei que vocês vieram aqui com os propósitos de vocês eu sei que isso aqui não era o que a gente imaginava e que foi colocado de uma forma que a gente não esperava, então vocês expuseram a opinião de vocês e a gente a nossa, então nós votamos aqui, desde o início das**

ocupações e por unanimidade então todas as escolas decidiram que nós não vamos desocupar sem uma ordem judicial, somente a partir do momento que tiver uma ordem judicial. (CARLOS, entrevistado em 2019, grifo nosso).

Este foi um dos momentos mais impactantes das ocupações escolares de Francisco Beltrão. Os secundaristas sentiram na pele a forma de como estado utiliza o poder jurídico-estatal, para coagir e acovardar os estudantes, porém os estudantes revelariam um posicionamento jamais esperado pela promotoria,

[...] quando eu disse: **nós decidimos que nós não vamos desocupar**, os pais assim se olharam um para o outro e começaram a cochichar e falar alto: como assim?, como assim?. E a promotora também não sabia mais o que fazer e aí eu comecei a falar: a gente não vai desocupar, porque eu acredito ela olhou para mim tipo com uma cara de já chega a gente já entendeu olhou para nós e falou assim: bom a gente entende a opinião de vocês. (CARLOS, entrevistado em 2019, grifo nosso).

No dia seguinte, as escolas ocupadas começaram a receber um oficial de justiça, com ordem judicial, obrigando os estudantes a desocupar as escolas. Foi dado um tempo para que eles conseguissem organizar suas coisas e a escola. Os estudantes ao sair das ocupações deixaram as escolas limpas e organizadas: “a zeladora que era responsável por abrir escola chegou ela foi uma das pessoas que entraram lá dentro e falou: o quê que vocês fizeram aqui, essa escola tá melhor do que a gente deixou”. (CARLOS, entrevistado em 2019).

Os secundaristas do Colégio Léo Flack saíram ao receber a notificação judicial, porém, 24 horas depois eles tentaram ocupar novamente a escola, mas a polícia foi chamada e os estudantes foram impedidos de ocupar a escola novamente. Esta experiência marcaria os estudantes no seu processo formativo:

Eu comentei sobre a história do fórum porque foi realmente o período que mais, dentre todos os sentimentos de todas as organizações foi uma das coisas que mais mexeu comigo porque eu gosto de falar. Eu sempre fui de tomar frente, eu não consigo ficar ali quietinho e ver alguém falar por mim, ouvir alguém. (CARLOS, entrevistado em 2019).

Então aqui em Francisco Beltrão teve uma particularidade, todos nossos estudantes das ocupações ficamos chateados com o que houve, marcaram uma audiência pública [...] foi totalmente parcial. (FERNANDO, entrevistado em 2018).

O “episódio do fórum” foi marcante para a maioria dos entrevistados. Durante a realização das entrevistas os jovens se emocionaram ao falar sobre este dia, “as trajetórias de

vidas dos jovens que passaram por estes momentos de tensão não serão as mesmas”. (SILVA; SILVA, 2017, p. 242). Para muitos deles, foi determinante para o entendimento de que “a justiça tem lado”. Ali experienciaram o conflito de maneira clara e tiveram a percepção de que a luta dos estudantes contrariava a lógica individualista que caracteriza a sociedade burguesa:

[...] nossos argumentos foram extremamente claros, explicamos o que fazíamos e porquê lutamos, nós falamos que erramos contra o congelamento de 20 anos e a reforma do ensino médio, eles queriam com a reforma tirar nosso ponto crítico da sociedade, nos explicamos tudo, depois fomos sentar. Depois foi falar quem eram contra as ocupações, só que os argumentos não foram exatos, eles pensavam em si próprios, eles não pensavam nos outros, não pensavam na sociedade, não pensavam no futuro. (ERNESTO, entrevistado em 2019).

As experiências formativas vivenciadas pelos secundaristas nas ocupações, reverberariam na constituição do ser social, “e essa experiência é determinante, no sentido que exerce pressões sobre a consciência social existente”. (THOMPSON, 1981, p. 16). Os aprendizados dos estudantes, com o processo das ocupações ampliaria as possibilidades de análise, frente às adversidades do dia e dia,

Pois as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas com ideias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos, ou (como supõe alguns praticantes teóricos) como instinto proletário etc. Elas também experimentam sua experiência como sentimento e como lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou na convicção religiosa. Essa metade da cultura (e é uma metade completa) pode ser descrita como consciência afetiva e moral. (THOMPSON, 1981, p. 189).

Destaca-se nas ocupações de Francisco Beltrão o caráter formativo, e o fazer político dos secundaristas, como podemos destacar na entrevista a seguir:

O conhecimento após eu participar das ocupações, eu fiquei sabendo, eu acho que eu fiquei mais cabeça porque a escola não era apenas a escola que eu estava ocupando, nós criamos uma responsabilidade, porque, entretanto, não era a nossa casa, era segunda casa que nós estávamos lá, era a segunda casa do colégio. O colégio é ele que passa o que a gente vai aprender hoje em dia, é ele que mostra o que a gente vai ter que enfrentar na vida, até pra arrumar um trabalho qualquer coisa é o colégio que inicia, o colégio que propõe o primeiro passo pra vida, então é um orgulho na verdade. (ERNESTO, entrevistado em 2019).

As ocupações beltronenses possibilitaram o ressurgir à luta estudantil no município, reativando a UBES Beltronense, assim como a União da Juventude Socialista (UJS), o Coletivo Juventude de luta FB e ainda os coletivos de alguns partidos como o PT e PSOL. Isto se evidencia nas diversas atividades organizadas pelos estudantes no município após as ocupações como: Congresso que elegeu a chapa “vem quem tem coragem” (2017); Projeto “doe uma aula” preparando os estudantes para o ENEM (2017); Participação no, 42 ° CONUBES em Goiânia (2017); Protesto do desfile de 7 de setembro (2017); Discussão do projeto “Escola sem Partido”, na câmara municipal de Francisco Beltrão (2018); 3º Encontro Regional de Grêmios Estudantis (2018); Apoio aos professores no 30 de agosto em Curitiba (2018); Participação nos 53º CONUPES em Guarapuava (2019); Audiência pública sobre o projeto, escola 2030 (2019). Participação na Marcha das Mulheres no 8 maio (2019); Participação 11º Bienal da UNE (2019); Organização e participação no ato contra os cortes na educação (2019). Dentre outras importantes atividades desenvolvidas pelos jovens.

Logo, pode-se afirmar que o movimento das ocupações no município de Francisco, foi significativa para o movimento estudantil beltronense, assim como para o processo formativo de cada jovem que esteve envolvido direta ou indiretamente nas ocupações, pois a maioria dos jovens que participaram dos ocupas são hoje os que assumem as lideranças ou participam ativamente na vida política, seja por meio das organizações formais, ou em coletivos independentes, assim como pelas redes sociais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi analisar a participação dos jovens secundaristas nas ocupações escolares em 2016, e assim como contribuíram na formação política dos jovens participantes. Para tanto utilizamos onze entrevistas semiestruturada que nos possibilitou aproximarmos da realidade e da experiência dos secundaristas nas ocupações. Através do aporte teórico dos autores com E.P. Thompson, George Snyders, Luís Antônio Groppo, Fernando José Martins, Gaudêncio Frigotto, Marise Ramos, Paulo Freire, dentre outros, buscamos traçar uma linha que possibilitasse a análise deste momento histórico.

Partindo do pressuposto que as ocupações se dão num contexto específico de acirramento do desmonte da educação pública sob a égide do neoliberalismo, no primeiro capítulo buscamos apontar a trajetória das políticas neoliberais no estado brasileiro, e o alinhamento das políticas educacionais aos ditames do mercado nos governos de FHC, os avanços e retrocessos nos governos Lula e Dilma Rousseff, até o seu impeachment em 2016, bem como os ajustes nas políticas de estado com o governo Temer, expressos, por exemplo, na Reforma do Ensino Médio e na PEC 55, medidas que se constituíram como estopim para os estudantes ocuparem as escolas em 2016. Nesta contextualização histórica e social, trouxemos informações sobre reações do movimento estudantil nestas décadas, representados pela UNE e pela UBES, como também demonstramos que, também neste momento histórico, novas formas organizativas se constituíram entre as juventudes. Observam-se os jovens mais alinhados a pautas específicas, de suas demandas diárias, afastando-se das formas tradicionais, e revelando movimentos de ação direta, como fica destacado no início das Jornadas Junho, e ainda na autonomia frente às organizações tradicionais.

Outro ponto de destaque neste capítulo a mudança dos sujeitos que ocupam o espaço escolar e que estiveram à frente dos movimentos das ocupações estudantis. Os jovens que frequentam as escolas públicas do país pós-LDB, 9394/96 são principalmente jovens das classes populares, com histórias e trajetórias que adentram o cotidiano escolar e colocam questionamentos a forma escolar dominante. Numa escola organizada pela ordem burguesa, e, portanto, imersa em suas contradições, a luta estudantil através das ocupações corrobora a afirmativa de Snyders (2005, p. 103) de que “a escola não é um local de vitória, de libertação já assegurada, nem órgão voltado à repressão, o instrumento essencial da reprodução; segundo as relações de força, acompanhando o momento histórico, ela é uma instabilidade mais ou menos aberta a nossa ação”.

A partir da contextualização realizada e que demonstrou o Brasil alinhado às políticas neoliberais, especialmente na educação, adentramos mais especificamente em nosso objeto de estudo, no segundo capítulo. Para tanto, definimos a categoria “ocupação” nas suas dimensões coletiva, sociocultural, política e pedagógica, como abordado por Martins (2009a) e, com base em Thompson, compreendeu a importância também de entendê-las na sua historicidade, ou seja, como processo que faz parte da história da luta estudantil, mas que a partir de 2000 adquire maior centralidade como elemento de enfrentamento dos jovens em relação ao poder público. Em Thompson a categoria histórica se faz presente no processo de construção da sociedade, para ele apesar das imposições determinadas economicamente pelo sistema vigente, homens e mulheres são sujeitos que vivenciam as contradições impostas e, portanto refletem sobre o mesmo, e muitos momentos como na formação da Classe Operaria Inglesa, insurgem sobre o *status quo* “se o ser social não é uma mesa inerte que não pode refutar o filósofo com suas pernas, tampouco a consciência social é um recipiente passivo de reflexões daquela mesa”. (THOMPSON, 1981, p. 17).

Logo, os constructos sociais dos movimentos da juventude se fazem presente na compreensão do presente, assim como os estudantes secundaristas que participaram das ocupações em 2016, não foram meros receptores passivos nas mudanças que ocorriam no sistema educacional, são jovens que diante do cenário das políticas neoliberais impostas pelo governo, insurgem. Estes jovens vivenciam as contradições da sociedade de classes, tendo a possibilidade de refletir sobre os interesses antagônicos que a atravessam, num processo autoformativo.

É importante salientar que a ação dos jovens frente às novas demandas do neoliberalismo, não deixa de trazer as experiências das lutas já travadas pela juventude em tempos idos, a força e potência da juventude revela que com o passar dos anos criam-se constructos sociais sobre a juventude e que isto permanece vivo no fazer-se da categoria juventude.

Por outro lado, ao analisar um movimento de juventude, concordamos com Groppo ao afirmar que a “juventude” não deve ser analisada fora de sua realidade social, e assim não deve ser estudada fora “da práxis social, de juventudes, nunca de uma juventude isolada das outras experiências sociais”. (GROPPO, 2005, p. 18). Portanto tanto as dimensões pontuadas por Martins, assim como a categoria “juventudes”, são pensadas numa dimensão histórica, nunca desconexa, mas sim imbricada das relações históricas e sociais. Deste modo, no segundo capítulo, destacamos que as ocupações escolares, ocorridas no Brasil pós anos 2000, ou mesmo em outros momentos na história dos movimentos da juventude, como nas

ocupações no prédio da medicina da UERJ, em 1966, que resultou no Massacre da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro; no Massacre de Tlateloco, no México, em 1968; na ocupação da Escola Fernão Dias, em 1968, na participação expressiva de jovens nas ocupações do MST, a Revolta dos Pinguins no Chile, dentre outras, fazem parte da história das ocupações.

Isso revela que este movimento faz parte dos constructos da juventude, pois na sua constituição social, o passado é *lucero*, para o futuro, não para seguir como uma copia imóvel em seu tempo, mas para revelar uma possibilidade de luta, ou ainda uma opção de resistência dentro da lógica burguesa. Possibilidade de luta e resistência que foram reveladas pelas ocupações realizadas pelos estudantes brasileiros em 2015 e 2016.

Lembramos que em 2013, nas Jornadas de Junho, muitos estudantes secundaristas vivenciariam suas primeiras experiências de organização direta, sendo que este processo formativo iluminaria as ocupações em 2015, propiciando as lutas dos secundas paulistas, cariocas, mineiros, cearenses, goianos e gaúchos. Deste modo pode-se afirmar que as ocupações que ocorreram anteriormente contribuíram para o processo formativo dos jovens secundaristas assim como gerou outras possibilidades de luta dos secundaristas no país, como no processo das ocupações em 2016, que foi definido como segunda das ocupações por Groppo (2018).

A primavera estudantil que surge no Paraná em 2016, não se dá de forma isolada ou desconexa dos outros movimentos dos ocupas no país, porém revela uma ampliação das pautas, saindo das questões locais do estado como nos outros movimentos e expandindo para pautas nacionais, como a reforma do Ensino Médio e a PEC dos gastos. É importante lembrar que a primavera estudantil ocorre em meio a um golpe jurídico, legislativo e midiático ainda em maio de 2016, na qual forças ultraconservadoras do país buscaram se articular para chegar novamente ao poder. Em meio a este contexto os secundas sublevam e revelam a autonomia, auto-organização, força e rapidez diante do cenário de estado de exceção em que o país submerge. No Paraná, este movimento foi vivido com muita intensidade. Iniciado na região metropolitana de Curitiba, rapidamente alcançou outras regiões do estado, cidades grandes, médias e pequenas, escolas urbanas e do campo bem como universidades, experienciaram as ações dos estudantes. A primavera estudantil chegou também em Francisco Beltrão, região sudoeste do Paraná.

Assim, chegamos ao terceiro capítulo desta dissertação, a qual buscou analisar de que modo a participação dos jovens secundaristas contribuiu para a formação política dos estudantes participantes dos ocupas. A segunda questão era analisar em que medida as experiências das ocupações das escolas se constituiu como um fazer político da juventude da

classe trabalhadora, produzindo um processo autoformativo. A terceira questão era buscar historicizar o processo de ocupação dos estudantes em Francisco Beltrão, e a quarta e última questão era investigar as principais características presentes na organização dos jovens estudantes.

Sobre o primeiro objetivo desta dissertação pode-se afirmar que os ocupas contribuíram para a formação política dos sujeitos. Os estudantes demonstraram compreender que a escola é um direito social previsto na constituição de 1988 e também um território em disputa. Além disso, os secundaristas refletem a sua realidade, e revelam que, apesar de todas as dificuldades da escola pública, esta, ainda possibilita a reflexão do ser humano no mundo, a escola em seu “aspecto reprodutivo não a reduz a zero: pelo contrário, marca o combate a ser travado, a possibilidade desse combate que já foi desencadeado e que é preciso continuar. É esta dualidade, característica da luta de classes, que institui a possibilidade objetiva da luta”. (SNYDERS, 2005, p. 103). Nas entrevistas aprofunda-se esta percepção: “O que me levou foi à vontade de ser ouvida, estava vendo muita coisa acontecer que eu não concordava [...] você quer ser ouvido você precisa participar, a gente participa quando a gente não concorda com o que está acontecendo. (LUIZA, entrevistada em 2018).

Os estudantes lutam por uma escola laica, pública e de qualidade, assim os estudantes durante as ocupações revelariam uma proposta de configuração escolar, que diverge da atual.

Ainda, percebe-se uma nova proposta de formato escolar, estando presente nos ocupas a partir da auto-organização dos jovens e possibilitando aos estudantes vivenciarem a experiência de uma democracia ampliada, na qual todos os sujeitos envolvidos agem efetivamente no processo, assim, potencializando o caráter formativo neste transcurso, deste modo as assembleias, divisões de tarefas, turnos de trabalho, currículo alternativo, com as palestras, mini cursos, saraus de música, poesia, dança, tornar-se-ia uma característica distinta dos ocupas, revelando uma alternativa para a forma escolar, e ainda marcando a experiência formativa dos secundas.

Assim os elementos antes expostos como: político, sociocultural, coletivo e pedagógico se fazem presentes neste momento de autonomia e resistência estudantil, visto que, a atual não corresponde mais a realidade concreta dos sujeitos nela inserida. Quando os estudante refletem sobre o futuro educacional, pautado na mercantilização da educação, mobilizam-se e insurgem contra o sistema burguês, revelando um jovem atento a mudanças nas estruturas da sociedade, contradizendo a condição de jovem alienado e desinteressado pela política, ou pelo ato político.

Deste modo, os ocupas revelaram um conjunto de experiências formativas, que contribuíram para os jovens reverem sua relação com escola, reverem o papel da mídia e da justiça, como explicitado no caso do Fórum. Elementos importantes, que se somados a outros aprendizados podem levar ao entendimento de uma sociedade dividida em classes, com interesses sociais antagônicos.

Através das entrevistas conseguimos apurar fatos e acontecimentos que só é permitido a quem faz parte da atividade, ou seja, que somente os secundas que vivenciaram dia a dia os ocupas poderiam revelar. Acontecimentos que nos possibilitaram conhecer fatos como a situação do Fórum, ou mesmo da violência experienciada pelos jovens, tanto da mídia local, ou de outros integrantes de movimentos contrários aos ocupas. Os estudantes revelaram como estes fatos interferiram no modo como eles constroem os conceitos na sociedade. Ainda é importante destacar que a realidade social dos secundaristas, esta imbricada de experiências formativas e que possibilitam a reflexão diante do cotidiano.

Os ocupas apresentaram formas organizativas que contrariam as vigentes nas escolas públicas, ou mesmo nas organizações tradicionais estudantis, tanto que dos onze colégios ocupados do município, em somente três, o grêmio estudantil foi determinante ou teve papel secundário. Logo a organização dos ocupas revelaram autonomia e autogestão, afastando-se das formas tradicionais das organizações estudantis. Todavia, aos poucos os estudantes começam a se inserir na UPES e em outros movimentos organizados.

Quando os estudantes ocupam os espaços escolares, isto não se limita apenas ao espaço físico, tem um valor maior, simbólico e efetivo, material e abstrato, significa a ocupação de um ambiente por anos consentido paulatinamente, e ainda “trata-se da resposta dos sujeitos aos processos históricos em que se encontram inseridos e nos quais se articulam múltiplas experiências”. (MARTINS, 2009b, p. 200).

As dimensões apontadas por Martins (2009a) apresentam-se o tempo todo nas ocupações, a dimensão coletiva, sociocultural, política e pedagógica, fez parte do cotidiano dos ocupas. Quando os secundas lutam pela escola, estão dizendo que este espaço os pertence, sendo assim o conhecimento também pertence a eles, não pode e não deve mais ser negado. A ocupação é mais que ocupar um espaço físico, é uma disputa por uma estrutura escolar e pedagógica.

Assim as dimensões entrelaçam com os outros aspectos desenvolvidos, pois entende-se que ao se apropriar do conhecimento historicamente acumulado, os sujeitos da escola avançam em um projeto contra-hegemônico de sociedade, assim “reside na premissa de que o saber historicamente acumulado é necessário para a formação integral, portanto, é uma

“ferramenta” necessária para a luta de classes e para a consolidação de um projeto societal emancipatório”. (MARTINS, 2009a, p. 242).

Nas ocupações, os estudantes disputam com a burguesia o espaço escolar, gritando, aqui tem pessoas que pensam, refletem e agem sobre o seu meio. Somos sujeitos de direitos, não vão nos calar. Entende-se este momento autoformativo como algo contínuo e processual, sendo este imbricado à realidade social do sujeito, suas relações familiares, com a escola, com a comunidade e organizações formais e não formais. Sendo assim, os sujeitos estabelecem relações diárias, de forma que as experiências cotidianas interferem na constituição do ser social e assim na sua relação com seu meio, deste modo à experiência modifica o ser social que assim determina a consciência social,

Estamos falando de homens e mulheres, em sua vida material, em suas relações determinadas, em sua experiência dessas relações, e em sua autoconsciência dessa experiência. Por relações “determinadas” indicamos relações estruturadas em termos de classe, dentro de formações sociais particulares – um conjunto muito diversificado de “níveis”. (THOMPSON, 1981, p. 111).

O processo autoformativo dos ocupas possibilitou agregar as dimensões política, coletiva, pedagógica e sociocultural. Para tanto percebe-se a correlação entre elas, na construção autoformativa dos sujeitos, sendo assim no fazer-se dos estudantes secundaristas.

O presente trabalho através das categorias empíricas nos levou a outros questionamentos e apontamentos que possibilitam novas pesquisas, pois quando nos aproximamos do objeto de estudo observamos outros elementos importantes, no qual não daríamos conta neste momento. Para tanto fica indagações como: Por que os jovens se sentiram pertencentes à escola durante as ocupações? Qual foi importância da experiência auto-organizativa nas ocupações para processo formativo dos sujeitos nos ocupas e para vivências futuras; e ainda, esta experiência da auto-organização revelou a possibilidade de mudanças na estrutura escolar vigente, dentre outros que nos perguntamos cada vez que voltamos as entrevistas e a pesquisa.

Enfim, não esperamos que a pesquisa tenha caráter conclusivo em relação ao objeto de estudo, mas que possa somar-se a outras que venham contribuir com reflexões sobre as ocupações estudantis no contexto do neoliberalismo, considerando sua relevância para o Movimento Estudantil.

O que eu aprendi. Eu aprendi o que eu precisava, eu aprendi muito mais que eu esperava. Conhecendo a PEC a MP, estudando, fazendo textos, fomos conhecer a faculdade UNIOESTE, ouvimos várias opiniões diferentes, aprendi muita coisa. Aprendi o convívio com pessoas, eu aprendi a ser uma prioridade no estudo, eu aprendi como dar o primeiro passo para viver, é isso que eu aprendi. O primeiro passo para viver é o esforço, a dedicação, a luta. Sem sofrimento não há vitória, sem luta não há conquista, sem suor não há gratidão. Então, o primeiro passo da vida é ser firme e forte para vencer amanhã. Esse é o primeiro passo. (ERNESTO, entrevistado em 2019).

Disputar o presente, para garantir o futuro!

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jane Barros de; MARTINS, Marcos Francisco (Org.). as ocupações das escolas do paraná: elementos para a retomada da grande política e dos novos projetos societários. In: COSTA, Adriana Alves Fernandes; GROppo, Luis Antonio (Org.). **O movimento de ocupa es estudantis no Brasil**. São Carlos: Pedro&Jo o Editores, 2018. Cap. 8. p. 1-328.

ALVIM, Davis Moreira; RODRIGUES, Alexsandro. Coletivos, ocupa es e protestos secundaristas: a f nix, o leão e a criança. **Etd - Educa o Temática Digital**, [s.l.], v. 19, p.75-95, 11 mar. 2017. Universidade Estadual de Campinas.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**: Ensaio sobre a afirma o e a nega o do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009. 287 p.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **Memórias estudantis, 1937-2007**: da funda o da UNE, aos nossos dias/ Maria Paula Araújo. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Funda o Roberto Marinho, 2007.

BIANCHETTI, Roberto, G. **Modelo neoliberal e políticas educacionais**/ Roberto G. Bianchetti. 4. ed. São Paulo, Cortez, 2005. (Cole es Questões da Nossa época; v. 56).

BOMENY, Helena Maria. **O sentido político da educa o de Jango**. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O_sentido_politico_da_educacao_de_Jango. Acesso em: 12 jul. 2018.

BRASIL. Constitui o (1988). Decreto n  N  5.154, de 23 de julho de 2004. **Decreto N  5.154, de 23 de Julho de 2004**. Brasília, BRASILIA, 23 jul. 2004. Disponível em: http://www.educacaoprofissional.seduc.ce.gov.br/images/decretos/Decreto_5154-2004.pdf. Acesso em: 13 ago. 2018.

BRASIL. Constitui o (1996). Lei n  9394-96, de março de 2017. **Lei de Diretrizes e Bases da Educa o Nacional**: Lei de diretrizes e bases da educa o nacional. – Brasília: Senado Federal, Coordena o de Edi es Técnicas, 2017. Brasília, ISBN: 978-85-7018-787-1. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf. Acesso em: 17 ago. 2018.

BRASIL. Constitui o (2012). Resolu o N  2, de 30 de Janeiro 2012 n  Portaria n  1.140, de 22 de novembro de 2013, de 30 de janeiro de 2012. **Diretrizes Curriculares Nacionais Para O Ensino Médio**. Brasília, 30 jan. 2012. Disponível em: http://pactoensinomedio.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1:pacto-pelo-fortalecimento-do-ensino-medio&catid=8&Itemid=101. Acesso em: 20 mar. 2018.

BRASIL. Inep. Mec. **Estatísticas Educacionais**: Educa o no Brasil na década de 90:01991-2000. Brasília: Mec/INEP, 2003. 264 p. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/486788. Acesso em: 30 abr. 2019.

CATINI, Carolina de Roig; MELLO, Gustavo Moura de Cavalcanti. Escolas de luta, educa o política. **Educa o & Sociedade**, [s.l.], v. 37, n. 137, p.1177-1202, dez. 2016. FapUNIFESP (SciELO).

CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil: Dualidade e Fragmentação. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, p.27-41, Não é um mês valido! 2011. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/viewFile/45/42>. Acesso em: 28 jul. 2018.

CINTRA, André; MARQUES, Raisal. **UBES Uma Rebelião Consequente: A História do Movimento Estudantil Secundarista do Brasil**. Brasília: Ministério da Cultura, 2009. 326 p.

CORSINO, Luciano Nascimento; ZAN, Dirce Djanira Pacheco e. A ocupação como processo de descolonização da escola: notas sobre uma pesquisa etnográfica. **Etd - Educação Temática Digital**, [s.l.], v. 19, n. 1, p.26-48, 11 mar. 2017. Universidade Estadual de Campinas.

CORTI, Ana Paula de O.; CORROCHANO, Maria Clara; SILVA, José Alves da. **“Ocupar e resistir”: a insurreição dos estudantes paulistas**. **Educação e sociedade**, Campinas, v. 37, n. 137, p. 1159-1176, out./dez. 2016.

CUNHA, LuisAntonio (Org.). As Agências Financiadoras Internacionais e a Reforma Brasileira do Ensino Técnico: A crítica da crítica. In: ZIBAS, Dagmar M. L.; AGUIAR, Marcia Ângela da S.; BUENO, Maria Sylvia Simões (Org.). **O Ensino Médio e A Reforma Da Educação Básica**. Brasília: Plano Editora Ltda, 2002. Cap. 2, p. 103-133.

CUNHA, Luiz Antônio, O desenvolvimento meandroso da educação brasileira entre ou estado e o mercado. **Educação & Sociedade** [online] 2007, 28 (outubro-PY). Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87313704009>. Acesso em: 25 de julho de 2018

DANIEL, Paulo. A economia na ditadura. 2012. **Revista Carta Capital**. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/economia/a-economia-na-ditadura>. Acesso em: 12 de agosto de 2018.

ENTRE GREVES, OCUPAÇÕES E GOLPES: O BRASIL DE 2016. Campinas: Ifhc/unicamp, v. 24, n. 47, 2016. Semestral.

ESTUDANTES protestam contra a retirada de quatro disciplinas do Ensino Médio. **Jornal de Beltrão**, Francisco Beltrão, 11 de outubro de 2016.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo Dependente: E Classes Sociais na América Latina**. Florestan Fernandes. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1973.

FRIGOTTO, Gaudêncio et al. (Org.). Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. In: VANUCHI, Regina Novaes e Paulo et al. (Org.). **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. Cap. 10, p. 303.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Reforma de ensino médio do (des) governo de turno: decreta-se uma escola para os ricos e outra para os pobres. **Boletim da Anped**, 22 de set. 2016.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria and RAMOS, Marise. A política de educação profissional no Governo Lula: um percurso histórico controvertido **Educação & Sociologia**. [online]. 2005, vol.26, n.92, pp.1087-1113. ISSN 0101-7330. Acesso em: 27 de julho de 2018. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302005000300017>.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **Ensino médio integrado: concepções e contradições/** Gaudencio Frigotto. Maria Ciavatta. Marise Ramos. (orgs.).-3 ed.- São Paulo: Cortez, 2012.

GENTILI, Pablo. **A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo/** Pablo Gentili. Petrópolis: Vozes, 1998.

GENTILI, Pablo. APPLE, Michel. **Pedagogia da exclusão: o neoliberalismo e a crise da escola pública.** Michel W. Apple... et. Al.; Pablo Gentili (org.).- Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.- (coleção estudos culturais em educação).

GOHN, Maria da Gloria. **Sociologia dos movimentos sociais/** Maria da Gloria Gohn. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2014-(questões da nossa época; v.47)

GROPPO, Luís Antonio (Org.). O Novo Ciclo de Ações Coletivas Juvenis no Brasil. In: COSTA, Adriana Alves Fernandes; GROppo, Luís Antonio (Org.). **O Movimento de Ocupações Estudantis no Brasil.** São Carlos: Pedro&João Editores, 2018. Cap. 4. p. 1-328.

GRUPOS protestam contra a PEC 241 em ao menos 15 estados e no DF. 2016. G1. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/10/grupos-protestam-contrapec-241-pelo-pais.html>. Acesso em: 29 ago. 2018.

IANNI, Otávio. O jovem radical. In.: BRITTO, Sulamita (org.). **Sociologia da Juventude.** Rio de Janeiro: Zahar, 1968. v. 1. p. 225-242.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Ensino de 2 Grau: o trabalho como princípio educativo/** Acácia Kuenzer. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

KUENZER, Acácia Zeneida. Trabalho e Escola: A Flexibilização do Ensino Médio no Contexto do Regime de Acumulação Flexível. **Educação & Sociologia.** Campinas, v 38, n.139, p.331-354, abr.-jun, 2017.

KUENZER, Acácia, Zeneida. **Ensino médio e profissional: as políticas do Estado Neoliberal/** Acácia Kuenzer. São Paulo: Cortez, 1997. (Questões da nossa época; v.63).

LARCHERT, Jeanes Martins. Cala boca menino! O menino não cala, resiste. Etd. **Educação Temática Digital**, [s.l.], v. 19, p.1-22, 11 mar. 2017. Universidade Estadual de Campinas.

LOMBARDI, José Claudinei. A REVOLUÇÃO RUSSA E OS DESAFIOS À PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 9, n. 3, p.292-306, dez. 2017.

MADEIRA, Felícia. Os jovens e as mudanças estruturais na década de 70: questionando pressupostos e sugerindo pistas. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 58, ago 1986, p. 15-48.

MARGULIS, Mario; URRESTI, Marcelo. La juventud es más que una palabra. In.: MARGULIS, Mario (ed.) **La juventud es más que una palabra.** Buenos Aires: Biblos, 1996. p. 13-30.

MARICATO, Ermínia et al. (Org.). **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as Manifestações que Tomaram as Ruas do Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2013.

MARTINS, Fernando José. Das origens da ocupação da escola: o caso do MST. E-mosaico. **Revista Multidisciplinar de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 6, p.22-23, ago. 2017.

MARTINS, Fernando José. **Ocupação da escola: uma categoria em construção**. 2009. 273 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009a.

MARTINS, Marcos Francisco et al. (Org.). As ocupações das escolas estaduais da região de Sorocaba/SP: falam os estudantes secundaristas - Entrevista. **Revista Crítica**, Crítica Educativa, [s.l.], v. 2, n. 1, p.227-260, 17 ago. 2016..

MARTINS, Suely Aparecida. **A formação política da juventude do movimento sem terra no estado do Paraná**. 2009. 281 f. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia Política., Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009b.

MARTINS, Suely Aparecida. O fazer político dos jovens das classes populares: as ocupações estudantis paranaenses. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 20, n. 43, p.143-167, 2018. Jan/abril.

MATOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e Sindicatos no Brasil**. Editora: Expressão Popular, 1 ed. 2009.

MEMÓRIA do Movimento Estudantil. Direção de Silvio Tandler. **Produção de Memória do Movimento Estudantil 2008**. Roteiro: Silvio Tandler. [S.I]: Memória do Movimento Estudantil 2008, 2007. 2 (50 min.), P&B. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tTcqwJO5Jgc>. Acesso em: 10 fev. 2018.

MORAES, Carmem S. V. Ximenes. Salomão B. Políticas Educacionais e a Resistência Estudantil. Educação&Sociedade: **Revista de Ciências da Educação**/Centro de Estudos Educação e Sociedade- Vol.1, n.1 (1978) – São Paulo: Cortez; Campinas, CEDES, 1978-.

MORAES, Reginaldo. **Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai?**/Reginaldo Moraes; coordenação Benjamim Abdala Junior, Isabel Maria M. Alexandre.-São Paulo: Editora SENAC São Paulo,2001. (Série Ponto Futuro; 6).

NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio (Org.). **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**: E.P. Thompson. 10. ed. Campinas: Unicamp, 1998. 2 v.

NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio (Org.). **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**: E.P. Thompson. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1998. 1 v.

NEVES, Lucia Maria Wanderley (org.). **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo, 2005.

OLIVEIRA, Hebe Maria Gonçalves. Retrato das manifestações de rua no processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff: a construção da opinião pública pela mídia privada brasileira. Revista Pauta Geral, 10.5212/**RevistaPautaGeral**.v.3.i2.0005. Acesso em 29 de julho de 2018. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/download/articulo/5747429.pdf>.

PAES, Bruno Teixeira; PIPANO, Isaac. Escolas de luta: cenas da política e educação. **Etd - Educação Temática Digital**, [s.l.], v. 19, n. 1, p.3-25, 11 mar. 2017. Universidade Estadual de Campinas.

PAIS de alunos querem a desocupação pacífica das escolas estaduais. **Jornal de Beltrão**, Francisco Beltrão, 22 de outubro de 2016.

PEDRON, Flavio. Estudantes protestam contra a retirada de quatro disciplinas do Ensino Médio. **Jornal de Beltrão**. Francisco Beltrão, p. 1-27. 11 out. 2016.

PISTRAK. **Fundamentos da Escola do Trabalho**. Tradução Daniel Aarão Reis Filho. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

POERNER, Artur José. **O Poder Jovem**: história da participação política dos estudantes brasileiros / Artur José Poerner. 5 ed. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.

PRATES, Georgia. RUGGI, Lennita Oliveira. SILVA, Mônica Ribeiro da. MACHADO, Valeria Floriano. **Ocupar e resistir**: memórias de ocupação Paraná 2016. Curitiba: UFPR, Setor de Educação, 2017.

RAMOS. Marize política de educação profissional no Brasil contemporâneo: avanços, recuos e contradições frente a projetos de desenvolvimento em disputa. In: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. (Org.). Mapa da educação profissional e tecnológica. Experiências internacionais e dinâmicas regionais brasileiras. 1ed.Brasília: CGEE, 2015, v. 1, p. 97-117.

SAVIANI, D. O choque teórico da politecnia: trabalho, educação e saúde. **Revista da epsjv/fiocruz**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 131-52, 2003. [Links] Acesso em: 27 de julho de 2018 Disponível em: <http://www.revista.epsjv.fiocruz.br/upload/revistas/r41.pdf>.

SAVIANI, DEMERVAL. **História das ideias pedagógicas no Brasil**/ Demerval Saviani. 3. Ed. Campinas: Autores Associados, 2011. (Coleção Memória da educação).

SEMERARO, Giovanni. **A Primavera dos Anos 60**: A Geração Betinho. São Paulo: Loyola, 1994.

SEVERO, Ricardo Gonçalves; SEGUNDO, Mario Augusto Correia San. OCUPATUDORS: socialização política entre jovens estudantes nas ocupações de escolas no Rio Grande do Sul. **Etd - Educação Temática Digital**, [s.l.], v. 19, n. 1, p.73-98, 11 mar. 2017. Universidade Estadual de Campinas. <http://dx.doi.org/10.20396/etd.v19i1.8647792>.

SILVA, Andréa Villela Mafra da; MELO, Keite Silva de. #OCUPAISERJ: estratégias comunicacionais do movimento de ocupação do instituto superior de educação do Rio de Janeiro. **Etd - Educação Temática Digital**, [s.l.], v. 19, n. 1, p.119-140, 11 mar. 2017. Universidade Estadual de Campinas. <http://dx.doi.org/10.20396/etd.v19i1.8647817>.

SILVA, Bárbara Virgínia Groff da; SILVA, Eduardo Cristiano Hass da. UMA PÁ DE OCUPAÇÃO: ocupações escolares e atuação juvenil no Rio Grande do Sul (2016). **Revista Teias**, [s.l.], v. 18, n. 50, p.228-244, 22 maio 2017. Universidade de Estado do Rio de Janeiro.

SINGER, André. Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas. **Novos Estudos - Cebrap**, [S.I.], n. 97, p.23-40, nov. 2013. FapUNIFESP (SciELO).

SOUSA, Janice Tirelli Ponte de. As Insurgências Juvenis e as Novas Narrativas Políticas Contra o Instituído. **Caderno de Pesquisa**, Florianópolis, v. 32, p.1-34, out. 2002. Outubro.

SOUZA, Janice Tirelli P. Os Jovens, as políticas sociais e a formação educativa. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, Ed. UFSC, n.26, p. 51-79, out de 1999-75.

SYNDERS, Georges. **Escola e Luta de Classes**/ George Synders; (tradução Leila Prado). – São Paulo: Centauro 2005.

TESSER, Lígia. Contra a MP do Ensino Médio, alunos mantêm ocupação de escolas. **Jornal de Beltrão**, Francisco Beltrão, 18 de outubro 2016b.

TESSER, Lígia. Pais foram aos colégios pela volta as aulas. **Jornal de Beltrão**, Francisco Beltrão, 25 de outubro 2016a.

TRUFFI, Renan. Sob pressão da justiça, secundaristas completam um mês de ocupações nas escolas. **Carta Capital**, São Paulo, 4 de nov. de 2016. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/sob-pressao-da-justica-estudantes-secundaristas-completam-um-mes-de-ocupacoes-nas-escolas>. Acesso em: 20 nov. 2016.

VINCENT, Guy; LAHIRE, Bernard; THIN, Daniel. Sobre a história e a teoria da forma escolar. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 33, p.7-47, jun. 2001.

WARREN, Ilse Scherer. Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política. **Cad. CRH** [online]. 2014, vol.27, n.71, pp.417-429. ISSN 0103-4979. Acesso em: 28 de julho de 2018.

ZIBAS, Dagmar ML, “A Revolta dos Pingüins” e o novo pacto educacional chileno. **Revista Brasileira de Educação** [online] 2008, 13 (maio-agosto). Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27503802>. Acesso em: 5 fev. 2018.

ANEXOS

ANEXO 1 – Parecer Consubstanciado do CEP

UNIOESTE - CENTRO DE
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Movimento das Ocupações Escolares "O fazer político dos jovens secundaristas"/Município de Francisco Beltrão-PR

Pesquisador: FRANCIELE MARIA DAVID

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 93761318.3.0000.0107

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.828.179

Apresentação do Projeto:

A pesquisa será desenvolvida através de entrevistas semi estruturada, com jovens que participaram do movimento das ocupações escolares. O movimento das ocupações escolares aconteceram em outubro de 2016, e para tanto acredita-se na importância do registro histórico deste momento na história dos movimento da juventude

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar como a experiência das ocupações das escolas estaduais paranaenses em 2016 no município de Francisco Beltrão, de modo a revelar em que medida a participação neste Movimento contribuiu na formação política e no fazer político dos jovens participantes, bem como na relação estabelecida destes com a escola.

Objetivo Secundário:

-Historicizar o processo de ocupação dos estudantes em Francisco Beltrão;- analisar de que forma o movimento das ocupações escolares, contribuiu para o fazer político dos jovens e se este, colaborou para a sua formação como sujeitos atuantes na sociedade.

Endereço: RUA UNIVERSITARIA 2069

Bairro: UNIVERSITARIO

CEP: 85.819-110

UF: PR

Município: CASCAVEL

Telefone: (45)3220-3092

E-mail: cep.prpog@unioeste.br

Continuação do Parecer: 2.828.179

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Toda pesquisa que envolve seres humanos incorre em riscos. A entrevista semi-estruturada será conduzida após o consentimento do participante, em local e horário a ser definido com o mesmo, procurando executar em um local que seja confortável e ao observar que o participante sinta qualquer desconforto em responder o questionário o mesmo pode ser interrompido sem prejuízos ao mesmo. A entrevista será gravada, transcrita e posteriormente apresentada ao participante para sua aprovação final. Toda a informação coletada será mantida em sigilo e somente será utilizada para fins de pesquisa.

Benefícios:

Acredita-se que esta pesquisa trará elementos importantes para a compreensão do movimento das ocupações escolares ocorridos em outubro de 2016, sendo que esta tem por objetivos específicos: - Historicizar o processo de ocupação dos estudantes em Francisco Beltrão; - Levantar e analisar as principais características presentes na ocupação e na organização dos jovens estudantes, bem como sua relação com as organizações estudantis tradicionais (grêmios estudantis); - Analisar em que medida o processo de ocupação das escolas se constitui como um fazer político da juventude da classe trabalhadora, constituindo um processo auto formativo; - Analisar as experiências políticas e educativas dos jovens nas ocupações; - Analisar em que medida o processo de ocupação das escolas contribuiu ou não na relação estabelecida dos jovens com a escola; - Analisar em que medida a experiência do movimento de ocupação das escolas contribuiu para a formação e para o "fazer político" dos jovens beltronenses;

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Indica ser importante para a área e para os envolvidos

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Presentes e adequados

Endereço: RUA UNIVERSITARIA 2069

Bairro: UNIVERSITARIO

CEP: 85.819-110

UF: PR

Município: CASCAVEL

Telefone: (45)3220-3092

E-mail: cep.prppg@unioeste.br

**UNIOESTE - CENTRO DE
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE**



Continuação do Parecer: 2.828.179

Recomendações:

Sem recomendações

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sem pendências

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1132013.pdf	06/08/2018 10:23:23		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projetonovo.pdf	06/08/2018 09:23:23	FRANCIELE MARIA DAVID	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Tclecorrigido.docx	04/06/2018 15:48:13	FRANCIELE MARIA DAVID	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	brochurapes.pdf	11/05/2018 08:00:06	FRANCIELE MARIA DAVID	Aceito
Declaração de Pesquisadores	declaracaopesquisa.pdf	11/05/2018 07:56:24	FRANCIELE MARIA DAVID	Aceito
Outros	questi.pdf	11/05/2018 07:55:39	FRANCIELE MARIA DAVID	Aceito
Declaração de Pesquisadores	arquivo.pdf	11/05/2018 07:50:17	FRANCIELE MARIA DAVID	Aceito
Declaração de Pesquisadores	arquivo500.pdf	11/05/2018 07:49:44	FRANCIELE MARIA DAVID	Aceito
Brochura Pesquisa	Pesquisa.pdf	11/05/2018 07:48:56	FRANCIELE MARIA DAVID	Aceito
Folha de Rosto	folharosto.pdf	11/05/2018 07:46:58	FRANCIELE MARIA DAVID	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita apreciação da CONEP:

Não

Endereço: RUA UNIVERSITARIA 2069

Bairro: UNIVERSITARIO

UF: PR

Município: CASCAVEL

Telefone: (45)3220-3092

CEP: 85.819-110

E-mail: cep.prppg@unioeste.br

UNIOESTE - CENTRO DE
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE



Continuação do Parecer: 2.828.179

CASCADEL, 17 de Agosto de 2018

Assinado por:
Dartel Ferrari de Lima
(Coordenador)

Endereço: RUA UNIVERSITARIA 2069

Bairro: UNIVERSITARIO

CEP: 85.819-110

UF: PR

Município: CASCADEL

Telefone: (45)3220-3092

E-mail: cep.prppg@unioeste.br

ANEXO 2 – Questionário para entrevistas

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM EDUCAÇÃO
NÍVEL DE MESTRADO/PPGEFB
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO

QUESTIONÁRIO PARA ENTREVISTA

Perguntas:

- 1) Dados gerais: Nome, idade, sexo, cidade,
- 2) Você atualmente estuda? Qual série?
- 3) Você atualmente trabalha? O que faz?
- 4) Qual a renda mensal sua? E de sua família?
- 5) Antes das ocupações escolares você era envolvido em alguma atividade de organização política, religiosa ou social? Se sim, quais?
- 6) Você participou antes das ocupações em outras manifestações, se sim quais? E qual relevância teve para seu processo formativo?
- 7) Esta sua participação tem alguma influência familiar?
- 8) No período das ocupações você estava em qual série? Em que período estudava? Você tinha algum emprego? Se sim, o que fazia?
- 9) O que levou você a participar das ocupações nas escolas?
- 10) Quais eram as principais reivindicações dos estudantes com as ocupações?
- 11) Como aconteceu o processo organizativo das ocupações das escolas?
- 12) Na tua escola como aconteceu, em qual momento?
- 13) O grêmio estudantil da tua escola teve algum papel no processo de organização dos estudantes nas ocupações?
- 14) Como era a dinâmica dos alunos nas ocupações escolares? O que faziam? Como se organizaram internamente na escola?
- 15) Quais foram as principais dificuldades encontradas por vocês nas ocupações?
- 16) Como foi a reação da sua família em relação a sua participação nas ocupações?
- 17) Como foi a reação da comunidade escolar (comunidade/sociedade, pais, professores, direção da escola) em relação a ocupação?

- 18) Como você avalia a escola após as ocupações escolares?
- 19) O que mudou na sua relação com a escola e com o conhecimento escolar após as ocupações?
- 20) Como você, se identifica como sujeito neste processo educativo? O que você aprendeu com as ocupações?
- 21) Atualmente tem participado de alguma organização política (manifestações, movimentos estudantis, outros movimentos, sindicatos, partidos...). Se sim, em quais?
- 22) Qual sua avaliação sobre a educação no país, especialmente o Ensino Médio?
- 23) Qual sua avaliação sobre a participação da juventude na política?
- 24) Deixe uma mensagem final